

**LANDSCAPE
SETTLEMENT
AND WAY OF LIFE**

**Povoamento
Paisagem
e Modo de Habitar**

**Daniela Ladiana
Luis Santos y Ganges
Vittorio Uccelli
João Brites**

prefácio Rui Braz Afonso

LANDSCAPE SETTLEMENT AND WAY OF LIFE

Povoamento, Paisagem e Modo de Habitar



**LANDSCAPE
SETTLEMENT
AND WAY OF LIFE**

Povoamento,
paisagem
e modo de habitar

**Daniela Ladiana
Luis Santos y Ganges
Vittorio Ucelli
João Brites**

prefácio Rui Braz Afonso

Esta publicação recolhe os resultados da pesquisa "Povoamento e Paisagem", desenvolvida no âmbito da linha de investigação interuniversitária "LANDSCAPE IN TRANSLATION - For the Government of the Transition", com base no grupo MDT - Morfologias e Dinâmicas do Território (Territory Dynamics and Morphologies) do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. O volume foi impresso com a contribuição da Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT

Responsável Editorial
Rui Braz Afonso
FAUP

Tradução
Victor Ferreira

Direcção de Arte
Projecto Gráfico, Design e Arte Final
Mário Mesquita

Fotografias das capas e dos separadores
© Mário Mesquita

Impressão
Multitema, partners for printing (Porto/Portugal)
1ª edição: 2018

Deposito legal: 443476/18
ISBN: 978-989-8527-15-8

© Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

CEAU

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Rua do Golgota 215, 4150 · Porto
www.ceau.arq.up.pt

Dd'A

Dipartimento di Architettura
dell'Università degli Studi "G. d'Annunzio"
Viale Pindaro 42, 65127 · Pescara
www.dda.unich.it

IUU

Instituto Universitario de Urbanística
Universidad de Valladolid
Avda. Salamanca 18, 47014 · Valladolid
www3.uva.es/iuu/es/inicio/

DASTU

Dipartimento di Architettura e Studi Urbani
Politecnico di Milano
Via Edoardo Bonardi 3, 20133 · Milano
www.dastu.polimi.it

**LANDSCAPE
SETTLEMENT
AND WAY OF LIFE**

Povoamento,
paisagem
e modo de habitar

**Daniela Ladiana
Luis Santos y Ganges
Vittorio Ucelli
João Brites**

prefácio Rui Braz Afonso

LANDSCAPE SETTLEMENT AND WAY OF LIFE

Povoamento,
paisagem
e modo de habitar

Página I

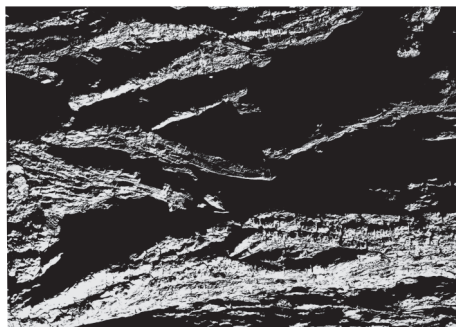
PREFÁCIO.
LEITURA DE UM SISTEMA DE VALORES
COMO REDE DE RELAÇÕES

Rui Braz Afonso

Página 1

CENTRI STORICI MINORI,
PAESAGGIO E ARCHITETTURA.
IL RECUPERO E LA
VALORIZZAZIONE DI
"MONTEMOR-O-VELHO"
DI MIGUEL FIGUEIRA

Daniela Ladiana



Página 30

LAS DIFICULTADES DEL GOBIERNO
DEL PAISAJE Y SUS ESPECIFICIDADES
EN EL MUNDO RURAL ESPAÑOL

Luis Santos y Ganges



Página 54

LA CASA DEL POETA.
PRENDERSI CURA DELL'APPENNINO
NELLA CASAROLA DI
ATTILIO BERTOLUCCI

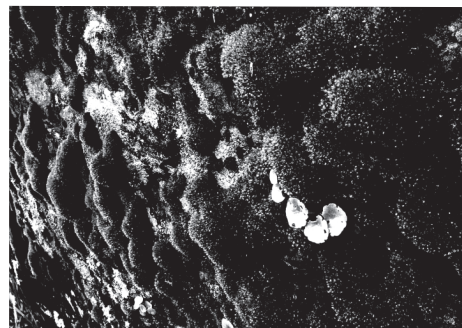
Vittorio Uccelli



Página 84

LUGARES EM PERDA
E VALORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS EDIFICADOS

João Brites



**PREFÁCIO.
LEITURA
DE UM SISTEMA DE VALORES
COMO REDE DE RELAÇÕES**

Rui Braz Afonso

Este livro é o resultado de uma colaboração enquadrada num projecto de investigação internacional, entre o Centro de Estudos em Arquitectura e Urbanismo (CEAU), da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Centro de pesquisa com trabalho desenvolvido no âmbito das questões relativas a Morfologias e Dinâmicas Territoriais, e três Escolas de Arquitectura Europeias .

Este projecto iniciou-se em 2014 e já produziu um volume de textos sobre o tema Landscape in Translation – For the Government of the Transition com o título The Technological Design of Resilient Landscape (Franco Angeli, Milano, 2015), colaboração que de novo permite a publicação de quatro textos de quatro autores de quatro Escolas de pensamento com o título Povoamento, Paisagem e Modo de Vida - Landscape, Settlement and Way of Life. O tema escolhido reflecte a busca de um processo projectual que produza soluções equilibradas que possam contribuir para melhorar a vivência em ambiente rural e urbano, no contexto das necessidades dos seus utilizadores. Trata-se de propôr e identificar acções de valorização que se configurem como oportunidades de desenvolvimento cultural e económico do contexto, sem introduzir factores que possam comprometer a consolidação e manutenção dos bens a tutelar, ou seja que comportem condições compatíveis de utilização. A hipótese de trabalho inspira-se nas recomendações sobre a “Paisagem Urbana e Rural Histórica” da UNESCO, e integra os objectivos de conservação do património e desenvolvimento social e económico. A questão de maior interesse é relativa à inter-relação entre

formas construídas e organização das relações espaciais. Propõe-se o princípio da relacionalidade como fulcro da observação dando prioridade à atenção às inter-relações e às interligações entre os elementos da paisagem humanizada. O ponto de partida do grupo de trabalho foi – considerando os argumentos de Jorge Sena, livre pensador português – assumir que um objecto para ser descrito deve ser tornado autónomo a partir do acto intencional que o selecciona, e que portanto, cada visão sobre o património paisagístico se deve confrontar com as circunstâncias que a própria observação gera, e com as do contexto do observador.

A consequência de tal premissa traduz-se em que a instrução do processo cognitivo parta da observação empírica iluminada por uma visão interpretativa pessoal, moderada pelas circunstâncias referidas e fortemente condicionada pela intencionalidade do observador.

O primeiro texto, de Daniela Ladiana, proveniente da Escola de Arquitectura de Pescara, - autora que tem vindo a colaborar com a FAUP em diversos trabalhos de investigação desde há anos, quer no Centro de Estudos da

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEFA-UP) quer no CEAU, no qual integra a equipa de pesquisa “Landscape in Translation”, em colaboração com o “Centro Nazionale delle Ricerche” Italiano - coloca a questão do valor da paisagem como elemento essencial no desenvolvimento económico e social do território.

Propõe neste texto uma leitura dos instrumentos conceptuais e operativos úteis à salvaguarda dos valores essenciais do território e considera como central o problema das relações entre edificado e território de suporte.

Visitando o caso de Montemor-o-Velho, assume a defesa do projecto como elemento determinante na salvaguarda dos pequenos e médios núcleos urbanos, projecto que corresponda às necessidades do lugar e capaz de integrar funções novas propostas, com as funções e hábitos tradicionais.

O texto põe em destaque o papel do projecto como instrumento de acções de valorização do território que abram oportunidades de desenvolvimento cultural e económico do contexto, e que não introduzam factores que possam comprometer a conservação da paisagem e do ambiente urbano.

Luis Santos y Ganges, o segundo autor, provem da Escola de Arquitectura de Valladolid. No seu texto, trata das dificuldades da governança da paisagem, partindo da importância em assumir o trinómio protecção-gestão-ordenamento como forma de equacionar a atitude a adoptar perante aquela questão.

Propõe uma chave conceptual que assenta na consideração da expressão exterior da paisagem, sua imagem ou percepção através dos sentidos, que permita interpretar e avaliar, considerando portanto ser a paisagem um dos fios condutores do ordenamento do espaço.

A paisagem e seus valores, seus lugares, poderão ser, sustém, uma chave do ordenamento, assentando a necessidade de considerar a questão da obrigação social da manutenção dos pequenos aglomerados urbanos existentes, tendo em conta que estes assentam num modelo de povoamento gerado na Idade Média. Tentando equacionar tal problema, visita um pequeno aglomerado da Província de León (Comunidad de Castilla y León) apontando elementos para a formulação da resposta possível aquela questão, considerando três pilares básicos para a definição da resposta: conhecer a complexidade da terra e das gentes no seu sistema de relações, nomeadamente

estudar as relações de sustentação do aglomerado com a sua paisagem, interpretar a “paisagem urbana histórica” atendendo à configuração das actividades económicas, aos usos do solo e sua organização espacial, e, por fim, considerar os aspectos imateriais do património rural e urbano e o saber local.

Vittorio Uccelli autor proveniente da Escola de Arquitectura do Politécnico de Milão, estabelece uma grelha de análise dos elementos da paisagem urbana e rural de Casarola, aglomerado urbano do Alto Appennino de Parma, à qual Attilio Bertolucci se refere na sua obra poética, reportando-se a uma pesquisa sobre as relações e sobre as interdependências entre elementos urbanos e rurais enquanto complemento equilibrado da paisagem, e que vêm a ser usadas como referente na observação de modos de vida das pessoas.

Tenta depois introduzir neste raciocínio a questão tipológica como processo de uma inter-relação entre necessidades da vida humana e experiência no uso de materiais empregues na construção, assumindo como ponto central a necessidade de estudar as dimensões apropriadas para a concepção de um projecto de consolidação dos valores paisagísticos que

servem para a melhoria das condições da vida humana.

O último texto de autoria de João Brites, resultado de um trabalho de pesquisa por mim coordenado e inspirado por um trabalho profissional que foi solicitado ao Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEFA-UP) pelo Município de Nisa, região Norte Alentejo, tenta interpretar a articulação das várias dimensões dos lugares estudados, como fragmentos de ambientes de que nos “apropriamos com os sentimentos”, para usar a expressão do Arquitecto Paisagista Alan Gusson.

A equipa de trabalho considerou um modelo de análise das condições autóctones do território, estabelecendo formas de observação do construído, que permitiram identificar um conjunto de valores reconhecível, que se constituíram como sistema de orientação para a compreensão das inter-relações da paisagem urbana construída com a paisagem rural que serve de suporte à vida humana.

Preface

A system of values reading as relationship framework

Rui Braz Afonso

This book results from collaboration under an international research project between the Architecture and Urban Planning Study Center (CEAU) of the University of Porto Faculty of Architecture (FAUP), Research center with work conducted as part of the issues regarding Territorial Morphologies and Dynamics, and three European Schools of Architecture

First carried out in 2014, this project has already a volume of texts under the topic Landscape in Translation For the Government of the Transition with the title The Technological Design of Resilient Landscape (Franco Angeli, Milano, 2015); this collaboration once again allows for the publication of four texts by four authors from four schools of thought, under the title Landscape, Settlement and Way of Life.

The chosen topic reflects the quest for a conceptual process resulting in balanced solutions that can contribute toward improving people's living experience in both rural and urban settings, within the context of their users' needs. The idea is to propose and identify valuation initiatives deemed to serve as opportunities for the context's cultural and economic development, without introducing factors that could jeopardize consolidating and maintaining the assets to be safeguarded, that is, which comprise compatible use conditions.

The working assumption draws inspiration from recommendations on UNESCO's "Historical Urban and Rural Landscape," while integrating the goals of heritage conservation as well as social and economic development. The issue of greatest interest pertains to the inter-relation between constructed forms and organizing spatial relations.

We propose the principle of relationality as a mainstay of observation, while prioritizing attention to inter-relations and interconnections between elements of the humanized landscape.

Considering the arguments put forth by Portuguese free thinker Jorge Sena, the work group's starting point involved assuming that, for an object to be described, it needs to become autonomous from the deliberate act that selects it, and that, therefore, every vision on landscape heritage has to be confronted with the circumstances that the very observation generates, and with those of the observer's context.

The outcome of such a premise results in the fact that instructing the cognitive process emanates from the empirical observation illuminated by a person interpretive vision, moderated by the stated circumstances and heavily conditioned by the observer's intent.

The first text, by Daniela Ladiana, from the Pescara School of Architecture, raises the issue of the landscape's value as an essential element in the territory's economic and social development. [This author has been collaborating with the FAUP (the University of Porto Faculty of Architecture) in various research works for years, both at the University of Porto Faculty of Architecture Study Center (CEFA-UP) and at the CEAU (the Architecture and Urban Planning Study Center), where she is part of the "Landscape in Translation" research team, in collaboration with Italy's "Centro Nazionale delle Ricerche."]

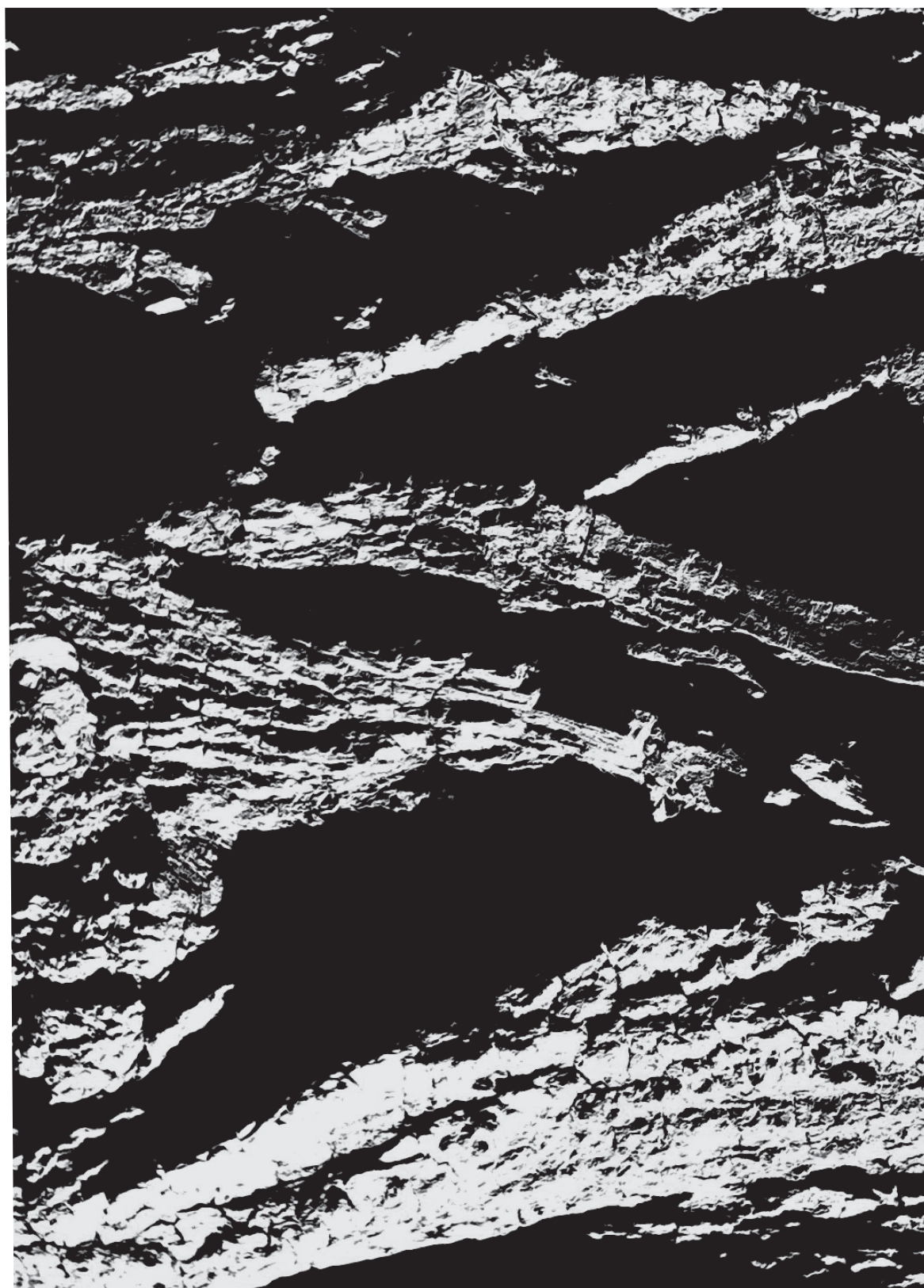
In this text, she proposes a reading of the conceptual operative instruments that are useful for safeguarding the territory's essential values, while regarding as central the problem of relations between the built-up assets and the supporting territory.

Upon examining the case of Montemor-o-Velho, she defends the project as a decisive element in safeguarding small and medium-sized urban centers, a project corresponding to the location's needs and which is capable of integrating new functions being proposed, with traditional functions and habits. The text stresses the project's role as an instrument for the territory's valuation initiatives, opening up opportunities for the context's cultural and economic development, and which do not introduce factors that could jeopardize conserving the landscape and the urban environment.

Luis Santos y Ganges, the second author, comes from Valladolid School of Architecture. In his text, he addresses the difficulties of landscape governance, stemming from the importance of assuming the protection-management-planning trinomial as a way of considering the attitude to be adopted in view of that issue. He puts forth a conceptual key that rests on the consideration of the landscape's outer expression, its image or perception through the senses, enabling an interpretation and assessment, thereby considering landscape to be one of the recurring threads of spatial planning. He maintains that the landscape and its values, its places, could be a key to planning, while stressing the need to consider the issue of the social obligation to maintain existing small urban agglomerations, considering that these hinge on a settlement model generated in the Middle Ages. In his attempt to consider said problem, he visited a small agglomeration in the Province of León (Region of Castilla y León), by pointing out elements for formulating the possible response to that issue, considering three basic pillars for outlining the response: getting to know the complexity of the area and of the people within its network of relations, namely studying relations that uphold the agglomeration with its landscape, interpreting the "historical urban landscape," given the configuration of

economic activities, soil uses and its spatial organization, and, finally, considering the immaterial aspects of rural and urban heritage as well as local know-how.

Vittorio Uccelli, an author from the Milan Polytechnic School of Architecture, sets forth an analysis grid regarding the elements of the urban and rural landscape of Casarola, the urban agglomeration of the Upper Apennines of Parma, to which Attilio Bertolucci refers in his poetic work, while pointing to research on relations and on the interdependencies between urban and rural elements as a balanced complement to landscape, and which have been used as a reference when observing people's way of life. Within this reasoning, he then tries to introduce the typological issue as the process of an inter-relation between the needs of human life and experience with materials used in construction, with the central topic assumed to be the need to study the appropriate dimensions for designing a project that consolidates landscape assets serving to improve human living conditions. The last text, which was written by João Brites, resulting from research work that I coordinated and which draws inspiration from a professional work that the University of Porto Faculty of Architecture Study Center (CEFA-UP) was asked to conduct by the Municipality of Nisa, in the northern Alentejo region, he attempted to interpret the combination of various dimensions of the places under study, such as fragments of environments that we "take hold of with our feelings," to use the expression coined by landscape architect Alan Gusson. The work team considered a model that analyzes the territory's indigenous conditions, by setting forth means of observing built-up assets, making it possible to identify a set of recognizable values comprising a guidance system for understanding the inter-relations between the built-up urban landscape with the rural landscape serving as support to human life.



**CENTRI STORICI MINORI,
PAESAGGIO E ARCHITETTURA.
IL RECUPERO E LA
VALORIZZAZIONE DI
“MONTEMOR-O-VELHO”
DI MIGUEL FIGUEIRA**

Daniela Ladiana

**CENTRI STORICI MINORI,
PAESAGGIO E ARCHITETTURA.
IL RECUPERO E LA
VALORIZZAZIONE DI
“MONTEMOR-O-VELHO”
DI MIGUEL FIGUEIRA**

Daniela Ladiana

1. CENTRI STORICI MINORI

1.1. Le trasformazioni

Negli ultimi decenni, le trasformazioni socio-economiche conseguenti all'industrializzazione hanno determinato il lento, ma costante, abbandono di un gran numero di insediamenti: all'incessante inurbamento nelle città medie e grandi industrializzate è corrisposto il fenomeno dello spopolamento della dimensione rurale e dei piccoli centri. Innumerevoli borghi antichi sono stati, e sono tuttora, sottoposti a un processo di degrado conseguente al declino economico e sociale.

La prospettiva del degrado fisico e ambientale di tanta parte del territorio si configura come problematica. Perplessità e preoccupazione sorgono ora anche in ordine alla crescente attenzione verso questi insediamenti in termini di valorizzazione turistica e immobiliare; nei tempi più recenti, infatti, si è determinata la condizione di una crescente domanda di fruizione di questi luoghi connotati da alto valore storico, architettonico e ambientale; cosicché, alla minaccia dell'abbandono, si somma quella delle trasformazioni del patrimonio e della perdita dei valori, per il prodursi di interventi che, nella complessa rete di relazioni tra nucleo e territorio, tende ad agire prevalentemente sulla dimensione dell'edificato storico con rilevanti conseguenze in termini paesaggistici. A tale mutamento si aggiunge quello dell'implementazione di azioni da parte degli Enti Locali che si confrontano con i bisogni del territorio e della comunità anche grazie all'appoggio finanziario della Comunità Europea: in mancanza di un dibattito allargato e condiviso nella comunità scientifica sui criteri e sulle metodologie di intervento, le azioni poste in atto, possono accelerare, più che rallentare, la perdita dei valori connessi alla conservazione dell'edificato storico e del paesaggio.

La scomparsa della enorme quantità di patrimonio di cui si tratta può essere determinata, infatti, tanto dal perdurare dell'inazione quanto da una incauta volontà di agire, in un qualsiasi modo, pur di contrastare le dinamiche in atto.

Lo studio di questi piccoli centri e delle loro architetture sta, quindi, guadagnando interesse non solo in ordine al generalizzato abbandono ma anche alla valutazione critica di azioni e interventi che si vanno ponendo in atto.

A testimonianza della necessità di studi specifici sulla conservazione e valorizzazione di questi insediamenti e del loro paesaggio si registra una estesa produzione di guide tecniche prodotte dagli Enti Istituzionali a supporto dell'azione degli Enti Locali poiché la bibliografia sviluppata per questi centri, quando esistente, è focalizzata su approcci di lettura e interpretazione della dimensione storica, artistica, antropologica e geografica ed è, generalmente, finalizzata alla promozione turistica.

Nell'evoluzione del dibattito disciplinare del restauro si è assistito al progressivo ampliarsi del campo dei beni oggetto di tutela verso tutti gli aspetti visibili di una cultura, compresi i manufatti urbani e paesistici. Si è avuta, quindi, col passare del tempo, l'estensione di un campo

che, nato per occuparsi della salvaguardia e della trasmissione alle generazioni future dei monumenti intesi come emergenze isolate, si è ampliato fino a occuparsi dell'ambiente urbano e paesistico, valutati anch'essi come testimonianza di civiltà.

Già la Nuova Carta di Gubbio nel 1990 ha difatti esteso il concetto di recupero a tutta la città, allargando l'orizzonte dal "centro storico" al "territorio storico" ponendo l'accento non più sul "come" intervenire ma sul "perché" si interviene: la validità di un progetto si afferma come basata innanzitutto sui suoi fondamenti conoscitivi; la conoscenza diventa strumento di tutela dei valori e della memoria in una fase storica in cui le città sembrano perdere la loro identità a causa di nuovi fattori di cambiamento verso la globalizzazione.

Nel 2000 la Convenzione Europea del Paesaggio, d'altra parte, ha sancito l'importanza del paesaggio, anche nell'accezione di paesaggio urbano. Con la Convenzione Europea si è avviato un nuovo processo di gestione del paesaggio quale componente fondamentale del patrimonio culturale e naturale dell'Europa ed elemento fondamentale del benessere individuale e sociale. La convenzione contiene principi innovativi sulla concezione del



Fig. 1 - Montemor-o-Velho. Vista del Castello

paesaggio, sulla sua funzione sociale, tutela e valorizzazione: questo, infatti, non è più inteso solo come oggetto di contemplazione estetica, ma come una parte di territorio così come è percepito dalle popolazioni. Il paesaggio non ha più valore puramente “estetico”, ma è elemento essenziale per lo sviluppo economico e sociale dei territori.

Alla luce di tali evoluzioni economiche, sociali, culturali e disciplinari la riflessione scientifica sul tema della salvaguardia dei valori patrimoniali, ambientali, paesaggistici di questi nuclei in relazione ai territori di riferimento sembra registrare un ritardo; pare, pertanto, importante contribuire al dibattito, evidentemente di natura multidisciplinare, sulla determinazione dei possibili approcci utili a preservare dal degrado e dal possibile oblio questo importante patrimonio storico architettonico, urbanistico e ambientale.

1.2. *Lost in translation*

Gli antichi borghi, incunabolo delle nostre identità, delle nostre tradizioni, sono connotati da grande valore storico, architettonico e ambientale; il rallentare delle dinamiche economiche li ha spesso preservati dalle trasformazioni conservandone intatto il fascino di una costruzione attuata in tempi in cui le

tecnologie e i linguaggi erano strumenti condivisi per la realizzazione dell'habitat umano come opera corale; ma all'interno del vasto e complesso tema dei “centri storici”, il soggetto “centri storici minori” rappresenta oggi, rispetto alle più recenti dinamiche di trasformazione socio-economiche e culturali forse una categoria non ancora opportunamente indagata e che postula una urgente riflessione.

Nella pubblicistica più recente, la stessa definizione appare incerta, in talune accezioni l'aggettivo “minore” è riferito agli aspetti dimensionali o demografici dell'insediamento, in altre, sembrerebbe prevalere la valutazione della dimensione socio-economica.

In linea generale, e in prima approssimazione, si può affermare che con “minore” sembrerebbe indicarsi un piccolo centro che attraversa una fase di declino nella propria evoluzione storica; il venire meno delle condizioni che storicamente ne avevano determinato la genesi e l'espansione, uno specifico ruolo in relazione ad un contesto territoriale. Un centro storico minore è un insediamento lontano, talvolta non solo metaforicamente, dalle vitali condizioni di sopravvivenza; tale situazione li conduce ad un lento, apparentemente inesorabile, processo di abbandono e degrado.



Fig. 2 - Montemor-o-Velho. Vista dal Castello della Valle del Mondego

Al di là del problema definitorio, un'argomentazione a supporto della necessità di uno specifico ambito di studio all'interno del tema dei centri storici è che gli aspetti critici che si ravvisano nei centri storici, per così dire, “maggiori” non si pongono nei “minori” e viceversa.

Lo studio di tale tipo di “centro storico” implica la comprensione di criticità specifiche e distinte da quelle che possono connotare il centro storico di una realtà urbana grande e vitale, dove la problematica della salvaguardia si somma ad una altra serie di questioni: quali quelle dettate dal tema della mobilità, dell'inquinamento, della pressione abitativa, della ridefinizione del ruolo e delle funzioni attribuite alle aree centrali di più antica edificazione nell'ambito del più ampio contesto urbano.

Nell'ambito dello specifico disciplinare dell'architettura, si attua il confronto con diverse questioni:

- quali sono i valori patrimoniali in gioco?
- quali sono gli strumenti concettuali e operativi che possono essere posti in atto per la salvaguardia del patrimonio?
- quali tipi di intervento si confrontano, oggi, con la categoria del possibile oltreché del desiderabile?

L'elemento cruciale qui è che il destino di un antico borgo, è strettamente legato a quello del territorio che lo involve; meglio sarebbe dire che sembrerebbe esistere un rapporto biunivoco tra depauperamento qualitativo e/o quantitativo delle attività produttive sul territorio e spopolamento, degrado dell'insediamento.

Il fenomeno dell'abbandono implica non solo la perdita del patrimonio storico del nucleo urbano ma anche la rarefazione delle attività agro-forestali, l'accentuazione dei fenomeni di dissesto idrogeologico e di perdita di paesaggio. Al decadere e l'estinguersi dell'azione di presidio consegue il declino di una intera realtà insediativa e territoriale modificata nel corso dei secoli, frutto del rapporto fra comunità e contesto; viene meno l'azione umana che plasma ed organizza il territorio per la sua utilità e il cui esito sono i paesaggi rurali. Il paesaggio viene colpito da un processo di semplificazione e impoverimento delle sue componenti; si attua la progressiva scomparsa di elementi strutturali caratterizzanti (come terrazzamenti, muretti a secco, sistemazioni idraulico agrarie) nonché la progressiva rinaturalizzazione con conseguente semplificazione e riduzione delle caratteristiche identitarie.

La nozione di “centro” qui va intesa, quindi,



Fig. 3 - Montemor-o-Velho. Vista dal Castello della Valle del Mondego e la “Casa de Chá” progettata nel 1999 da João Mendes Ribeiro, un'opera che istituisce una intensa relazione tra architettura, rovine e paesaggio.

nella relazione con il contesto territoriale e paesaggistico: ciò porta a considerare la prospettiva della salvaguardia dei piccoli centri in un ambito più vasto; a differenza dei centri storici che costituiscono una parte della città, dalla quale traggono risorse ed occasioni per la loro sopravvivenza, quelli “minori”, per confrontarsi positivamente con una prospettiva di futuro, devono inevitabilmente raffrontarsi con il destino dei loro stessi territori.

Il problema della salvaguardia dei centri storici minori, in tale accezione, dovrebbe essere affrontato in relazione a criticità distinte da quello della conservazione e/o del restauro del patrimonio edilizio esistente, ovvero, allargando l'orizzonte e considerando essenzialmente le problematiche connesse all'inefficace relazione tra edificato e territorio.

1.3. Ri-costruire relazioni

La condizione dei centri storici minori si configura come un problema complesso, di rilevante interesse secondo molteplici punti di vista; la sua multidimensionalità può comportare, in effetti, diversi possibili approcci che possono riguardare gli aspetti fisici, sociali o economici. Nella prospettiva della difesa dei valori patrimoniali, sembrerebbero porsi

sostanzialmente due grandi questioni: quella della conoscenza e dell'interpretazione dei valori connessi al sistema nucleo edificato, al contesto e loro reciproche relazioni, prima che il tempo ne possa obliterare e rendere inintelligibili strutture, forme, linguaggi sedimentati; e quella della determinazione di modalità di azione per la salvaguardia adeguate alla storia e alle forme di ciascun luogo.

Un approccio prescrittivo o vincolistico per la salvaguardia di questi centri storici, da solo, non sortirebbe effetti significativi in termini di sopravvivenza. In linea generale, sembrerebbe indicarsi come possibile approccio, eleggere come ambito prioritario di analisi e intervento la qualità della relazione tra edificato e contesto; ovvero, l'attualizzazione delle dinamiche che storicamente avevano determinato la genesi e l'espansione del nucleo in relazione al proprio territorio. Il problema della salvaguardia e il recupero dei nuclei antichi, in altre parole, in tale accezione, non appare disgiunto dalla questione dell'attualizzazione degli usi del suo contesto. Emerge, pertanto, l'idea che per la salvaguardia dei centri storici minori sia quanto mai necessario assumere la centralità del progetto. Riconsegnare alla dimensione della contemporaneità questi agglomerati urbani e



Fig. 4 - Castello diMontemor-o-Velho, Palazzo dell'Infanta

soprattutto garantirne la permanenza nel futuro significa certamente porre in atto processi di recupero dell'edificio ma anche, forse, determinare strategie di intervento basate sull'incremento dei valori in gioco attraverso il progetto.

Non si indica qui la semplice dotazione di infrastrutture – non si intende, ovviamente, evidenziare gli esiti di interventi programmati nella logica della dotazione di servizi minimi al territorio – ma l'operazione di una progettazione rispondente alle necessità del luogo capace di integrare a quelle tradizionali, nuove funzioni (turismo, energia, salute, agricoltura e produzione industriale innovative).

Si tratta di immaginare, progettare, azioni di valorizzazione capaci di garantire opportunità di sviluppo culturale ed economico del contesto senza introdurre fattori che possano compromettere la conservazione dei beni da tutelare – paesaggio, ambiente e patrimonio – anzi, comportino condizioni compatibili di utilizzo.

Un possibile indirizzo di lavoro è indicato dalle raccomandazione Unesco sul “Paesaggio Urbano Storico” (UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape, 2011). In queste si integrano gli obiettivi della

conservazione del patrimonio urbano e quelli dello sviluppo sociale ed economico. L'elemento di maggiore interesse è l'interrelazione tra forme fisiche, organizzazioni e connessioni spaziali, caratteristiche naturali e ambientali, valori sociali, culturali ed economici, restituiti in una visione unitaria. Si introduce il “principio di relazionalità” considerando prioritaria l'attenzione alle interrelazioni, ai collegamenti e alle connessioni tra gli elementi.

Le Raccomandazioni UNESCO sul “Paesaggio Storico Urbano” hanno, infatti, riconosciuto una nuova centralità alla conservazione del patrimonio urbano, intesa come “strategia per raggiungere l'equilibrio tra crescita urbana e qualità della vita su base sostenibile” (UNESCO, 2011, art. 3). La direttrice tracciata dalle Raccomandazioni è quella di perseguire la conservazione del patrimonio all'interno di più vaste politiche per lo sviluppo, inquadrando le previsioni per le aree storiche all'interno di quelle dei loro più vasti contesti.

Si afferma la necessità di integrare le politiche di conservazione con le strategie di sviluppo, creare connessioni tra patrimonio storico e qualità di vita, tra passato e futuro, introducendo, sostanzialmente, e affermando il “principio di relazionalità” che riconosce come prioritaria



Fig. 5 - Interventi nello spazio urbano del centro storico di Montemor-o-Velho, GTL, Miguel Figueira. Prémio de Arquitectura Alexandre Herculano, 2003

l'attenzione alle interrelazioni, ai collegamenti tra elementi fisici, significati, valori.

L'elemento centrale dell'approccio UNESCO è il riconoscimento non solo della complessità delle interrelazioni tra le forme organizzative e spaziali nel paesaggio ma che a tale complessità relazionale debba essere ricondotta l'azione progettuale.

Nell'ambito della ricerca internazionale "Landscape in Translation - For the Government of the Transition" si intende comprendere quali possano essere le dotazioni, metodologiche e strumentali, per la sopravvivenza dei centri storici minori e degli antichi borghi; i possibili approcci d'intervento garantenti della conservazione dell'edificio.

Un ambito importante di analisi e riflessione è quello della comprensione dello specifico ruolo dell'architettura nella salvaguardia dei centri storici minori attraverso la verifica dell'ipotesi che è possibile perseguire risultati in termini di preservazione del nucleo storico a partire dalla realizzazione di interventi di valorizzazione del paesaggio.

La metodologia di lavoro proposta è quella di restituire, attraverso un lavoro di analisi e interpretazione, la conoscenza di casi di studio individuati, nella duplice dimensione

dell'evoluzione delle relazioni con il territorio e la qualità del paesaggio e della trasformazione/conservazione del patrimonio dei nuclei edificati. Tale conoscenza si assume come strumento fondamentale per l'analisi e la valutazione dell'efficacia degli interventi in termini di salvaguardia del patrimonio.

Si individua come caso di studio Montemor-o-Velho, per il ruolo predominante dell'architettura nell'analisi e reinterpretazione della relazione nucleo/territorio e fra le parti del nucleo storico. Si tratta di un caso paradigmatico per la volontà di interpretazione e rielaborazione delle relazioni in seno al processo di costruzione/trasformazione del sistema insediamento-contesto, e le cui strategie di intervento sembrano derivare dalle specificità di tale sistema in termini di attuazione di intrinseche potenzialità di evoluzione.

2. "MONTEMOR-O-VELHO"

Montemor-o-Velho è un piccolo borgo della Regione Centro del Portogallo, nella fertile valle del Basso Mondego. Il territorio del comune, esteso su un'area di circa 230 chilometri quadrati, con circa 26 mila abitanti, è delimitato a est da Coimbra, e Condeixa-a-Nova; a sud da Soure e a ovest da Figueira da Foz.

Fig. 6 - Interventi nello spazio urbano del centro storico di Montemor-o-Velho, GTL, Miguel Figueira. Prémio de Arquitectura Alexandre Herculano, 2003



Sul lato nord della valle sorge, con direzione da est – ovest, il monte di forma allungata su cui si insedia il castello e la parte più antica dell'insediamento. Intorno al rilievo si estende la grande valle fluviale connotata da colture agricole di tipo estensivo: sulla riva destra del fiume, con aree inondabili, si coltivano riso e mais insieme agli ortaggi; su quella sinistra, vigneti e oliveti.

Il primo insediamento risale al neolitico, il castello, secondo fonti documentali, al IX secolo, la fondazione del municipio al 1212. Il nucleo, sviluppatosi nel medioevo su una importante rotta commerciale, negli anni delle contese tra cristiani e musulmani, svolse un importante ruolo di difesa di Coimbra. La fondazione di Figueira da Foz sulla costa, sul finire del XVIII secolo, marcò l'inizio della sua decadenza.³

Si tratta di un territorio eminentemente rurale, strettamente legato all'agricoltura e all'allevamento, favorito attualmente, in termini di competitività, in relazione agli altri territori rurali della regione, dalla sua ubicazione, così compresa tra Figueira da Foz, distante 16 chilometri sulla costa, e Coimbra, a 25 chilometri nell'interno. La breve distanza da

questi centri consente di vivere in un contesto rurale in una relativa prossimità ai servizi propri dei centri urbani di maggiori dimensioni.

Questo Municipio, a partire dagli anni Novanta è stato oggetto di una serie di interessanti interventi, volti prima al recupero e successivamente alla valorizzazione, grazie al lavoro dell'architetto municipale Miguel Figueira. Un lavoro la cui importanza nella sua globalità è stata riconosciuta nel 2011 con il conferimento del premio nazionale dell'Associazione Internazionale dei Critici d'Arte (AICA).⁴ La giuria ha riconosciuto: "O entusiasmo e a persistência, aliados ao rigor conceptual e construtivo que o conjunto das suas obras denota fazem de Miguel Figueira um caso singular". Evidenzia "um trabalho exemplar tanto na reabilitação do espaço público, como na criação de novos programas capazes de relançar" il piccolo agglomerato di Montemor-o-Velho. "Fora da grande encomenda e do estatuto autoral associado ao atelier privado, Miguel Figueira demonstra que a prática da arquitectura no quadro público pode melhorar as condições para a comunidade local, mas também lançar programas de impacto global como é o caso do Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho".



2.1. Il recupero urbano e architettonico

L'importanza di Montemor-o-Velho dal punto di vista politico-amministrativo – è sede del Consiglio Municipale – insieme alle condizioni di forte degrado del suo centro storico e alla necessità di individuare nuove direttrici di sviluppo a fronte delle profonde trasformazioni del contesto sociale ed economico, hanno condotto alla fine degli anni Novanta alla messa in atto di politiche di recupero e valorizzazione in appoggio all'azione locale.⁵

Risale al 1994 il primo intervento su Montemor-o-Velho: il progetto di restauro del Teatro Ester de Carvalho, classificato immobile di interesse pubblico, opera dell'architetto Josè Antonio Bandeirinha.

Nel 1999, su incarico dell'Instituto Português do Património Arquitectónico insieme alla Câmara Municipal, l'architetto João Mendes Ribeiro realizza una piccola costruzione, “Casa do Cha” nel perimetro del Castello. L'opera costituisce una tra le più rappresentative dell'architettura portoghese per le delicate e intense relazioni che istituisce tra architettura, antiche rovine e paesaggio.

Il Programma per la Riabilitazione delle Aree Urbane Degradate (PRAUD)⁶, nel 1997,

permette l'insediamento di un Gabinetto Tecnico Locale (GTL) a Montemor-o-Velho.

L'insieme degli interventi realizzati nel tempo, a partire dall'attuazione di questo programma, sono connotati dalla continuità dell'opera dell'architetto Miguel Figueira che inizia il suo lavoro nella pubblica amministrazione, proprio come tecnico del GTL.

Il primo importante lavoro di riqualificazione di questo nucleo, realizzato dal GTL nell'ambito del Piano di Urbanizzazione e di Salvaguardia del Centro Storico di Montemor-o-Velho, è l'intervento nello spazio urbano.

La possibilità di rinnovare le infrastrutture idriche e fognarie nel centro storico porta ad assumere come prioritaria l'azione di riqualificazione dello spazio pubblico, che prevede non solo una definizione del disegno urbano ma una riformulazione funzionale del sistema degli spazi e dei percorsi.

Si migliora l'accessibilità all'edificato e riformulano le modalità di mobilità sistematizzandone le varie tipologie. Si realizzano piazze, percorsi, parcheggi. Parte fondamentale del progetto è la definizione/ miglioramento delle relazioni tra la parte interna dell'edificato con l'espansione esterna alle mura. Grazie a questo progetto alla Câmara Municipal

Fig. 7-9 - Il Castello di Montemor-o-Velho e il "Percorso Pedonal Assistido", un sistema di percorsi e scale mobili che esplicita e rafforza la relazione tra centro storico e territorio.



de Montemor-o-Velho viene conferito dall'Associação Nacional de Municípios com Centro Histórico, nel 2003, il Prémio Nacional de Arquitectura Alexandre Herculano, nella categoria "Interventi negli Spazi Pubblici". Nello stesso periodo Armando Rabaça, Pedro Maurício Borges e Paulo Fonseca progettano e realizzano il recupero del Solar dos Alarcões come Biblioteca Municipale e Julião Azevedo la nuova Piscina Municipale. Successivamente, su progetto di Miguel Figueira, la sede del vecchio mercato è recuperato per la nuova funzione di Galleria d'Arte Municipale.

Dopo questa fase di interventi di riqualificazione degli spazi urbani e di dotazione di infrastrutture culturali e sportive fondamentali per la qualità della vita dei residenti che hanno contribuito a rinnovare l'immagine di Montemor-o-Velho, è subentrata, nell'ultimo decennio, una fase progettuale in cui gli interventi architettonici sono stati orientati alla realizzazione di progetti eminentemente finalizzati a valorizzare il municipio non solo alla scala urbana ma anche territoriale.

2.2. La valorizzazione

Con l'affermazione della meccanizzazione della

produzione agricola, la grande pianura della valle del Mondego che circonda il nucleo edificato, pur mantenendo e incrementando la sua capacità produttiva, ha cessato di costituire l'elemento fulcrato della vita dei residenti il cui reddito, a partire dagli anni Settanta, ha smesso di essere basato sull'agricoltura.

La valle non costituisce più il luogo fondamentale della vita delle persone, generatore delle dinamiche delle loro attività quotidiane, assumendo il ruolo di meraviglioso ma distante piano di fondo, di semplice scenario delle loro vite.

Il paesaggio agricolo della valle, da luogo di vita della comunità, si è progressivamente trasformato, nella percezione, in un muto sostrato attraversato dalle infrastrutture, gli assi vitali per il trasferimento di energia, materia, flussi di persone e merci verso luoghi altri.

La nozione di centro insediativo in un territorio vuoto appare priva di senso; nel lavoro di Figueira si assume come fondamentale la strategia di agire nella dimensione territoriale per la valorizzazione del nucleo edificato: il territorio deve essere inteso interpretato nelle sue potenzialità, capacità, "come luogo di opportunità per la determinazione di nuovi modelli di sviluppo per la rivitalizzazione del



Fig. 10, 11 - Il “Centro de Alto Rendimento” localizzato in diagonale nel centro della valle, introduce un nuovi usi promuovendo e recuperando le dinamiche tra margini e centro del sistema vallivo. (Fotos Márcio Oliveira)

sistema”.⁷

L'obiettivo è quello di realizzare un insieme di interventi che consentano di ottimizzare la relazione tra il centro del nucleo e il fiume, di assegnare nuove attrattive funzioni alla valle; ma, anche, quello di costruire un'attrattività capace di operare a più scale e livelli per restituire all'insediamento una centralità non solo locale bensì anche regionale, nazionale e addirittura mondiale.

In questa visione, può essere inquadrata la serie dei più recenti interventi, complessivamente orientati a incrementare le dinamiche di relazione tra insediamento e la sottostante valle, tra i quali si evidenziano: il “Percurso Pedonal Assistido”, finalizzato a migliorare l'accessibilità alla quota del castello attraverso la realizzazione di un sistema per la mobilità pedonale con scale tradizionali e mobili; il “Centro de Alto Rendimento” che valorizza le infrastrutture idriche e il fiume come fondamentali risorse per la costruzione di nuove importanti funzioni nella valle.

Le scale mobili costituiscono un intervento di carattere architettonico e urbanistico che migliora l'accessibilità alle quote più elevate di Montemor-o-Velho.

Il progetto, sviluppato dalla Divisione Progetto

Urbano coordinata da Miguel Figueira, realizzato nel 2013, permette di raggiungere facilmente la sommità del monte su cui sorge il Castello non solo alla popolazione residente, connotata largamente da una composizione demografica di persone anziane, ma anche ai turisti, potenziando il commercio.

Il collegamento realizzato consente di muoversi agevolmente dalla quota bassa della collina, dove si trova la Piazza del Municipio, alla sua sommità, in corrispondenza del cammino di ronda del Castello, superando il dislivello di 30 metri grazie all'ausilio di tre rampe successive di scale mobili affiancate da quelle in pietra.

Il sistema di scale si sviluppa confinato tra muri, articolandosi in rampe e pianerottoli che si collegano alla viabilità esistente alla relativa quota. Le scale si dipanano relazionandosi con grande naturalezza alla orografia dei luoghi, creando una nuova rete di relazioni di vicinato e costituendosi come meraviglioso dispositivo urbano per la fruizione del paesaggio; il percorso esplicita e rafforza la relazione tra il centro storico e il territorio, con i campi e col fiume; rafforza il legame tra abitanti e luoghi. Facilitare l'accesso significa, infatti, dinamizzare, contrastare l'abbandono delle quote più alte ma anche riaffermare l'importanza della pianura



nella struttura territoriale della valle del Mondego. La macchina urbana, inoltre, enfatizza l'importanza del lato Sud del Castello, individuando come entrata principale quello dal lato dell'espansione dell'abitato verso la valle, la Porta del Sole, accanto alla Cappella di Sant'Antonio.

Il progetto del “Percorso Pedonal Assistido” si inquadra evidentemente in una più ampia strategia di valorizzazione del territorio che intende intervenire nella riformulazione degli assi di funzionamento e di fruizione che connotano la valle.

La direzione verso la valle, indicata con il tracciato delle scale mobili, prosegue, difatti, con la nuova pista di triathlon, nel precedente luogo del mercato e, più lontano, con il “Centro Náutico de Alto Rendimento”.

Pochi anni prima del Percorso Pedonal Assistido si è difatti realizzato il “Centro de Alto Rendimento”, nucleo fondamentale della strategia di rivitalizzazione di Montemor-o-Velho in ordine alla definizione di nuove relazioni alla scala urbana e territoriale.

L'infrastruttura che si accosta con un canale artificiale al fiume, stabilisce nuovi rapporti alla scala di prossimità tra il fiume e l'edificato

preesistente e con la scala territoriale in ordine alla rilevanza dell'espressività paesaggistica.

Il Centro Nautico è progettato per costituire una infrastruttura di eccellenza a livello nazionale e internazionale per ospitare attività e competizioni di canoa, nuoto, canottaggio e triathlon. La realizzazione di una infrastruttura di eccellenza in tale ambito consente di attrarre atleti per l'allenamento e le competizioni per le quattro discipline olimpiche durante tutto l'anno arricchendo la valle di una nuova importante funzione anche per i nuclei vicini.

Il grande bacino – di 2000 per 135 metri con profondità di 3,5 metri – è dotato di una pista di ritorno, un canale di riscaldamento e di raffreddamento, una pista ciclabile un percorso tecnico lungo il canale per il supporto agli allenamenti, hangar, spogliatoi, palestra, sauna e sale polivalenti.

Conclusioni

Nell'ipotesi di lavoro di Montemor-o-Velho il paesaggio si configura come il luogo cui riferire, in termini complessivi e sistemici, la qualità delle trasformazioni in quanto processi adeguati e compatibili alle caratteristiche dei territori; cui rapportare gli esiti progettuali in termini di valorizzazione.

L'azione progettuale, sostanzialmente, è intesa e valutata per la capacità di creare valore aggiunto al paesaggio quale risorsa non riproducibile attraverso lo sviluppo di beni e servizi in grado di potenziare la qualità della vita dei residenti e la competitività locale.

Si pone in atto una progettualità volta a intervenire con soluzioni appropriate a esaltare le preesistenze urbane, i valori paesaggistici e a offrire una efficace risposta alle mutate esigenze dell'utenza; una progettualità che in termini di linguaggio intende esplicitare, all'interno di una rigorosa coerenza dialettica, una condizione di equilibrio tra le antinomie: nuovo/antico, conservazione/trasformazione.

Quel che è più importante, è che il futuro di questo centro storico minore è fortemente inteso come parte integrante dell'idea di futuro del proprio territorio. Elemento inscindibile dall'identità e dal ruolo che si vorrà riconoscere al suo contesto in tutte le sue parti e alle loro reciproche relazioni e interdipendenze. Senza questo orizzonte di senso e di azione anche l'intervento sull'edificato sembrerebbe non poter dispiegare appieno le sue potenzialità di rigenerazione, o addirittura vanificarsi, rinchiudendosi nell'alveo di una colta testimonianza dentro un territorio che tende a

ignorarlo nella sua condizione di privazione di nuove direttrici di sviluppo.

Bibliografia

- AA.VV. (1975), *Symposium on the conservation of smaller historic towns*, ICOMOS, Rothenburg ob der Tauber, Germany 29-30 May 1975
- ANGELUCCI F., BRAZ AFONSO R., DI SIVO M., LADIANA D. (2015), *The Technological Design of Resilient Landscape* vol. 86.1.1, MILANO, Franco Angeli. IT.
- LADIANA D., et al. (2011), "Qualità misurabile e qualità vissuta della città. La rigenerazione urbana come riconnessione tecnologica tra risorse, spazi, abitanti", *Techn Journal of Technology for Architecture and Environment*, vol. 10, IT
- BONESIO L., (2007), *Paesaggio, identità e comunità tra locale e globale*, Diabasis, Reggio Emilia, IT.
- CHOAY F. (2012), *Patrimonio e globalizzazione*, Alinea Edizioni, Firenze, IT.
- CHOAY F. (2008), *Del destino della città*, Alinea Edizioni, Firenze, IT.
- FIGUEIRA M. (2001), "Obra Publica". *Revista In Si(s)tu*. Porto n.1, PT.
- FIGUEIRA M. (2001), "Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Velho - Acções Prioritárias", *VII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, Lisboa, 28 a 30 de Março, PT.
- MAGNAGHI A., (1992), *Per una trasformazione ecologica degli insediamenti*, Franco Angeli, Milano, IT.

MONTI S.(2004), *Centri storici minori*, in IGM, Italia - Atlante dei Tipi Geografici, Edizioni Istituto Geografico Militare, Firenze, IT.

UCLG, Culture 21: Actions. Commitments on the role of culture in sustainable cities, Committee on Culture UCLG - United Cities and Local Governments 2015. [Available at <http://www.agenda21culture.net/>]

UNESCO 2011, *Recommendation on the Historic Urban Landscape*, UNESCO World Heritage Centre, Paris, France, 2011.

PELUCCA B. (2010), *Progetto e territorio: la via portoghese*, Alinea Editrice, Firenze, IT.

Município Montemor-o-Velho (2009), *Carta das instalações desportivas artificiais*, FLUC Cegot, Coimbra, PT.

PORTAS N.(1985), “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, em *Sociedade e Território* n. 2, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto, PT.

Sitografia

<http://www.aica.pt/pt/artists/miguel-figueira/>
<http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/publicacao-dre-arumontemor-o-velho.pdf>
<http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/ARU%20MMV1.pdf>
<http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/as-pedras-rolantes-de-montemor-o-velho/>

1. Sebastiano Monti identifica una delle problematiche relative al recupero dei centri storici minori nel loro isolamento, geografico e sociale. “La debolezza tradizionale dei centri storici minori, misurata in genere secondo la dimensione socio-demografica (spopolamento e invecchiamento), economica e della marginalità (bassi livelli occupazionali, scarsi investimenti produttivi), oltre che dell'abbandono del patrimonio abitativo per lo più fatiscente e repulsivo, va sicuramente combattuta ed eliminata innanzitutto con la costruzione di regole precise relative all'insediamento umano e all'affermazione di una cultura di auto-governo, capace di esprimere e rafforzare un adeguato progetto sostenibile in direzione di un razionale governo dei processi di trasformazione, utili a 'riabilitare' ed a 'fare riabitare' spazi altrimenti refrattari ad uno stabile e funzionale insediamento umano e produttivo, nel quadro di una politica complessiva mirante a riaffermare in modo prioritario una diffusa e variegata sostenibilità globale (sostenibilità ambientale, territoriale, sociale, politica ed economica), che consideri i centri storici minori non come organismi a sé stanti, ma come parti di un sistema organicamente articolato”. Monti S.(2004), *Centri storici minori*, in IGM, Italia - Atlante dei Tipi Geografici, Edizioni Istituto Geografico Militare, Firenze, 2004

2. Il paesaggio storico urbano è inteso come risultato di una stratificazione storica di valori e caratteri culturali e naturali che vanno al di là della nozione di “centro storico”. Vi si legge

che “Questo più ampio contesto include in particolare la topografia, la geomorfologia, l'idrologia e le caratteristiche naturali del sito; il suo ambiente costruito, sia storico che contemporaneo; le sue infrastrutture sopra e sotto terra; i suoi spazi aperti e giardini, i suoi modelli di utilizzo del suolo e organizzazione spaziale; percezioni e relazioni visive, così come tutti gli altri elementi della struttura urbana. Esso include anche le pratiche e i valori sociali e culturali, i processi economici e le dimensioni intangibili del patrimonio così come collegate a diversità e identità.” (UNESCO, 2011, art. 9).

3. Il borgo, oltre al castello, presenta numerose testimonianze storico-architettoniche di rilievo quali: la Chiesa di San Martino, il convento e la Chiesa di Nostra Signora degli Angeli, la Chiesa della Misericordia.

4. L'Associazione internazionale dei critici d'arte, con sede a Parigi, è stata fondata nel 1948 come ONG all'interno dell'UNESCO.

5. FIGUEIRA Miguel (2001) “Obra Publica”. Rivista *In Si(s)/tu*. Porto ISSN 1645 0868 n.1

6. Il programma per il Recupero delle Aree Urbane Degradate (PRAUD), istituito con il Despacho 4/SEHU/1985, che si aggiunge ai precedenti strumenti della cooperazione tecnica e finanziaria tra il governo centrale e le amministrazioni locali, consiste in un'azione di supporto ai municipi per la

programmazione e implementazione dei processi di qualificazione o riqualificazione delle aree urbane o a vocazione urbana. Il programma si articola in due distinte categorie di intervento:

- il PRAUD-OBRAS (opere), per il finanziamento di interventi di riabilitazione o rinnovamento di aree urbane degradate, e precisamente di spazi pubblici, edifici rilevanti dal punto di vista storico- culturale, infrastrutture e servizi;

- il PRAUD-GTL (Gabinetto Tecnico Locale), per il finanziamento di azioni di progettazione e/o realizzazione delle opere di riabilitazione e/o rinnovamento di aree urbane.

Lo stato a tal fine appoggia i GTL (Gabinets Técnicos Locais) istituiti in appoggio alle amministrazioni locali per la elaborazione di studi, progetti, piani e di tutti gli atti necessari e preparatori agli interventi di recupero.

7. Pontos de referência - Cartografia crítica da arquitectura contemporânea pelo território português. Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho Miguel Figueira. In <https://vimeo.com/112814879>

**Minor historical centers, landscape and architecture.
Preservation and valorization of “Montemor-o-Velho” by
Miguel Figueira**

Daniela Ladiana

1. MINOR HISTORICAL CENTERS

1.1. The transformations

In the last few decades, the socioeconomic transformations resulting from industrialization have led to the slow but constant abandonment of a large number of settlements: the relentless urbanization in the medium-sized and large industrialized cities comprised the phenomenon of depopulation of rural areas and of small centers. Countless ancient villages have been, and still are, subjected to a process of degradation resulting from economic and social decline. The perspective of the physical and environmental degradation of so much of the territory constitutes a problem. Perplexity and concern now also arise with regard to the growing attention to these settlements in terms of tourism and real estate development; in more recent times, in fact, the condition of a growing demand for use of these places has been determined, characterized by high historical, architectural and environmental value, so that added to the threat of abandonment is that of heritage transformations and loss of values, for the production of interventions that, in the complex network of relations between the center and the territory, tend to act mainly on the dimension of the historical building with relevant consequences in landscape terms. Add to this change the implementation of actions by local authorities that are confronted with territory and community needs, thanks to the financial support of the European Community: in the absence of an extended debate shared in the scientific community on the criteria and methods of

intervention, the actions implemented can accelerate, rather than slow down, the loss of values related to the preservation of historic buildings and of the landscape.

The disappearance of the enormous amount of property in question can, in fact, be determined both by the persistence of inaction as by unwillingness to act, in any way, in order to contrast the dynamics in place.

The study of these small centers and their architecture is, therefore, gaining interest not only with reference to generalized abandonment but also to the critical evaluation of actions and interventions being implemented.

As evidence of the need for specific studies on the conservation and enhancement of these settlements and their landscape, there is an extensive production of technical guides produced by Institutional Bodies to support the action of Local Authorities as the bibliography developed for these centers, when existent, is focused on approaches to reading and interpreting the historical, artistic, anthropological and geographical dimensions, and is generally aimed at promoting tourism.

In the evolution of the disciplinary debate of the restoration, we have witnessed the progressive expansion of the field of protected assets towards all the visible aspects of a culture, including urban and landscape artifacts. Thus, over time, we have witnessed the extension of a field that, having emerged to safeguarding and passing on, to future generations, monuments intended as isolated emergencies, has expanded to cover the urban and landscape environment, also assessed as a testimony of civilization.

Already Gubbio's New Charter in 1990 has extended the concept of recovery to the whole city, broadening the horizon from the "historical center" to "historical territory" and no longer placing the accent on "how" to intervene, but, rather, on "why" we intervene: a project's validity is stated as based primarily on its cognitive foundations; knowledge becomes a

tool for the protection of values and memory in a historical phase in which cities seem to lose their identity due to new factors of change towards globalization.

In 2000, on the other hand, the European Landscape Convention sanctioned the importance of the landscape, also within the meaning of urban landscape. The European Convention marked the beginning of a new landscape management process, as a vital component of Europe's cultural and natural heritage and a fundamental element of individual and social well-being. The convention contains innovative principles on landscape design, on its social function, protection and enhancement: in fact, this is no longer understood solely as an object of aesthetic contemplation, but as a part of territory as perceived by the populations. The landscape no longer has purely "aesthetic" value, but is an essential element for territories' economic and social development.

In light of these economic, social, cultural and disciplinary developments, scientific reflections on the subject of safeguarding the heritage, environmental and landscape assets of these groups in relation to the reference territories seem to be lagging behind; It seems, therefore, important to contribute to the debate, evidently of a multidisciplinary nature, on determining possible approaches useful for preserving this important historical, architectural, urban and environmental heritage from degradation and possible oblivion.

1.2. Lost in translation

The ancient villages, incunabulum of our identities, of our traditions, are characterized by great historical, architectural and environmental value; the slowdown of economic dynamics has often preserved them from the transformations, keeping intact the charm of a construction implemented in

times when technologies and languages were shared tools for realizing the human habitat as a choral work; however, within the vast and complex topic of "historical centers," the subject "minor historical centers" today, compared to the most recent dynamics of socio-economic and cultural transformation, represents perhaps a category not yet properly investigated and which postulates urgent reflection.

In the latest literature, the same definition appears to be uncertain: in some terms, the adjective "minor" refers to the settlement's dimensional or demographic aspects; in others, the evaluation of the socio-economic dimension appears to prevail.

In general, and as a first approximation, it can be said that "minor" would seem to indicate a small center that goes through a phase of decline in its historical evolution; the failure of the conditions that historically had determined its genesis and expansion, a specific role in relation to a territorial context. A minor historical center is a distant settlement, sometimes not only metaphorically, from the vital conditions of survival; this situation leads to a slow, apparently inexorable process of abandonment and degradation.

Beyond the definition-related problem, an argument to support the need for a specific field of study within the topic of historical centers is that the critical aspects that are seen in so-called "major" historical centers are not addressed in "minor" ones and vice versa.

The study of this type of "historical center" implies understanding specific and distinct criticalities from those that can connote the historical center of a large and vital urban reality, where the problem of safeguarding is added to another series of issues: such as those dictated by the topic of mobility, pollution, housing pressure, the redefinition of the role and the functions assigned to the central areas of the most ancient construction within the broader urban context. As part of the disciplinary specifics of architecture, a

comparison is made with different issues:

- what are the asset values at stake?
- what are the conceptual and operational tools that can be put in place to safeguard the assets?
- what types of intervention today are compared with the category of what is possible besides that which is desirable?

The crucial element here is that the fate of an ancient village is closely linked to that of the territory surrounding it; it would be better to say that there would seem to be a two-way relationship between qualitative and/or quantitative depletion of production activities in the territory and the settlement's depopulation and degradation.

The phenomenon of abandonment implies not only the loss of the historical heritage of the urban core area, but also increasingly infrequent agro-forestry activities, the heightened phenomena of hydrogeological instability and loss of landscape. The decay and extinction of the safeguarding action follows the decline of an entire settlement and territorial reality modified over the centuries, the result of the relationship between community and context; there is less human action shaping and organizing the territory for its usefulness, with rural landscapes as the outcome. The landscape is affected by a process of simplification and impoverishment of its components; the gradual disappearance of characterizing structural elements (such as terracing, dry stone walls, agrarian hydraulic arrangements) and the progressive renaturalization with subsequent simplification and reduction of the identity features are implemented. The notion of "center" should, therefore, be understood here, in relation to the territorial and landscape context: this leads us to consider the prospect of protecting small towns within a broader context; unlike the historical centers, which comprise a part of the city, from which they draw resources and opportunities for their survival, the "minor" ones, to positively confront themselves with a prospect of the future,

must inevitably compare with the fate of their own territories.¹

In this regard, the problem of safeguarding minor historical centers should be addressed in relation to criticalities distinct from that of conservation and/or restoration of the existing building heritage, that is, broadening the horizon and essentially considering the problems related to the ineffective relationship between buildings and territory.

1.3. Rebuilding relations

The condition of minor historical centers constitutes a complex problem of considerable interest according to many viewpoints; its multidimensionality can, in fact, entail different possible approaches that may concern physical, social or economic aspects.

In the perspective of safeguarding assets, there would essentially appear to be two major issues: that of knowing and interpreting the values linked to the built core system, to the context and their mutual relations, before time can wipe out and render structures, forms and sedimented languages unintelligible; and that of determining methods of action for safeguarding that is suited to the history and forms of each place.

A prescriptive or binding approach for protecting these historical centers, alone, would not have significant effects in terms of survival. In general, a possible approach would appear to include choosing the quality of the relationship between edifications and the context as a priority area of analysis and intervention; or the updating of the dynamics that historically determined the genesis and expansion of the core in relation to its territory. In other words, in this regard, the problem of safeguarding and recovering ancient core areas does not appear to be separated from the issue of updating the uses of its context. Therefore, the idea emerges that, to protect minor historical centers, assuming the centrality of the

project becomes necessary.

Returning these urban agglomerations to the contemporary dimension and, above all, ensuring that they remain in place in the future certainly means implementing processes for recovering edifications, but also, perhaps, determining intervention strategies based on increasing the values at stake through the project.

No simple infrastructure is indicated here - it is not intended, of course, to highlight the results of planned interventions within the logic of providing the territory with minimum services - but the operation of a design that meets the needs of the place capable of integrating, with traditional ones, new functions (tourism, energy, health, agriculture and innovative industrial production).

It is about imagining, designing, enhancing actions capable of ensuring cultural and economic development opportunities within the context, without introducing factors that could compromise preserving the assets to be protected (landscape, environment and heritage); rather, they imply compatible conditions of use.

A possible work address is indicated by the UNESCO recommendation on the "Historic Urban Landscape" (UNESCO Recommendation on the Historic Urban Landscape, 2011). These include the objectives of urban heritage conservation and those of social and economic development. The element of greatest interest is the interrelationship between physical forms, organizations and spatial connections, natural and environmental characteristics, social, cultural and economic values, returned in a unitary vision. The "principle of relationality" is introduced, considering the priority to the interrelations, the connections and links between the elements.²

The UNESCO Recommendations on the "Historic Urban Landscape" have, in fact, recognized a new centrality to the conservation of urban heritage, understood as "strategy to

achieve the balance between urban growth and quality of life on a sustainable basis" (UNESCO, 2011, art. 3). The guideline drawn up by the Recommendations is to pursue the conservation of heritage within broader development policies, framing the forecasts for the historical areas within those of their broader contexts.

The need to integrate conservation policies is asserted with development strategies, to create connections between historical heritage and quality of life, between past and future, substantially introducing and affirming the "principle of relationality" that recognizes, as a priority, attention to the interrelations, to the connections between physical elements, meanings, and values.

The central element of the UNESCO approach is the recognition not only of the complexity of interrelations between the organizational and spatial forms in the landscape, but also that the project action must be traced to this relational complexity.

As part of the international research "Landscape in Translation - For the Government of the Transition," the idea is to understand what the methodological and instrumental equipment can be for the survival of minor historical centers and ancient villages, with possible intervention approaches guaranteeing the conservation of edifications.

An important area of analysis and reflection consists of understanding the specific role of architecture in protecting minor historical centers by checking the hypothesis that *it is possible to pursue results in terms of preservation of the historical core starting from implementing measures for enhancing the landscape*.

Through a work of analysis and interpretation, the proposed working methodology involves returning knowledge of identified case studies, in the twofold dimension of the evolution of relations with the territory and the quality of the landscape and the transformation/conservation of the heritage of the built-up core area. This knowledge is assumed

as a vital tool for analyzing and evaluating the effectiveness of the interventions in terms of safeguarding the heritage.

We identify the case study of Montemor-o-Velho, for the predominant role of architecture in analyzing and reinterpreting the core/territory relationship and between the parts of the historical core area.

This is a paradigmatic case for the willingness to interpret and re-elaborate relations within the process of constructing/transforming the settlement-context system, and whose intervention strategies seem to derive from the specific features of this system in terms of implementing intrinsic potentialities of evolution.

2. "MONTEMOR-O-VELHO"

Montemor-o-Velho is a small town in Central Portugal, in the fertile Lower Mondego River Valley. The municipality territory, spread over an area of about 230 square kilometers, with a population of around 26,000, is bordered to the east by Coimbra and Condeixa-a-Nova, to the south by Soure, and to the west by Figueira da Foz.

On the north side of the valley, in an east-west direction, there rises the elongated mountain where the castle and the oldest part of the settlement are located. The great river valley, which extends around the relief, features extensive agricultural crops: on the right bank of the river, with flooded areas, rice and corn are cultivated together with vegetables; the left bank comprises vineyards and olive groves.

The first settlement dates back to the Neolithic; the castle, according to documentary sources, to the ninth century, and the foundation of the town hall to 1212. The core area, developed in the Middle Ages on an important trade route, in the years of disputes between Christians and Muslims, played an important role defense of Coimbra. The foundation of Figueira da Foz on the coast at the end of the 18th century

marked the beginning of its decline.³

This is an eminently rural territory, closely linked to agriculture and breeding, currently favored, in terms of competitiveness, in relation to the other rural territories of the region, given its location, included between Figueira da Foz, 16 kilometers away on the coast, and Coimbra, 25 kilometers inland. The short distance from these centers allows living in a rural context in relative proximity to the services of larger urban centers.

Since the 1990s, this Municipality has been the subject of a series of interesting interventions, aimed first at recovery and subsequently at valorisation, thanks to the work of municipal architect Miguel Figueira.

A work whose importance was thoroughly recognized in 2011, when it won the national award of the International Association of Art Critics (AICA)⁴. The panel has acknowledged the following: "Enthusiasm and persistence, combined with conceptual and constructive precision denoted in his set of work make Miguel Figueira's case unique." It features "an exemplary work, both in rehabilitating the public space and in creating new programs able to revive" the small agglomerate of Montemor-o-Velho. "Aside from the large order and the status of the author associated with the private workshop, Miguel Figueira shows that the practice of architecture within the public context can not only improve conditions for the local community, but also launch global-impact programs, such as the Montemor-o-Velho High-Performance Center."

2.1. Urban and architectural recovery

The importance of Montemor-o-Velho (the municipality seat) from a political and administrative standpoint, together with the conditions of severe deterioration of its historical center and the need to identify new development guidelines in view

of the profound transformations to the social and economic context, led to the implementation of recovery and enhancement policies in support of local action at the end of the 1990s.⁵

The first intervention on Montemor-o-Velho dates back to 1994: The restoration project for the Ester de Carvalho Theater, which is classified as a property of public interest, is the work of architect José Antonio Bandeirinha.

In 1999, under the responsibility of the Portuguese Architectural Heritage Institute, together with City Council, architect João Mendes Ribeiro created a small building, "Casa do Cha," within the Castle's perimeter. The work is one of the most representative of Portuguese architecture, given the delicate and intense relationships forged between architecture, ancient ruins and landscape.

The Program for the Rehabilitation of Degraded Urban Areas (PRAUD)⁶, in 1997, allows the installation of a Local Technical Office (GTL) in Montemor-o-Velho.

The set of interventions carried out over time, starting from the implementation of this program, are characterized by the continuity of the work by architect Miguel Figueira, who begins his work in the public administration, as a GTL technician.

The first major redevelopment work on this core area, realized by the GTL within the Urbanization and Safeguard Plan of the Montemor-o-Velho Historical Center, comprises the intervention in the urban space.

The possibility of renovating the water and sewage infrastructure in the historical center involves taking over the redevelopment of public space as a priority, which includes not only outlining the urban design but also a functional reformulation of the system of spaces and paths.

The accessibility to the edifications is improved and the mobility means are reformulated by systematizing the various types. Squares, paths and parking lots are created.

A vital part of the project includes outlining/improving the relations the internal part of edifications and the expansion outside the walls.

Thanks to this project at Montemor-o-Velho City Council, the 2003 Alexandre Herculano National Architecture Prize was awarded to the National Association of Municipalities with Historical Centers, in the category "Interventions in Public Spaces."

In that same period, Armando Rabaça, Pedro Maurício Borges and Paulo Fonseca designed and realized the recovery of the Solar dos Alarcões as the Municipal Library, with Julião Azevedo spearheading the new Municipal Pool. Subsequently, in a project by Miguel Figueira, the site of the old market is recovered in order to serve as the new Municipal Art Gallery. After this phase of redevelopment of urban spaces and the provision of cultural and sporting infrastructures that are vital to the quality of life of the residents who helped renew the image of Montemor-o-Velho, over the last decade a design phase has been in place, in which the architectural interventions have been geared to undertaking projects eminently aimed at enhancing the municipality not only at the urban but also territorial scale.

2.2. The development

With the assertion of mechanized agricultural production, the great plain of the Mondego River Valley that surrounds the built-up area, while maintaining and increasing its production capacity, has ceased to constitute the pivotal element of residents' livelihood, as their income has not been farming-based since the 1970s.

The valley is no longer the vital place of people's lives, generating the dynamics of their daily activities, taking on the role of a marvelous but distant background, of a simple scenario in their lives.

The valley's farming landscape, from a place of life within the community, has seen its perception gradually become a mute substrate crossed by infrastructures, the vital axes for the transfer of energy, matter, flows of people and goods to other places. The notion of a settlement center in an empty territory appears to be meaningless; in M. Figueira's work, the strategy of acting in the territorial dimension for developing the built-up core is regarded as vital: the territory must be understood as interpreted in its potentiality and capacity, "as a place of opportunity for determining new development models for revitalizing the system"⁷.

The goal is not only to create a set of interventions that allow optimizing the relationship between the center of the core area and the river, to endow the valley with new attractive functions, but also to construct an attractiveness capable of operating at different scales and levels to restore to the settlement a centrality that is not only local but also regional, national and even global.

In this view, the series of the most recent interventions can be considered, generally geared toward increasing the relationship dynamics between the settlement and the underlying valley, among which we highlight the following: the "Percorso Pedonal Assistido" (Assisted Pedestrian Walkway), aimed at improving accessibility to the level of the castle through the creation of a pedestrian mobility system with traditional stairs and escalators; the "Centro de Alto Rendimento" (High-Performance Center), which enhances water infrastructure and the river as vital resources for constructing important new functions in the valley.

Escalators are an architectural and urban intervention that improves accessibility to the highest points in Montemor-o-Velho. Developed by the Urban Project Division coordinated by Miguel Figueira, the project, which was carried out in 2013, allows easy access to the hilltop where the Castle stands,

not only to the resident population, widely characterized by a demographic composition of elderly people, but also to tourists, thereby strengthening trade.

The connection allows you to move easily from the lower part of the hill, where City Hall Square is located, to its top, in line with the walkway around the Castle, overcoming the 30-meter height difference thanks to the aid of three successive flights of escalators flanked by stone stairs.

The system of stairs is confined between walls, articulated in ramps and landings that connect to the existing road network at the relative height. The stairs unfold in a very natural relation to the places' orography, creating a new network of neighborly relations and constituting a marvelous urban device for the use of the landscape; the path explains and reinforces the relationship between the historical center and the territory, with the fields and with the river, while strengthening the link between inhabitants and places.

In fact, facilitating access means streamlining, counteracting not only the abandonment of the highest altitudes, but also reaffirming the importance of the plains within the territorial structure of the Mondego River Valley. The urban machine also emphasizes the importance of the Castle's south side, identifying as the main entrance the one on the side where the town expands toward the valley: the "Porta do Sol," next to the Chapel of St. Anthony. The project of the "Assisted Pedestrian Walkway" is clearly part of a broader territorial development strategy intended to intervene in the reformulation of the operating and fruition axes that characterize the valley.

Indeed, the direction towards the valley, indicated with the escalator layout, continues with the new triathlon track, where the market used to be located, and, further away, with the "Centro Náutico de Alto Rendimento" (High-Performance Nautical Center). A few years before the Assisted Pedestrian Walkway marked the creation of the "Centro de Alto

Rendimento" (High-Performance Center), a core area vital to Montemor-o-Velho's revitalization strategy regarding the forging of new relationships on an urban and territorial scale. The infrastructure that approaches an artificial canal to the river establishes new relationships with the scale of proximity between the river and the existing edifications and with the territorial scale with reference to the importance of the landscape's expressiveness.

The Nautical Center is designed to constitute an infrastructure par excellence, at national and international level, to host canoeing, swimming, rowing and triathlon activities and competitions. The creation of an infrastructure par excellence in this field makes it possible to attract athletes for training and competitions for the four Olympic sports throughout the year, enriching the valley with a new important function, even for neighboring core areas.

The large basin (2000 by 135 meters, and 3.5 meters deep) is equipped with a return lane, a heating and cooling duct, a bike path, a technical path along the channel for training support, hangars, changing rooms, gym, sauna and multipurpose rooms.

Conclusions

In the assumption of work in Montemor-o-Velho, the landscape is configured as the place for reporting, in overall and systemic terms, the quality of the transformations as processes suitable to and compatible with the territories' features, to relate the project results in terms of enhancement. The project action is basically geared to, and assessed for, the ability to create added value for the landscape as a non-reproducible resource by developing goods and services capable of enhancing both residents' quality of life and local competitiveness.

A project is put in place aimed at providing appropriate

solutions to enhance pre-existing urban areas and landscape values, while offering an effective response to users' changing needs; this is a project that, in terms of language, intends to explain, within strict dialectic coherence, a condition of equilibrium between antinomies: new/old, preservation/transformation.

The main thing is that the future of this minor historical center is strongly understood as an integral part of the idea of its territory's future. This is an inseparable element from the identity and the role that will be acknowledged to its context in all of its parts and to their mutual relations and interdependencies. Without this horizon of meaning and action, even the intervention on the edifications would seem unable to fully deploy its potential for regeneration, or even bring it to nothing, locking itself in the roots of a cultured testimony within a territory that tends to ignore it under its condition of depriving new development guidelines.

Bibliography

AA.VV. (1975), Symposium on the conservation of smaller historic towns, ICOMOS, Rothenburg ob der Tauber, Germany 29-30 May 1975

ANGELUCCI F., BRAZ AFONSO R., DI SIVO M., LADIANA D. (2015), *The Technological Design of Resilient Landscape* vol. 86.1.1, MILANO, Franco Angeli, IT.

LADIANA D., et al. (2011), "Qualità misurabile e qualità vissuta della città. La rigenerazione urbana come riconnessione tecnologica tra risorse, spazi, abitanti", *Techné Journal of Technology for Architecture and Environment*, vol. 10, IT

BONESIO L., (2007), *Paesaggio, identità e comunità tra locale e globale*, Diabasis, Reggio Emilia, IT.

CHOAY F. (2012), *Patrimonio e globalizzazione*, Alinea Edizioni, Firenze, IT.

CHOAY F. (2008), *Del destino della città*, Alinea Edizioni, Firenze, IT.

FIGUEIRA M. (2001), “Obra Publica”. *Rivista In Si(s)tu*. Porto n.1, PT.

FIGUEIRA M. (2001), “Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Velho - Acções Prioritárias”, VII Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Lisboa, 28 a 30 de Março, PT.

MAGNAGHI A., (1992), *Per una trasformazione ecologica degli insediamenti*, Franco Angeli, Milano, IT.

MONTI S.(2004), *Centri storici minori*, in IGM, Italia - *Atlante dei Tipi Geografici*, Edizioni Istituto Geografico Militare, Firenze, IT.

UCLG, *Culture 21: Actions. Commitments on the role of culture in sustainable cities*, Committee on Culture UCLG - United Cities and Local Governments 2015. [Available at <http://www.agenda21culture.net/>]

UNESCO 2011, *Recommendation on the Historic Urban Landscape*; UNESCO World Heritage Centre, Paris, France, 2011.

PELUCCA B. (2010), *Progetto e territorio: la via portoghese*, Alinea Editrice, Firenze, IT.

Município Montemor-o-Velho (2009), *Carta das instalações desportivas artificiais*, FLUC Cegot, Coimbra, PT.

PORTAS N.(1985), “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, em *Sociedade e território* n. 2, Fundação Calouste Gulbenkian, Porto, PT.

Webography

<http://www.aica.pt/pt/artists/miguel-figueira/>

[http://www.cm-](http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/publicacao-dre-ar-montemor-o-velho.pdf)

[montemorvelho.pt/images/regurbana/publicacao-dre-ar-montemor-o-velho.pdf](http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/publicacao-dre-ar-montemor-o-velho.pdf)

[http://www.cm-](http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/ARU%20MMV1.pdf)

[montemorvelho.pt/images/regurbana/ARU%20MMV1.pdf](http://www.cm-montemorvelho.pt/images/regurbana/ARU%20MMV1.pdf)

<http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/as-pedras-rolantes-de-montemor-o-velho/>

Notes

¹ Sebastiano Monti identifies one of the problems related to the recovery of minor historical centers in their geographical and social isolation. “The traditional weakness of smaller historic centers, generally measured according to the socio-demographic dimension (depopulation and aging), economic and marginalization-related (low employment levels, scarce productive investments), as well as the abandonment of the mostly dilapidated and run-down housing, it must certainly be fought and eliminated, first of all, by drafting precise rules concerning human settlement and the affirmation of a culture of self-government, capable of expressing and strengthening an adequate sustainable project toward a rational government of transformation processes, useful for 'rehabilitating' and 're-inhabiting' spaces that are otherwise refractory to a stable and functional human and productive settlement, within the framework of an overall policy aimed at reaffirming as a priority a widespread and varied global sustainability (environmental, territorial, social, political and economic sustainability), which consider minor historical centers not as separate bodies, but as parts of an organically articulated system.” Monti S.(2004), *Centri storici minori*, in IGM, Italia - *Atlante dei Tipi Geografici*, Edizioni Istituto Geografico Militare, Florence, 2004

²The historical urban landscape is understood to be the result of a historical stratification of values and cultural and natural features that go beyond the notion of "historical center." It states that "This broader context particularly includes the topography, the site's geomorphology, the hydrology and the natural features; its built environment, both historical and contemporary; its infrastructures above and below ground; its open spaces and gardens, its models of land use and spatial organization; perceptions and visual relationships, as well as all the other elements of the urban structure. It also includes social and cultural practices and values, economic processes and the intangible dimensions of heritage as well as related to diversity and identity." (UNESCO, 2011, art. 9).

³The small town comprises not only the castle, but also numerous historical and architectural testimonies, such as: the Church of St. Martin, the convent and Church of Our Lady of the Angels, and Misericórdia (Mercy) Church.

⁴The Paris-based International Association of Art Critics was founded in 1948 as an NGO within UNESCO.

⁵ FIGUEIRA Miguel (2001) *Obra Publica*. Review In Si(s)tu. Porto ISSN 1645 0868 n.1

⁶ The program for the Recovery of Degraded Urban Areas (PRAUD), established by "Despacho 4/SEHU/1985", which is added to previous instruments of technical and financial cooperation between the central government and local administrations, consists of supporting the municipalities for planning and implementing the qualification or requalification processes of urban areas.

The program is divided into two distinct categories of intervention: _

- PRAUD-OBRAS (works), for financing the rehabilitation or renovation of degraded urban areas, namely public spaces, buildings that are historically and culturally relevant, along with infrastructures and services;

- PRAUD-GTL (Local Technical Office), for funding actions for the design and/or rehabilitation and/or renovation of urban areas. To this end, the government supports GTLs (Local Technical Offices), established to support local administrations for preparing studies, projects, plans and all the necessary recovery-related actions and preparatory measures.

⁷ Pontos de referência - Cartografia crítica da arquitectura contemporânea pelo território português. Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho Miguel Figueira. In <https://vimeo.com/112814879>



**LAS DIFICULTADES
DEL GOBIERNO DEL PAISAJE
Y SUS ESPECIFICIDADES
EN EL MUNDO RURAL ESPAÑOL**

Luis Santos y Ganges

LAS DIFICULTADES DEL GOBIERNO DEL PAISAJE Y SUS ESPECIFICIDADES EN EL MUNDO RURAL ESPAÑOL

Luis Santos y Ganges

El “gobierno del paisaje” es una expresión frenética. Lo cierto es que los planificadores aceptamos con flema la idea que sugiere, pero en rigor tendríamos que apreciar cabalmente los sentidos del concepto paisaje y tendríamos que deliberar si realmente éste es susceptible de ordenación y gestión. Estos dos asuntos entrelazados son objeto perenne de preocupación académica, aun teniendo presente que superan las aptitudes de quien esto suscribe.

Nos vamos a referir, pues, a la variedad de visiones y a los modos de actuar en la protección y mejora; ambos asuntos de la realidad social enfocados desde la transversalidad disciplinar y la práctica de la planificación espacial en España. El punto de vista del autor es el del geógrafo (recordemos que el paisaje es el objeto por excelencia de la Geografía), el del historiador, el del planificador espacial preocupado por el patrimonio y el del profesor de urbanismo en una escuela de arquitectura.

Nos referiremos particularmente al caso del municipio de Grajal de Campos, una pequeña villa histórica de la provincia de León (España) que conjuga la decadencia del mundo rural con incontestables valores del patrimonio cultural y con un paisaje agrario de transición en las llanuras sedimentarias de la Meseta.

No es en puridad un caso ejemplar de recomposición de la dinámica socioeconómica, sino más bien de compromiso social con lo heredado. No es tampoco un caso de reconstrucción armónica del paisaje en las formas de asentamiento humano, sino de reconocimiento de los lugares y de los valores en una responsabilidad colectiva de protección y lucha contra la ruina, sobre la base de la identidad local y de la conservación patrimonial.

Un asunto previo: el concepto de paisaje, multiplicidad de significados e interpretaciones

El 'paisaje' es un constructo cultural, dilatado y diverso, un tema arduo y polisémico en términos académicos. Sin duda, admite variadas perspectivas para ser afrontado y tiende a ser abordado políticamente como una necesidad social. El paisaje, que no deja de ser una realidad percibida, se manifiesta como una faceta más de la calidad de vida de la población y uno de los asuntos más recientes en ser incorporados a la noción del interés general. Porque el paisaje, considerado como carácter del territorio, podría ser atendido como recurso e incluso evaluado como patrimonio. Pero en todo caso, en las sociedades avanzadas, aparece como un factor estable del bienestar.

Desde el Convenio europeo de Florencia del año 2000, hemos de pensar en “la protección, gestión y ordenación de todos los paisajes”, todos, los mejores y los peores, de ahí que debamos desplegar, en el trinomio protección-gestión-ordenación, la distinción entre los paisajes valiosos a preservar, los paisajes cotidianos o vulgares a mejorar y los paisajes agredidos a regenerar... o que debamos afrontar el sentido del paisaje cultural en cuanto a su relación con lo sentido, lo aceptado, lo heredado,

lo identitario, lo funcional, lo bonito... y sobre todo en cuanto a su caracterización, los valores y los criterios de actuación.

Hemos de reflexionar en la ambivalencia y la intrínseca dificultad del concepto de paisaje, en las diversas interpretaciones y en las diversas utilidades. Para los diseñadores (arquitectos del paisaje, jardineros, ingenieros...) triunfa la estética, la composición, la perspectiva visual, que tienden a hacer del paisaje una obra de arte o un objeto trazado. Por su parte, los científicos (ecólogos del paisaje, geólogos y biólogos ambientales, geógrafos...) prestan más atención a los aspectos causales: los elementos, factores y procesos que modelan el paisaje y su efecto sobre el territorio, mientras que los humanistas (historiadores, filósofos...) se preguntan por su pasado y por sus vinculaciones culturales y los sociólogos plantean un enfoque que atiende a los aspectos perceptivos y psicosociales del paisaje.

Aprendiendo de todos los anteriores, los planificadores nos ocupamos del paisaje con una perspectiva práctica e integradora, desde la evaluación hasta la salvaguarda, procurando además la incorporación del paisaje al discurso estratégico que dirige las propuestas territoriales y sectoriales.

La clave conceptual a compartir, lo que es común a todos, es la expresión exterior, su imagen o percepción, que recibimos a través de los sentidos, que puede emocionar o sosegar, y que podemos leer, interpretar o valorar. Aunque conviene recordar la dualidad planteada por Higuchi en 1988 acerca de la estructura espacial y la estructura visual del paisaje, quien planteaba que una cosa es explicar y otra distinta es captar. Puede decirse que, cada vez más, en nuestras sociedades va avanzando de modo paulatino cierta conciencia y cultura paisajística, al menos nominalmente. Pero el asunto de la protección, la gestión y la ordenación de todos los paisajes es algo bien difícil y aún en sus comienzos. En la experiencia como planificadores espaciales de los equipos del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, el paisaje es un ítem que introducimos siempre en las herramientas de planificación, ya sean urbanísticas, de ordenación del territorio o de ordenación de espacios naturales o espacios culturales. Veamos las posibilidades técnicas, todo ello incluso sin un expreso reconocimiento jurídico del paisaje de cara a las políticas públicas.

El paisaje en tanto argumento técnico y táctico de la acción pública

Los paisajes están presentes de un modo u otro en la visión de los técnicos, más aún cuando parecen estar de moda. La planificación espacial, ya sea voluntaria o involuntariamente, interpreta siempre los paisajes, conociéndolos, estableciendo normas y precauciones, programando acciones o desarrollando proyectos. Otra cosa es su solvencia en esta materia.

Hemos señalado que el paisaje es un ítem anchuroso, inabordable en todas sus facetas. Sin embargo, cada vez más, desde los principios de prospección, desarrollo sostenible, participación social y planificación concurrente, los mejores instrumentos de planificación espacial incorporan la perspectiva paisajística.

Cuando ello ocurre, como es en nuestros planes espaciales, se inserta el paisaje como estructura de conocimiento y como fuente orientadora de criterios normativos y de ordenación.

Esto es así porque entendemos que una planificación rigurosa debe integrar todas las posibles orientaciones transversales (que afectan tanto al diagnóstico como a la propia ordenación), tales como: el paisaje en tanto clave interpretativa y argumento en la ordenación;

el patrimonio y el medio ambiente como referencias estables de valores, y el territorio como sistema equilibrado de servicios a la población.

En efecto, el paisaje puede ser uno de los hilos conductores de la ordenación espacial. Puede ser usado como herramienta conceptual y como argumento de interpretación y planificación del territorio, en la idea del paisaje como una realidad dinámica de elementos y procesos naturales y culturales, es decir, como el “carácter” de un espacio con historia pero en tensión y en transformación, y como una referencia a la identidad local y regional, fuente de valores y muestra de las fragilidades y del patrimonio heredado. Además, aunque el paisaje es difícilmente gobernable y su ordenación precisa de un marco jurídico solvente, siempre debe procurarse el mejor conocimiento, el establecimiento de los objetivos de conservación, normas y precauciones, e incluso el planteamiento de acciones y proyectos.

Los paisajes se reconocen básicamente por la superposición de estructuras históricas y contemporáneas sobre un medio concreto, analizando el poblamiento, la parcelación y sus usos, las infraestructuras, la producción, los servicios fundamentales, la movilidad, etc. de

modo que lo paisajístico sería también una experiencia básica de la geometría de la interrelación de los sistemas. Además, los paisajes y sus valores, sus lugares, pueden ser una clave de la ordenación. Reconociendo los paisajes concretos, las formas del territorio y su dinamismo, el plan espacial podría fundarse en un sistema de lugares en el que el paisaje cumple la función de factor estabilizador, a pesar de la interacción que los flujos de personas, de mercancías y de información parecen imponer al espacio geográfico.

La escasa ordenación del territorio que se está conformando en España mediante instrumentos planificatorios, aunque es poco intervencionista y nada programadora, al menos sí es garantista y protectora, para lo cual precisa partir de la convicción de que existen condiciones previas en el espacio geográfico y de que es necesario salvaguardar los valores que descubrimos en el territorio y que constituyen el principal sustrato de los que denominamos intereses y bienes comunes.

En la ciudad contemporánea, sin una forma y sin unos bordes reconocibles, sólo una interpretación rigurosa de los paisajes que sea fruto de un profundo conocimiento del territorio permitiría mantener cierto nivel

de coherencia en términos morfológicos. En definitiva, es el paisaje una regla (tal como señalaba De las Rivas en 2006), un modo de trabajo del planificador, la manera de facilitar una comprensión estructural de la forma de la región-plan. Lo rural, lo periurbano y suburbano, el espacio urbano difuso, tan relevantes en la forma de la ciudad, parten del heterogéneo aglomerado de objetos que se levanta en torno a las redes viarias, sobre un campo cada vez más urbanizado y entre espacios más o menos humanizados, de valor y función diferentes, tanto por sus cualidades como por los procesos naturales a los que responden. En el campo, por su parte, podemos distinguir sin dificultad el medio rural profundo, es decir, los ámbitos fundamentalmente agrarios, en decadencia demográfica y con un nivel de servicios limitado. Pero ya sea en el medio rural profundo o no, la multitud de pequeños y medianos pueblos muy estrechamente vinculados al campo está expuesta desde hace mucho tiempo a unas dinámicas socioeconómicas que tienden a acabar con su resistencia a desaparecer. En estos casos, el planeamiento de inspiración “urbanita” nada sabe hacer. Y el paisaje, en buena parte interesante y con valores, a menudo parece un

argumento débil, pues las actividades tienden a la atonía y los problemas son demasiados.

A pesar de las distintas dificultades, la utilidad del paisaje está en la orientación del conocimiento del territorio y en el perfeccionamiento de las herramientas de planificación espacial, que deben disponer al paisaje como dispositivo de control de la transformación de usos.

En efecto, en la ordenación del territorio, el paisaje puede adquirir peso en la base misma del modelo territorial deseado, mediante una función de regulación de las actividades. Además, el paisaje ha de participar en la consideración de los espacios de protección y puede condicionar los procesos de cambio aportando criterios y orientando la gestión. Ahora bien, en el planeamiento urbano de los espacios rurales, salvo por la protección de los paisajes valiosos y por la consideración paisajística en la salvaguarda del patrimonio cultural, parece difícil tener al paisaje como argumento de la ordenación, aunque no imposible...

Acciones de paisaje y sostenibilidad para la vitalidad de los pequeños pueblos en territorios frágiles

Sólo la identidad parece ser capaz de subvertir contextos socioeconómicos negativos en el

medio rural en España, y en particular en los pequeños pueblos. Eso sí, ha de tratarse de un sentimiento identitario colectivo, en su relación con los afectos y con el compromiso ético, que puede honrar a la identidad territorial, pero que a la vez debería prescindir de la autocomplacencia, las esencias patrias y la exclusión del otro.

La vertebración identitaria y la voluntad de futuro suelen ir de la mano. Y es la voluntad de futuro la que puede compensar el pesimismo fundado, que fácilmente es detectable en los pequeños pueblos del medio rural en España. La búsqueda de vitalidad rural es la búsqueda del santo grial en tanto la estructura demográfica y su dinámica son muy negativas. Suele hacerse hincapié en la llamada “lucha contra la despoblación”, de muy difícil desempeño político, pero ésta o bien no cesará nunca, o bien no cesará sin cambios desde dentro y sin un apoyo institucional firme.

Tal vez sea un error enfocar la problemática en la escasa población y la baja densidad, que atenazan la perspectiva de la acción pública. Tendremos que aprender a gestionar territorios de muy baja densidad (como es el caso de muchas comarcas de la Comunidad Autónoma de Castilla y León) preguntándonos acerca

de cómo proveer los servicios con eficiencia. Pero la gravedad del problema del medio rural tal vez esté más en el envejecimiento intenso y generalizado, y en el riesgo de inviabilidad de aquellos núcleos rurales en trance de vaciamiento. Es decir, el peligro estaría en el abandono. En muchos ámbitos del medio rural profundo, sobre todo en los de montaña, el abandono podría suponer tal vez algún tipo de ganancia del medio natural, pero en muchos otros, el abandono conllevaría riesgos de erosión, de pérdida de biodiversidad y de empobrecimiento paisajístico.

Esto nos lleva a la pregunta de si debe mantenerse un poblamiento generado en el Medievo o si por el contrario éste debe adaptarse a las nuevas dinámicas socioeconómicas. Es decir, la cuestión es si tenemos la obligación social de sostener todos los pueblos y aldeas existentes. Sea cual sea la respuesta general, lo cierto es que se pueden ir haciendo cosas para que los pequeños pueblos vayan saliendo adelante. Eso sí: las acciones de revitalización de los pequeños núcleos rurales, siendo mayormente de índole mercantil y de empleo, deberían enmarcarse en el paradigma del desarrollo sostenible. Es decir, la ciudadanía ha de invertir

en la confianza de las cosas bien hechas; ha de mejorar sus valores identitarios en términos de producción-distribución y de medio de vida; ha de convertir sus paisajes en un recurso renovable; en definitiva, ha de procurar el desarrollo endógeno local. Algo tan fácil de enunciar como difícil de practicar. Veamos un caso.

La consideración del paisaje en pueblos pequeños: el caso de Grajal de Campos

Grajal de Campos es un núcleo y un municipio de las llanuras centrales de Castilla y León (España), situado en la provincia de León. Su condición de charnela es doble, pues Grajal se localiza en el borde sureste de la provincia, más allá del “Páramo del Payuelo”, y a la vez está situado en el borde noroeste de la “Tierra de Campos”, extensa comarca natural de llanuras arcillosas que mayormente está en otras provincias del territorio de la Comunidad Autónoma de Castilla y León.

Es decir, Grajal es un pueblo del oriente leonés pero con una tradición agraria de transición hacia las ricas tierras de labrantío cerealista de la Tierra de Campos. Los paisajes del Páramo leonés se corresponden con unas llanuras sedimentarias de suelos de calidad mediana y un poblamiento fundado en multitud de aldeas de

base económica agro-ganadera, que combina los cultivos con los pastizales y los montes.

Por su parte, los paisajes de la Tierra de Campos se corresponden con una enorme campiña de suelos arcillosos de buena calidad y un poblamiento fundado en pueblos y villas que explotan extensos terrazgos cerealistas de raigambre milenaria. Ambos paisajes responden a los “campos abiertos” de las llanuras de la cuenca del Duero, entre los 780 y los 880 metros de altitud. Pero sus diferencias se asientan en las condiciones litológicas y en los aprovechamientos históricos, que han marcado a su vez diferencias en cuanto a poblamiento, a organización local y a identidad espacial.

Grajal es un término municipal muy pequeño, de poco más de 25 km², que, situándose en la Tierra de Campos en términos geográficos, se enmarca en una estrecha banda territorial de transición, al sur de la importante villa de Sahagún, coincidente en buena parte con el estrecho interfluvio de los ríos Cea y Valderaduey. Por ello, el término municipal de Grajal acoge por el Oeste a las terrazas fluviales del interfluvio Cea-Valderaduey (tradicionalmente dedicadas al viñedo) y al fondo del valle del Valderaduey (tradicionalmente dedicadas al terrazgo de

Fig. 1 - Detalle manipulado del Mapa Geológico de Síntesis de España a escala 1:50.000, serie Magna, hojas 196 y 234. Los tonos claros de los limos carbonatados del Mioceno se corresponden con la Tierra de Campos (marcados por los limos y arenas de las llanuras de inundación de los ríos Valderaduey y Sequillo). Al Oeste del río Cea, los tonos oscuros se corresponden las amplísimas terrazas fluviales que caracterizan al Páramo del Payuelo.



herbáceas), y por el Este a las llanuras onduladas de la Tierra de Campos (tradicionalmente dedicadas a las herbáceas de secano, de trigo en el pasado: tierras “de pan llevar”).

La organización del terrazgo en Grajal, como en tantos lugares de León y Castilla, fue emprendida en términos administrativos con las ordenanzas concejiles a partir del siglo XVI, y sobre todo con las Ordenanzas de 1691, que establecían las compatibilidades e incompatibilidades de usos, y que, por lo tanto, en tanto fueron limitaciones colectivas a los usos agrarios y del caserío, alcanzaron a conformar un paisaje agrario determinado.

En efecto, las Ordenanzas establecieron la obligatoriedad de los ciclos de rotación de las tierras de cultivo de cereales y leguminosas (en la Tierra de Campos según el sistema de “año y vez”) así como su relación con unos usos ganaderos perfectamente reglados. Además, las Ordenanzas implantaron el agrupamiento del viñedo en espacios reservados o “cotos”, frente a la generalidad de los campos abiertos. Y también instituyeron la contingentación de la cabaña ganadera, es decir, el establecimiento de cuotas en la tenencia de rebaños y de animales de tiro, así como el control estricto de todos los usos pastorales, entendidos como

complementarios de la prioridad absoluta del terrazgo.

Las Ordenanzas dieron lugar a unos paisajes de campos abiertos perfectamente regulados por una organización local muy estricta en su gestión de normas y limitaciones para todos los vecinos y transeúntes. Y esta estructura organizativa fue adaptativa a las posibilidades del medio, de modo que los pagos vitícolas estaban en los suelos pedregosos y más secos del interfluvio Cea-Valderaduey, acompañados de árboles frutales, mientras que los cultivos de herbáceas se establecían en el resto del término. Todas las actividades agrarias se supeditaban a la preferencia de la agricultura cerealista, al tiempo que se protegían las eras, las riberas, el uso de los caminos y sendas, la hierba para forraje, las viñas, etc. Y ello suponía, en definitiva, que la cabaña ganadera estuviera limitada en número y muy controlada en su uso y custodia. Por ejemplo, la vigilancia de bueyes y mulas era total (con la obligación de estar en corrales concejiles), estaba rigurosamente limitado el número de ovejas por cada vecino y estaba prohibida la tenencia de cabras.

A lo largo de los siglos XIX y XX, las Ordenanzas perdieron su vigencia. El viñedo disipó su presencia y ha quedado como



Fig. 2 - Vista de la silueta paisajística de Grajal desde la ribera del río Valderaduey, al noroeste del núcleo.

manifestación marginal de un pasado bien comprendido. El pequeño monte de encinas y robles fue arrasado y convertido en tierras de cereal. El río Valderaduey fue encauzado para minimar el riesgo de avenidas. Las estructuras agrarias fueron replanteadas mediante un proyecto de concentración parcelaria, que modificó la caminería tradicional, y, en definitiva, ha resultado un paisaje más uniforme y ecológicamente menos complejo, aunque reconocible.

Se trata, pues, de un pequeño término municipal decididamente humanizado y con un paisaje de campos abiertos de llanuras cerealistas, cuya evolución en los últimos siglos ha resultado en la simplificación de sus estructuras agrarias, pero es a todas luces funcional, es decir, prácticamente carece del abandono del terrazgo que puede verse en otros ámbitos del medio rural profundo con unas condiciones físicas muy condicionantes.

Por otro lado, Grajal es un pequeño municipio con un solo y pequeño pueblo, que alcanzó su máximo demográfico en el millar y medio de habitantes en su apogeo a mediados del siglo XVII. A lo largo del siglo XIX, Grajal mantuvo la población por encima de los 1.200 habitantes, con su máximo en el censo de 1900, cuando se

alcanzaron 1.474 habitantes. A partir de entonces, la pérdida demográfica ha sido muy significativa, sobre todo en las primeras décadas del siglo XX y en las décadas del “desarrollismo” de los sesenta, setenta y ochenta, que supuso un “éxodo rural” hasta bajar de los 300 habitantes en el inicio del siglo XXI. La crisis demográfica en Grajal ha sido abrumadora. Es una manifestación más de la crisis del medio rural en España. Y no sólo es un asunto de masa crítica, sino que además la tendencia sigue siendo a la baja, pues se trata de una población muy envejecida.

Su resistencia, afortunadamente, no se basa solamente en los recursos agrarios. Porque Grajal es una villa histórica, una localidad pequeña pero relevante en términos históricos y patrimoniales. Y ello es así desde que los aristócratas Hernando de Vega y Blanca Enríquez de Acuña, como señores de Grajal, mandaron construir en el siglo XVI un castillo artillero, una iglesia y un palacio con fachada a dos plazas, todo lo cual ha compuesto desde entonces la clave de la organización y la imagen urbana de la villa.

Existe, pues, un núcleo patrimonial valioso y un foco urbano insoslayable; un hito palacial que conforma sin ninguna duda el foco de



Fig. 3 - El palacio y la iglesia parroquial de Grajal vistos desde el castillo.

de centralidad de la localidad. El hecho de que la iglesia fuese realizada en conexión con el palacio facultó una excepción entre los pueblos de entonces. Mientras que en la mayoría de los núcleos de conformación medieval la iglesia y el ayuntamiento tenían cada uno su propia plaza o espacio abierto vinculado, en Grajal fue pensada la plaza como centro del espacio público, con el empaque de una galería palacial presidiéndola. La plaza de la villa dispuso de un nuevo valor en tanto en cuanto la galería palacial del mediodía se dispuso logrando una emblemática presencia al costado del Ayuntamiento.

Por otro lado, el caserío de Grajal tiene cierto interés. Las casas principales fueron construidas con piedra calcárea y ladrillo prensado mientras que las casas humildes lo fueron con adobe capeado de barro con paja. Pero el caserío grajalense tiene una peculiaridad: no hubo nunca un barrio de bodegas, sino que el vino se hacía en las bodegas construidas bajo las viviendas, lo cual concordaba perfectamente con el control ganadero de las Ordenanzas, que limitaba los corrales particulares. Y ello coadyuvó además a la formación del núcleo tradicional compacto. En definitiva, Grajal es un municipio singular por la importancia de su patrimonio. Acoge a cuatro “Bienes de Interés Cultural”: dos

“monumentos” (el castillo y el palacio, declarados ambos en 1931 y 2000) y dos “conjuntos históricos” (el camino de Santiago, declarado en 1962 y 1999, y el conjunto urbano de la villa, en 2007), además de una iglesia parroquial, una ermita, un hospital y un convento, así como varias casas solariegas, muestras de arquitectura popular, una fábrica de harinas y cinco yacimientos arqueológicos. La población se siente muy identificada con su patrimonio. Su paisaje identitario, sobre la base del típico paisaje agrario de campos abiertos y cultivos cerealistas, es el paisaje urbano. Si hay algo que une a los ciudadanos de Grajal es la necesidad de salvaguardar los valores patrimoniales. De hecho, el Ayuntamiento viene actuando desde finales del siglo XX en la restauración del palacio, de manera paulatina pero constante, llegando a adquirirlo a principios del siglo XXI. Es digno de gran elogio el compromiso colectivo y el esfuerzo de toda la corporación municipal en lo que se refiere a la salvaguarda del patrimonio cultural, que se hace evidente en la gran asignación económica que se destina al efecto en términos relativos, y sobre todo en la gran dedicación personal de los ediles. Y todo esto ocurre en una villa muy pequeña de un municipio rural eminentemente agrario, que

no alcanza hoy los 250 habitantes y cuyo índice de envejecimiento está en torno al 50%.

En Grajal son plenamente conscientes de los valores que atesoran y, junto al compromiso de protección, intentan sacar adelante un turismo cultural que pueda dar algún vigor al pueblo.

Aprovechando que Grajal está en uno de los caminos a Santiago de Compostela, y a pesar de estar demasiado cerca de la villa de Sahagún (auténtico centro comarcal de servicios y villa de gran interés patrimonial), Grajal se va consolidando paulatinamente en el mapa de las rutas turísticas y la Diputación Provincial la ha catalogado como una de las “villas históricas” del antiguo Reino de León.

Disponer de conjuntos históricos obliga a los municipios a formar “planes especiales de protección”. Pero para los pequeños municipios de la Comunidad Autónoma de Castilla y León el planeamiento urbanístico es una instrumentación gravosa y difícil de gestionar. De ahí que más de dos tercios de los municipios no dispongan de planeamiento urbanístico general, a pesar de que ello les suponga dificultades graves a la hora de construir alguna casa de cuando en cuando. Grajal carece de este planeamiento. Y tan gravoso como el planeamiento urbanístico general es el

planeamiento especial para los conjuntos históricos, que además apenas trae beneficio alguno para el lugar.

Precisamente por motivos presupuestarios y por su gran compromiso cultural, Grajal está acometiendo el Plan Especial de protección de sus dos conjuntos históricos, el de la villa y el del camino de Santiago a su paso por el municipio. Es una proeza en el gasto en tiempos de crisis y todo un manifiesto del pueblo por su patrimonio.

Un plan especial de protección, dentro del objetivo general de la salvaguarda de los valores patrimoniales, abarca un gran número de aspectos y está muy reglamentado. La conservación de los conjuntos históricos requiere el mantenimiento de la estructura urbana y arquitectónica, de la silueta paisajística y de las características generales de su ambiente. Las tres cosas tienen mucho que ver con el paisaje. Y las tres están siendo acometidas de forma integrada.

Las sustituciones de los inmuebles se plantean como excepcionales, y sólo deberían realizarse en la medida en que contribuyesen a la conservación general del “carácter” del conjunto. Se deberían mantener las alineaciones y rasantes existentes, y se deberían prohibir

las alteraciones de volumen o edificabilidad, las agregaciones o segregaciones de parcelas, así como aquellos cambios que puedan afectar a la “armonía” de conjunto. En términos paisajísticos, el plan debe formular también los criterios relativos a la “imagen” urbana, esto es, para la conservación de fachadas y cubiertas, para las instalaciones eléctricas y telefónicas, o para los rótulos.

El plan contiene un catálogo exhaustivo de todos los elementos que conforman el área declarada, incluidos los de carácter ambiental, así como los criterios para la determinación de los elementos tipológicos básicos de las construcciones y de la estructura o morfología del espacio afectado que deben ser objeto de potenciación o conservación, y la justificación de las modificaciones de alineaciones, edificabilidad, parcelaciones o agregaciones que, excepcionalmente, el plan propone. Pero pensar en términos formales o tipológicos, al modo de un prontuario con normas de estilo, puede ser un error en su aplicación al caso. Porque podría suceder que se roce el pintoresquismo y que se fosilice la realidad en un supuesto “vernáculo histórico”, neutralizando la autenticidad y generando una escenografía falsa, sin opción alguna para la dinámica social, para la vida rural.

Conviene recordar que la preservación y la mejora del patrimonio y del paisaje no lo resuelven los planes, sino la voluntad y la acción colectivas. Como espacio usado, vivido y querido, aún sin abandonar, el pueblo debe ser conservado y mejorado, aunque con reservas frente a la “musealización”, que es algo que suele ocurrir con los pequeños pueblos con grandes valores. Por ello, sería conveniente darse cuenta de hasta qué punto las administraciones e incluso los turistas sostienen sesgados puntos de vista, propios de espacios urbanos dinámicos, pero inapropiados para un pequeño pueblo que se ve en la tesitura de salir adelante, máxime cuando éste viene demostrando su implicación en la preservación patrimonial.

Al igual que sucede con la amplia y ambivalente noción de paisaje, la protección patrimonial no puede plantearse solamente en términos de edificios, sino también en términos de interrelación de lo construido y lo no construido, en términos de aspectos y elementos constructivos de la arquitectura tradicional, en términos de valores en el viario, los espacios libres públicos y los elementos urbanos singulares, y, sobre todo, en términos de “paisaje urbano histórico”, es decir, mediante una aproximación global que considere a la localidad

y su municipio en su totalidad (sin aislar el área patrimonial), que integre los elementos y factores territoriales, ambientales, paisajísticos y sociales, y que atienda a una idea sistémica y procesual de paisaje donde las interrelaciones de elementos y factores ocupen un lugar importante.

Pensar todo esto mediante el prisma de la compleja perspectiva del “paisaje urbano histórico” supone, además, abarcar el contexto urbano general y su entorno geográfico; atender a la configuración de las actividades económicas, los usos del suelo y su organización espacial; incluir los usos y valores socioculturales y los aspectos inmateriales del patrimonio; deliberar sobre la integración de la arquitectura contemporánea en los entornos patrimoniales; integrar las percepciones y relaciones visuales; y establecer la definición, evaluación y gestión de las vistas relevantes. Eso es algo que ha sido planteado en Grajal de Campos y que pensamos que ha de tener buenos resultados en el futuro, sin olvidar a los vecinos del pueblo, pues son éstos en primera instancia quienes han recibido, mantienen y dan sentido a esos valores patrimoniales que se pretende conservar.

Las intervenciones de valorización patrimonial y paisajística en Grajal, para concluir, son un buen

ejemplo de “saber hacer” local, a pesar de tantas dificultades, en un intento por mantener sus herencias culturales y por crear nuevos valores y usos en un contexto de recomposición de la relación entre asentamiento y paisaje.

The difficulties of governing the landscape and its specificities in the Spanish rural world

“Governing the landscape” is a frenzied expression. The truth is that we planners accept with a stiff upper lip the notion this suggests, but in this case we would have to fully appreciate the sense of the concept of landscape and discuss whether the latter is actually subject to planning and management. These two intertwined topics are the perennial subject of academic concern, even considering that they exceed the aptitudes of those subscribing this.

Thus, we will refer to the variety of visions and to the courses of action involving protection and improvement; both are focused social reality topics from disciplinary mainstreaming and the practice of spatial planning in Spain. The author's standpoint is that of a geographer (let us remember that the landscape is the object par excellence of Geography), a historian, a spatial planner concerned with heritage, as well as a professor of urban planning at an architectural school.

In particular, we refer to the case of the municipality of Grajal de Campos, a small historical town in the province of León (Spain), combining the decline of the rural world with unquestionable cultural heritage values and with a transitional agricultural landscape in the sedimentary plains of the Meseta (Plateau).

This is clearly not an exemplary case of rearranging the socioeconomic dynamic, but, rather, one of social compromise with what has been inherited, nor is it a case of harmonious reconstruction of the landscape in the types of human settlement. It is, rather, of acknowledging places and values in a collective responsibility for protecting and fighting against ruin, on the basis of local identity and of heritage conservation.

A preliminary subject: the concept of landscape, multiplicity of meanings and interpretations

'Landscape' is a broad and diverse cultural construct, a difficult and polysemic issue in academic terms. Without a doubt, it admits a variety of perspectives to be confronted, and tends to be politically addressed as a social necessity. The landscape, which is indeed a perceived reality, manifests itself as one more facet of the populace's quality of life and one of the latest topics to be included in the notion of general interest. This is because landscape, regarded as a feature of the territory, could be treated as a resource and even assessed as a heritage. However, in any case, in advanced societies, it emerges as a stable factor of well-being.

Ever since the European Convention, in Florence in the year 2000, we have had to think of “protection, management and planning of every landscape,” all of them, the best and the worst; hence, in the protection-management-planning trinomial, we need to display the distinction between the valuable landscapes to be preserved, the everyday or common landscapes to be improved and assaulted landscapes to be regenerated... or that we need to undertake the sense of the cultural landscape as to what is felt, accepted, inherited, identity-related, functional, beautiful... and especially as to its characterization, values and performance criteria.

We need to reflect on the ambivalence and the intrinsic difficulty of the concept of landscape, in its various interpretations and different utilities. For designers (landscape architects, gardeners, engineers...) aesthetics, structure, and visual perspective prevail, as they tend to turn landscape into a work of art or a drawn object. For their part, scientists (landscape ecologists, geologists and environmental biologists, geographers...) pay more attention to causal aspects: the elements, factors and processes that shape the landscape and its effect on the territory, while humanists (historians,

philosophers...) wonder about its past and its cultural links and sociologists provide an approach that deals with the landscape's perceptive and psychosocial aspects.

While learning from the former, we planners take care of the landscape with a practical and integrating perspective, from evaluating to safeguarding, and seeking to incorporate the landscape into the strategic discourse that guides territorial and sectorial proposals.

The conceptual key to be shared, which is common to everyone, is the outer expression, its image or perception, which we receive through the senses, which can excite or soothe, and which we can read, interpret or value. However, it's important to recall the duality raised by Higuchi in 1988 concerning the landscape's spatial and visual structure, who proposed that explaining is one thing, while perceiving is another.

It can be said that, increasingly, our societies see a gradual advance of a certain landscape conscience and culture, at least nominally. However, the issue of protecting, managing and planning every landscape is something quite difficult, even in its early stages.

In the spatial planner experience of teams at the University Institute for Urban Research of the University of Valladolid, the landscape is an item that we always introduce in planning tools, whether they are for urban planning, land planning or the planning of natural or cultural spaces. Let's examine the technical possibilities, all of which are included without an express legal recognition of the landscape toward public policies.

The landscape as technical and tactical argument by public action

Landscapes are present in one way or another in the vision of technicians, all the more so when they appear to be in fashion. Spatial planning, be it voluntary or involuntary, always interprets landscapes, by knowing them, setting standards and

precautions, scheduling actions or developing projects. Another thing is its solvency in this matter.

We have pointed out that the landscape is a wide item, inaccessible in all of its facets. However, more and more, from the basics of prospecting, sustainable development, social participation and concurrent planning, the best instruments of spatial planning include the landscape perspective.

When this occurs, as is the case in our spatial plans, the landscape is integrated as a knowledge structure and as a guiding source of normative and planning criteria.

This is the case because we feel that careful planning should include every possible transverse guideline (which affect both the diagnosis and the planning itself), such as: landscape as an interpretive key and argument in planning; heritage and environment as stable references of values, and territory as a balanced system of services to the populace.

Indeed, the landscape can be one of the common themes of spatial planning. It can be used as a conceptual tool and as an interpretation and land planning argument, with the idea of landscape as a dynamic reality of natural and cultural elements and processes; that is, as the "character" of a space with history, but under stress and in transformation, and as a reference to the local and regional identity, a source of values and a sample of weaknesses and of the inherited heritage. Moreover, though the landscape can hardly be governed and its planning requires a trustworthy legal framework, we always need to look for the best knowledge, the setting of conservation goals, standards and precautions, and even the concept of actions and projects.

Landscapes are basically recognized by the overlapping of historic and contemporary structures over a concrete medium, by examining the population, the segmentation and its uses, infrastructures, production, essential services, mobility, etc. so that the landscape would also be a basic experience with the

geometry of system inter-relation. Moreover, landscapes and their values, their places, can be a key to their planning. Upon recognizing specific landscapes, the territory's forms and its dynamic, the spatial plan could be based on a system of places where the landscape serves as a stabilizing factor, despite the interaction that the flows of people, goods and information appear to impose in the geographical space.

The scarce planning of the territory that is taking shape in Spain via planning instruments, despite not being very interventionist and not programming at all is nonetheless at least providing guarantees and being protective, for which it needs to be founded on the conviction that there are previous conditions in the geographical space and that it's necessary to safeguard the values that we have found in the territory and that they constitute the main substrate of those we call common interests and assets.

In the contemporary city, with no form or recognizable borders, only a precise interpretation of the landscapes that are the product of in-depth knowledge of the territory would allow maintaining a certain level of coherence in morphological terms. Ultimately, landscape is a rule (as De las Rivas pointed out in 2006), a working method for the planner and the means to facilitate a structural understanding the shape of the planning region. What is rural, suburban and environs, the diffuse urban space, which are as relevant to the city's layout, stem from the heterogeneous agglomeration of objects that are erected around road networks, in an increasingly urbanized field and among spaces that are more or less humanized, with different values and functions, given both their qualities and their natural processes to which they respond.

In the field, for its part, we can easily distinguish the profound rural environment, that is, the essentially agrarian spheres, with a declining population and with a limited service level.

However, whether or not in a profound rural environment, for a very long time the multitude of small and medium-sized villages closely linked to the field has been exposed to several socioeconomic dynamics that tend to do away with their reluctance to disappear. In such cases, the planning of "urbanite" inspiration can do nothing. And the landscape, a large part of which is interesting and comprises values, often appears to be a weak argument, as its activities tend to be slack, and there are too many problems.

Despite the distinct difficulties, the utility of the landscape lies in the orientation of knowledge of the territory and the perfecting of spatial planning tools, which should turn the landscape into a control device for transforming uses.

Indeed, in land planning, the landscape can acquire weight at the very basis of the desired territorial model, via a function regulating activities. Furthermore, the landscape needs to take part in the consideration of the protection spaces while it can condition transformation processes by adding criteria and guiding management. That said, in the urban planning of rural spaces, except for the protection of valuable landscapes and their consideration in safeguarding the cultural heritage, it appears difficult, though not impossible, to have the landscape as an argument for planning..

Landscape actions and sustainability for the vitality of small villages in fragile territories

The identity alone appears to be capable of subverting negative socioeconomic contexts in the rural environment in Spain, and, in particular, in small villages. However, this shall concern a collective sense of identity, in its relationship with affections and with ethical commitment, which can honor the territory's identity, but which, at the same time, should dispense with complacency, patriotic essences and the exclusion of others. The structuring of identity and the future

will normally go hand in hand. And it is the future's will that can offset the well-founded pessimism, which can be easily detected in small villages in Spain's rural setting. The quest for rural vitality means the quest for the Holy Grail, even while demographic structure and its dynamic are highly negative. This is usually emphasized in the so-called "fight against depopulation," which is very difficult to achieve politically; however, this either will never end or it will not end without changes from within and without firm institutional backing. Perhaps it's a mistake to focus the problem on the sparse population and low density, which hold back the prospect of public action. We will have to learn to manage very-low-density territories (as is the case in many regions in the Autonomous Community of Castile and León), wondering how to efficiently provide services. However, the seriousness of the problem with the rural environment perhaps lies more in intense and widespread aging, and in the risk of unfeasibility of those rural centers that are emptying out. That is, the danger would lie in abandonment. In many spheres of the profound rural environment, especially in mountainous areas, abandonment perhaps could some kind of gain for natural surroundings, but in many others, abandonment would lead to risks of erosion, biodiversity loss and landscape impoverishment.

This leads us to the question of whether to keep in place a settlement generated in medieval times or, by contrast, if such a settlement should be adapted to new socioeconomic dynamics. That is, the issue is whether we are under the social obligation to bolster every existing small town and village. Regardless of the general response, the truth is that we can keep doing things so that small towns can come out ahead. That being said: Revitalization initiatives undertaken with small rural centers, mostly related to trade or employment, should be addressed in the paradigm of sustainable

development. That is, citizens need to invest in the assurance of things well done; they need to improve their identity values in terms of production-distribution and livelihood; they need to turn their landscapes into a renewable resource; ultimately, they need to seek local development. This is as easy to list as it is difficult to put into practice. Let's take a specific case.

The consideration of the landscape in small villages: the case of Grajal de Campos

Grajal de Campos is a cluster and municipality in the central plains of Castile and León (Spain), located in the province of León. Its condition as a hinge is twofold, as Grajal is located in the southeast edge of the province, beyond "Páramo del Payuelo," while being situated in the northwest border of "Tierra de Campos," a vast natural region of clayey plains largely found in other provinces of the Autonomous Community of Castile and León.

That is, Grajal is a pueblo in the eastern part of Leon but with an agrarian tradition transitioning toward the rich, cereal-growing arable lands in Tierra de Campos. The landscapes of León's Páramo correspond with a few sedimentary plains of medium-quality soils and a populace founded on a multitude of villages whose economic base is geared to livestock, combining croplands with pastures and hills. For their part, the landscapes of Tierra de Campos comprise an enormous countryside consisting of good-quality clayey soils and a populace founded in small towns and villages that exploit vast, cereal-growing arable lands de rooted in the age-old tradition. Both landscapes respond to the "open fields" of the plains in the Duero basin, at altitudes ranging from 780 to 880 meters. However, their differences rest upon lithological conditions and on historical uses, which, in turn, have marked differences regarding settlement, local organization and spatial identity. Grajal is a very small municipality, with an area of just over

25 km²: despite being geographically located in Tierra de Campos, it falls within a narrow stretch of transition land, south of the main town of Sahagún, which coincides, in large part, with the narrow watershed of the Cea and Valderaduey Rivers. Thus, the municipality of Grajal accommodates, in the west, the river terraces of the Cea-Valderaduey watershed (traditionally dedicated to vineyards) and, at the end of the Valderaduey valley (traditionally dedicated to arable soil that grows herbaceous plants), and in the east, the undulating plains of Tierra de Campos (traditionally dedicated to dry-land herbaceous plants, land that used to grow wheat: lands “that bring forth bread”).

The arrangement of arable land in Grajal, just like in many places in León and Castile, was undertaken in administrative terms, through city council ordinances from the 16th century, and particularly the Ordinances of 1691, which set forth the compatibilities and incompatibilities of uses, and which, thus, where there were collective limitations to farming and country house uses, managed to comprise a certain farming landscape. The Ordinances set forth the obligation of farmland rotation cycles for growing cereal and legumes (in Tierra de Campos, according to the “every-other-year” rotation system), as well as their rotation with a few perfectly regulated livestock-rearing uses. Moreover, the Ordinances introduced vineyard clustering in reserved spaces or “cotos” (enclosures), relative to practically every open field. They also instituted the allocation of the livestock hut, that is, the establishment of quotas in the ownership of herds and of draft animals, as well as the strict control of every pastoral use, understood as complementary to the arable land’s absolute priority. The Ordinances have given rise to a few landscapes of open fields that are perfectly regulated by a very stringent local organization in its management of standards and limitations for every neighbor and passerby.

And this organizational structure has been adapted to the environment’s possibilities, so that the vineyards were planted in stony and drier ground in the Cea-Valderaduey watershed, along with fruit trees, while herbaceous plants were grown in the rest of the space. Every agrarian activity would be subordinated to the preference of cereal-based agriculture, while protecting threshing floors, streams, the use of roads and pathways, grass for fodder, vineyards, etc. And, ultimately, this would assume that the livestock hut would be limited in number and highly controlled in its use and custody. For example, the surveillance of oxen and mules was complete (with the obligation of keeping them in common corrals): it strictly limited the number of sheep for every neighbor, while it was forbidden to own goats.

Throughout the 19th and 20th century, the Ordinances were no longer relevant. The presence of vineyards dissipated and became a marginal manifestation of a past that was well understood. The small hill of holm oaks and (common) oaks was leveled and turned into cereal cropland. The Valderaduey River was channeled in order to minimize the risk of floods. Agrarian structures were reformulated via a land consolidation project that modified the traditional roads, and, ultimately, resulting in a landscape that is more uniform and ecologically less complex, though recognizable.

This is, thus, a small and decidedly humanized municipality, with a landscape of open fields and cereal-growing plains, whose evolution over the last few centuries has resulted in the simplification of its agrarian structures. However, it is plainly functional; that is, it practically lacks the abandonment of the arable soil that can be seen in other spheres of the profound rural environment with a few very limiting physical conditions. On the other hand, Grajal is a small municipality with just a small village, whose population peaked at around 1,500, at its

height in the mid-17th century. Throughout the 19th century, Grajal's population remained at over 1,200, having peaked at 1,474 during the census in 1900. From then on, the population loss has been very significant, particularly during the first few decades of the 20th century and in the "developmentalism" decades of the 1960s, 1970s and 1980s, which entailed a "rural exodus" until the population dropped to as low as 300 in the early 21st century. The demographic crisis in Grajal has been daunting. This is one more manifestation of the crisis of the rural environment in Spain. And not only is this an issue of critical mass, but this is also still on a downward trend, as this is a very aged population. Fortunately, its resistance is not based solely on agrarian resources. This is because Grajal is a small but relevant town, in historical and heritage-related terms. And this has been the case since aristocrats Hernando de Vega and Blanca Enríquez de Acuña, as lords of Grajal, in the 16th century, ordered the construction of an artillery castle, a church and a palace overlooking two plazas, all of which has, since then, comprised the key to the town's organization and urban image.

There is, therefore, a valuable heritage core and an unavoidable urban focus; a palatial landmark that undoubtedly shapes the town's focus of centrality. The fact that the church was built connected to the palace provided an exception among the villages of that time. Whereas, in most medieval-shaped clusters, the church and the town hall each had its own plaza or adjoined open space, in Grajal the plaza was thought out as a center of the public space, with a palace veranda presiding over it. The town plaza had a new value, insofar as the midday palace veranda was arranged in such a way as to achieve an iconic presence right up against the Town Hall. On the other hand, the Grajal hamlet comprises a certain interest. The main houses were built using limestone and

pressed bricks, while more modest houses were erected using adobe layered with clay and straw. However, there's one peculiar thing about the Grajal hamlet: there was never a winery quarter; rather, the wine was made at wineries built underneath houses, which was in perfect agreement with the farming control set forth under the Ordinances, which limited private corrals. Moreover, this contributed toward the formation of the compact traditional cluster.

Ultimately, Grajal is a unique municipality, given the importance of its heritage. It is home to four "Assets of Cultural Interest": two "monuments" (the castle and the palace, both declared thus in 1931 and 2000) and two "historical ensembles" (the Way of Santiago, or St. James, declared in 1962 and 1999, and the town's urban cluster, in 2007), on top of a parish church, a hermitage, a hospital and a convent, as well as various manor houses, samples of popular architecture, a flour factory and five archeological sites. The populace feels closely identified with its heritage. Its landscape identity, based on the typical agrarian landscape with open fields and cereal crops, is the urban landscape. If there's something that unites the citizens of Grajal, it's the need to safeguard heritage assets. Indeed, since the late 20th century, the Town Hall has been engaged in gradually but consistently restoring the palace, having acquired it in the early 21st century. Highly praiseworthy is the collective commitment and the efforts of the entire municipal council with regard to safeguarding the cultural heritage, which is evident in the large economic allocation in relative terms set aside for such a purpose, and, above all, the huge personal dedication shown by councilors. And all this takes place in a very small town of an eminently agrarian rural municipality, with today's population at no more than 250 and whose aging index is around 50%. Grajal is fully aware of the values it treasures and, together with their commitment to protection, attempts

to carry forward a cultural tourism that could somehow invigorate the village. By taking advantage of the fact that Grajal is located along one of the ways of Santiago de Compostela, and despite being too close to the town of Sahagún (a veritable district service center and a town of great heritage interest), Grajal has become gradually consolidated on the map of sightseeing tours, while the Provincial Council has classified it as one of the “historical villages” of the old Kingdom of León.

Having historical clusters forces municipalities to form “special protection plans.” However, for the small municipalities in the Autonomous Community of Castile and León, urban planning is a burdensome implementation that's hard to manage. Hence, over two thirds of municipalities don't have overall urban planning, even though this entails serious difficulties when building a house from time to time. Grajal lacks such planning. And just as burdensome as overall urban planning is the special planning for historical clusters, which, moreover, hardly brings any benefits to the place. Precisely for budgetary reasons, and given its huge cultural commitment, Grajal is undertaking the Special Plan for protecting its historical clusters – that of the town and that of the way of Santiago (St. James) as it passes through the municipality. Spending in times of crisis is a feat in itself, along with the people's manifesto regarding its heritage. Within the general goal of safeguarding heritage assets, a special protection plan covers a huge number of aspects and is highly regulated. The preservation of historical clusters requires maintaining the urban and architectural structure, the landscape profile and general features of its environment. These three things have a lot to do with the landscape. And the three are being undertaken in an integrated fashion. Property replacements are considered to be exceptional, and should be conducted only to the extent they would contribute

toward the overall preservation of the cluster's “character.” Existing alignments and low elevations should be kept, and the following should be forbidden: changes in volume or building possibilities; aggregations or segregations of land plots; as well as any changes that could affect the cluster's “harmony.” In landscape terms, the plan should also formulate criteria regarding the urban “image,” that is, for preserving façades and roofs, for electrical and phone installations, or for signs.

The plan contains a thorough catalogue of every element that comprises the declared area, including elements of an environmental nature, as well as the criteria for determining basic typological elements of constructions and of the structure or morphology of the affected space that should be the object of reinforcement or preservation, and the justification of modifications of alignments, building possibilities, plots or aggregations which, exceptionally, the plan proposes. However, thinking in formal or typological terms, in the manner of a compendium with style rules, can be an error when applied to the case. Because it could happen that the picturesqueness is skimmed over and that reality is fossilized in a supposed “historical vernacular,” neutralizing authenticity and generating a false setting, with no option for the social dynamics, for rural living.

It should be pointed out that the preservation and improvement of the heritage and the landscape aren't resolved by plans, but, rather, by collective will and action. As a space that is used, experienced and cherished, though without abandoning it, the village should be preserved and improved, but with reservations in view of the “museumization,” which is something that usually occurs with small villages that comprise huge values. Thus, it would be worth realizing to what extent administrations and even tourists hold biased views, typical of dynamic urban spaces, but inappropriate for a

small village that is in a position to forge ahead, especially when it has been showing its involvement in heritage preservation.

As is the case with the broad and ambivalent notion of landscape, heritage protection cannot be considered solely in terms of buildings, but also in terms of the interrelation of what is and what isn't built-up, in terms of aspects and constructive elements of traditional architecture, in terms of values in the road, public free spaces and unique urban elements, and, above all, in terms of "historical urban landscape," that is, by means of a global approach that considers the town and its municipality in its entirety (without isolating the heritage area), which integrates the elements and territorial, environmental, landscape and social factors, and that acquiesces to a systemic and procedural idea of landscape where the interrelations of elements and factors take up a significant place.

Thinking all this through the prism of the complex perspective of the "historical urban landscape" further supposes including the general urban context and its geographical environment; serving to configure economic activities, land uses and spatial organization; including sociocultural uses and values and intangible aspects of heritage; deliberating on the integration of contemporary architecture in heritage environments; integrating perceptions and visual relationships; and establishing the definition, evaluation and management of the relevant views. This is something that has been considered in Grajal de Campos and that we think will entail good results in the future, without forgetting the village's neighbors, as it is the latter, in the first instance, that have received, maintain and give meaning to those heritage values that are intended to be preserved.

In conclusion, the interventions of heritage and landscape recovery in Grajal are a good example of local "know-how,"

in spite of so many difficulties, with the intention of maintaining its cultural heritage and to create new values and uses within a context of recomposition of the relationship between settlement and landscape.

images

(IMAGE "MAGNA50_196+234"). An enhanced detail of the Summary Geological Map of Spain at a 1:50,000 scale, Magna series, pages 196 and 234. Notice that the yellow color represents the carbonated limestone of the Miocene, typical of Tierra de Campos, whereas the pink hues represent the siliceous gravel of the extremely wide river terraces characterizing Páramo del Payuelo. These are bluish-gray limestone and sands of the flood plains of rivers flowing through this sedimentary countryside.

(IMAGE "VistaGeneral" Overview). View of Grajal's landscape profile from the stream of the Valderaduey River, just northwest of the cluster.

(IMAGE "Palace-Church"). The palace and the parish church of Grajal, as seen from the castle.



LA CASA DEL POETA.
PRENDERSI CURA DELL'APPENNINO
NELLA CASAROLA DI
ATTILIO BERTOLUCCI

Vittorio Uccelli

**LA CASA DEL POETA.
PRENDERSI CURA DELL'APPENNINO
NELLA CASAROLA DI
ATTILIO BERTOLUCCI¹**

Vittorio Uccelli

*"Forse può essere moderno
solo chi non ha paura di non esserlo"*²

Attilio Bertolucci

Prendersi cura dell'Appennino.
L'antico borgo di Casarola, in provincia di
Parma, paese d'elezione del poeta Attilio
Bertolucci e dei registi Giuseppe e Bernardo
Bertolucci, è stato studiato come paradigma
rappresentante i numerosi e sofferenti borghi
dell'Appennino parmense.

Durante questa intensa esperienza sono stati
messi a punto tre gruppi di progetti che si sono
succeduti nelle tre consecutive edizioni del
workshop a partire dal luglio 2014. Nelle varie
edizioni si è affrontato il luogo secondo una
differente angolazione, dando vita a originali
linee di ricerca.

I risultati della presente esperienza permettono
di mostrare come il villaggio di Casarola venga
legittimamente inserito nel programma delle
Porte del Parco, pertanto le attività di ricerca di
questo seminario entrano a far parte del
processo evolutivo e di pianificazione del
territorio compreso tra il Comune di Monchio
delle Corti (Parma, Italia), il Parco Nazionale
dell'Appennino Tosco Emiliano e il Parco dei
Cento Laghi. Risulta utile precisare che il
programma *Porte del Parco*, istituito dal Parco
Nazionale, consiste nell'individuazione di una
rete di luoghi, caratterizzati da altrettanti temi,
attraverso i quali si possono conoscere ed
apprezzare le emergenze del territorio.

Nelle tre edizioni del seminario sono stati
individuati tre differenti temi e relative aree che,
di volta in volta, hanno trovato risposta
attraverso il progetto di architettura.

La Porta della poesia

(I edizione, luglio 2014)

Durante la prima edizione, intitolata *La Porta
della poesia*, come oggetto dello studio è stato
scelto un edificio che ben si prestava per una
trasformazione che producesse un'architettura
con funzioni complementari, meta di studiosi e
di turisti. Si è quindi riprogettato un edificio



Fig. 1 - Manuel Bonafini, Davide Bonizzato, Alice Frugoni, Lucia Tezza / Beatrice Benatti, Roberto Bonaiuti, Martina Corradini, Riccardo Stermieri / Tom Becker, Diana Xheka

esistente, con antiche funzioni di servizio (ricovero animali e fienile) in precarie condizioni statiche e posizionato nelle immediate vicinanze di casa Bertolucci a Casarola.

Il ruolo di *Porta della poesia* è stato assolto attraverso una misurata ricettività, utile ad ospitare studiosi e appassionati del luogo e del suo carico letterario, spazi per lo studio e la conservazione di documenti, nonché un *info-point* dedicato all'ambiente appenninico, al "mondo Bertolucci" e al borgo di Casarola. L'edificio in progetto completa il sistema funzionale e di programma con casa Bertolucci, destinata a diventare monumento e testimonianza di se stessa. È recente, infatti, e conseguente a questa prima edizione del workshop, la decisione della Soprintendenza Belle Arti e Paesaggio per le Province di Parma e Piacenza di portare a termine il procedimento per la conservazione e la tutela della casa stessa.³ (Fig.1)

Il villaggio ritrovato

(II edizione, luglio 2015)

L'edizione 2015 ha visto, come oggetto del progetto, il borgo di Casarola nel suo complesso. L'idea di *Porta della poesia*, infatti, in questa seconda declinazione progettuale, è stata estesa fino a coinvolgere l'intero villaggio. Ogni lavoro,

progettando il tessuto urbano, ha individuato una o più aree su cui distribuire il programma funzionale, costituito da una foresteria per ospitare studiosi, un locale *info-point*, locali per attività di studio, biblioteca e archivio per l'elaborazione e la conservazione di documenti. Se, nella precedente edizione, gli obiettivi di progetto sono stati verificati attraverso l'assegnazione di un edificio esistente, che ben si prestava per una trasformazione architettonica, in questa II edizione gli obiettivi sono stati messi alla prova su tutto il borgo nel suo complesso. Un modo molto interessante ed efficace per approfondire la conoscenza del villaggio, il suo funzionamento e le sue relazioni con il territorio inteso nella sua ricchezza e complessità: non solo dal punto di vista dell'architettura, ma anche dal punto di vista del sistema orografico, del sistema idrografico e delle infrastrutture. Ma anche in relazione all'organizzazione territoriale indotta da agricoltura e allevamento, con particolare interesse per la tradizionale "civiltà del castagno". Attraverso queste ricerche, che hanno messo in evidenza la struttura del borgo di Casarola e i suoi rapporti con l'intorno, sono stati individuati punti nodali di primaria importanza, veri e propri capisaldi per tutto il sistema urbano. I progetti sono quindi partiti da

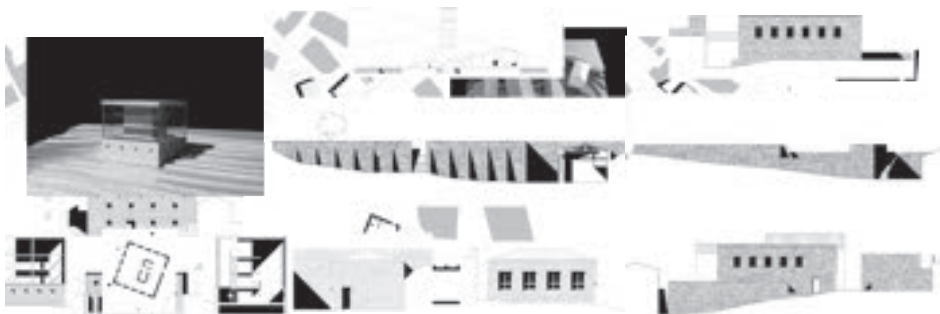


Fig. 2 - Thomas Fiocco , Jacopo Rettondini, Francesco Rinaldi / Laura Murari , Laura Sartori, Viviana Tagetto, Sara Tamelli / Emilia Atasanova, Edoardo Lonardi, Linda Righi

questi luoghi in cui sono state formulate ipotesi di trasformazione architettonica attraverso interventi di ricucitura, di restauro, di ristrutturazione e di nuovo inserimento. Si può dire quindi che il lavoro che ha caratterizzato la II edizione del Workshop ha operato attraverso un progetto urbano per punti, che ha coinvolto l'intero tessuto urbano del villaggio, operando alla ricerca di quelle relazioni e di quelle dinamiche che hanno guidato da sempre la costruzione e la forma del borgo. Relazioni e dinamiche urbane che potrebbero ancora essere rivitalizzate e riabilite, in senso letterale, solo attraverso l'individuazione di nuovi e rinnovati stati di necessità. In conclusione l'oggetto dell'intervento non ha assunto la diretta prossimità con casa Bertolucci come dato di progetto, ma ha assolto al suo compito rilanciando salde relazioni a distanza fra il monumento ed i principali punti nodali del tessuto urbano, riuscendo nell'intento a coinvolgere tutto il villaggio e la sua complessità. (Fig.2)

Abitare e lavorare

(III edizione, luglio 2016)

Durante la settimana di studi della III edizione è stato affrontato il tema intitolato *Abitare e*

lavorare consistente in un'ipotesi di progetto e riabilitazione di misurate porzioni di patrimonio edilizio esistente, individuate nel centro antico di Casarola, in cui diverse giovani famiglie possano vivere e lavorare sostenute da un rafforzato programma di recupero della rete di connessione territoriale (servizi base, trasporti sostenibili, internet ecc.). L'area di studio è stata individuata all'interno del tessuto più significativo dell'espressione urbana del villaggio, racchiusa fra la "fontana nuova" e la "fontana vecchia", veri e propri capisaldi, ribaditi dalle due locande storiche, che da sempre costituiscono i punti di aggregazione e socialità dell'antico borgo. Il progetto *Abitare e lavorare*, quindi, declina il tema della Porta della poesia attraverso due momenti complementari. Da un lato si fonda sulla disponibilità di spazi in cui vivere e in cui lavorare, e dall'altro sulla disponibilità di spazi per l'ospitalità, l'informazione e lo studio. Il progetto, in questa terza edizione, entra in pieno nel merito delle misure di contrasto al fenomeno dello spopolamento della montagna, con una proposta che, prima ancora di essere di natura architettonica, è di natura strategica. Il tema, infatti, è affrontato secondo un doppio regime temporale costituito dall'offerta di spazi utili alla realizzazione di un progetto di vita



Fig. 3 - Lorenzo Bongiorno, Fabio Bragantini, Lorenzo Chierigati, Alessandro Puglierin / Thomas Mori, Marta Mengalli, Carlotta Quarantelli, Andrea Spanò / Carmen Angelillo, Giulia Dal Barco, Alessandro Melegaro, Silvia Perobelli

di lungo periodo; e dall'offerta di spazi utili per una residenza temporanea, proporzionata per il soggiorno di studiosi interessati al mondo “casarolese-bertolucciano” e turisti amanti della cultura e dell'ambiente naturale appenninico.

Nasce così una nuova idea di riabilitazione architettonica, legata anzitutto all'offerta di un'occasione messa a disposizione dalle istituzioni, un'occasione per realizzare un progetto di vita in un luogo che ha da offrire un'elevata qualità ambientale e culturale. (Fig.3)

In definitiva, come si è ben capito, il workshop di architettura *La casa del poeta*, ha seguito un percorso ben preciso, durato tre anni, immaginato fin da subito e realizzato con l'obiettivo di dimostrare che è possibile intraprendere un percorso d'azione che possa porsi in controcorrente rispetto agli andamenti d'impoverimento e spopolamento che questi territori subiscono da decenni.

Questi studi sono un modo, se non addirittura un pretesto, per mostrare come approfittare di una qualità della vita che questi luoghi potrebbero offrire e che, oggi più che mai, sembra essere un bene prezioso del quale molte persone, in maggioranza giovani, sono alla ricerca.

Il percorso triennale di studio muove sempre da

risorse esistenti nel luogo: culturali, ambientali, di patrimonio architettonico e artistico; a partire proprio da una risorsa preziosissima e di risonanza internazionale costituita da alcune delle maggiori voci intellettuali del novecento, che a queste plaghe hanno legato una parte importante della loro storia. Mi riferisco, ovviamente, all'opera poetica di Attilio Bertolucci e all'opera artistica dei figli, registi e sceneggiatori, Giuseppe e Bernardo, che hanno trasformato un piccolo e sconosciuto villaggio come Casarola in un luogo conosciuto e riconosciuto in tutto il mondo.

A partire da queste risorse esistenti, di cui questo piccolo borgo appenninico sembra essere una miniera, i nostri studi hanno seguito un percorso dal particolare al generale, partendo dalla casa Bertolucci rimettendone in discussione il futuro, passando per il progetto generale di Casarola intesa come la Porta della poesia, fino all'ipotesi di una riqualificazione del tessuto urbano finalizzata a sostenere progetti strategici promotori di nuove dinamiche sociali.

Le nostre ricerche sono finalizzate a promuovere un nuovo modello insediativo di qualità che integri le componenti ambientali, culturali ed economico-sociali. Insomma riteniamo che, attraverso queste sperimentazioni, si siano

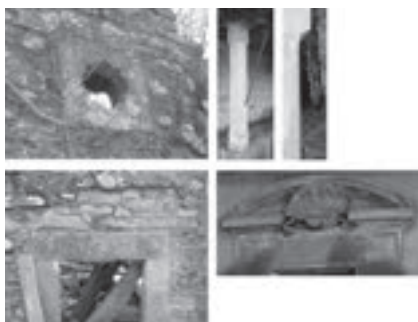


Fig. 4 - Casarola, dettagli

gettate le basi per una riflessione lungimirante e di ampia scala, capace di ribaltare le sorti di queste sofferenti aree appenniniche.

In generale è possibile dire che nell'ultimo dopoguerra, con la definitiva caduta dell'economia montana tradizionale e lo sviluppo urbano-industriale delle pianure, il fenomeno dello spopolamento assume proporzioni veramente importanti e non più trascurabili, cui consegue uno stato di degrado generale risultato dell'abbandono di terre, boschi ed interi villaggi.

Com'è noto, negli ultimi decenni, fatta eccezione per qualche area privilegiata, in tutto il territorio montano nazionale il fenomeno dello spopolamento continua, soprattutto come conseguenza dell'invecchiamento della popolazione rimasta.

Recenti ricerche dimostrano come poco meno di $\frac{1}{4}$ del territorio nazionale italiano sia affetto dal problema dello spopolamento e quindi è legittimo chiedersi se, un paese civile, può permettersi di trascurare un problema di tale importanza per una consistente porzione di territorio e di popolazione. Ovviamente (la risposta vien da sé) nessun paese civile può permettersi di non curarsi di un problema di così rilevante proporzione per alcune valide

ragioni:

1. La prima importante ragione è legata al fatto che un numero consistente di persone, abitanti in queste aree sofferenti, non sia libera di abitare i propri territori a causa delle condizioni di marginalità e di isolamento che limitano, di fatto, i loro diritti di cittadinanza.
2. La seconda ragione è che, nelle aree in esame, vi sono grandi risorse culturali, agrarie, idriche, forestali, ambientali, paesaggistiche ecc. poco o per nulla impiegate, che potrebbero entrare, se correttamente utilizzate, nel bilancio delle risorse del sistema paese.
3. Infine, come terza ragione – lo abbiamo sotto gli occhi ad ogni primavera e ad ogni autunno – bisogna rilevare che le aree montane sono territori fragili, drammaticamente instabili, dove la cura dei residenti produrrebbe una indispensabile opera di vigilanza e di manutenzione che ridurrebbe sensibilmente i rischi idro-geologici e di dissesto che hanno terribili ed inevitabili conseguenze sui fondovalle e sulle pianure urbanizzate.

Solo il mantenimento di un'adeguata popolazione stabile, composta da abitanti di tradizione e da nuovi abitanti, sufficientemente numerosi tanto da giustificare i servizi



Fig. 5 - Casarola, planivolumetrico

essenziali necessari, può avviare a queste disfunzioni assicurando la cura del territorio e la valorizzazione delle risorse presenti. Solo così potremo assistere alla rinascita di una nuova socialità.

Nasce da queste riflessioni il desiderio di costruire una presa di coscienza del valore ambientale, civile e culturale, oltre che economico, dell'Appennino parmense e delle grandi opportunità che oggi essa potrebbe offrire a chi è alla ricerca di nuovi modi di vivere e di lavorare.

IL progetto di architettura nella Casarola di Attilio Bertolucci

A partire dal luglio 2014, in continuità con i due anni successivi, abbiamo ideato e realizzato per il Politecnico di Milano, sede di Mantova, con il contributo del parco Nazionale Appennino Tosco Emiliano, dei Parchi del Ducato, del comune di Monchio delle Corti e del comitato Pro Casarola, un workshop di architettura intitolato *La casa del poeta*. Il progetto di architettura nella Casarola di Attilio Bertolucci. Un'esperienza importante per tutti noi, singolare e allo stesso tempo straordinaria, proprio per il confronto con un luogo ricco di architettura, di tradizione, di natura e, naturalmente, di poesia.

Ma *La casa del poeta* è anche il titolo di un preziosissimo libro di Paolo Lagazzi, da noi rubato e utilizzato per richiamare il senso dei nostri studi. Rubato, certo, con l'immane generosa complicità dell'autore stesso, poiché faceva al caso nostro proprio perché costituiva l'incipit perfetto per ciò che ci proponevamo di realizzare. In quel titolo infatti sono contenute tutte le nostre questioni e le nostre preoccupazioni a partire dall'architettura e, visto che non è possibile riflettere sull'architettura a prescindere dal luogo, dalla poesia; perché poesia e luogo, a Casarola, sono la stessa cosa. Affrontare in qualità di architetti Casarola, un borgo a 1000 metri sull'appennino parmense, ci pone di fronte una serie ricca e complessa di interrogativi. Da un lato si presentano alla mente tutte le questioni proprie dell'architettura, come le questioni compositive, tecniche e tecnico-pratiche; dall'altro le questioni legate alla pregevole qualità del paesaggio, sia dal punto di vista intellettuale quanto dal punto di vista naturalistico. Ma, inevitabilmente, l'esperienza del progetto compiuta in queste *plaghe*, non può fare a meno di risentire di un'ingombrante presenza costituita, appunto, dalla poesia. Un'ingombrante presenza, direi, proprio perché è impossibile non fare i conti con essa quando si

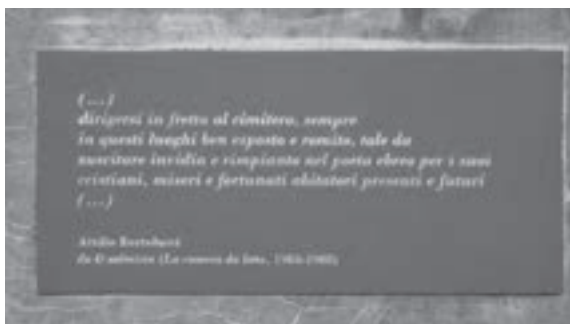


Fig. 6 - Pagina di pietra sul muro del cimitero di Casarola

pratica un mestiere che, per quanto pratico, affermativo e concreto, ha comunque a che fare con forme fisiche che sono loro stesse forme espressive: l'architettura, infatti, comunica attraverso le sue forme. Allora per affrontare la questione a viso aperto, senza percorrere strade che avrebbero potuto risultare più seducenti ma che ci avrebbero portato inevitabilmente a inutili formalismi, a virtuosismi o, peggio ancora, a personalismi, ho pensato che l'unica strada possibile fosse quella di cercare di capire cosa questa presenza ingombrante - la poesia - potesse insegnarci in senso generale, in funzione del nostro mestiere di progettisti. Ovvero ho cercato di indagare quale fosse quel *carattere di generalità* che rappresenta quel possibile punto di contatto fra due discipline artistiche così apparentemente distanti. In altre parole ho cercato di individuare quale suggerimento operativo, pratico, per noi architetti, la poesia ci potesse indicare. Solo così, a mio avviso, avremmo potuto trarre un concreto beneficio nel confrontarci con Casarola e con il suo mondo.

In proposito mi è venuto in aiuto un episodio che ho direttamente vissuto e che si è rivelato utile per comprendere quale fosse il punto di contatto fra architettura e poesia.

Qualche tempo addietro, leggendo una poesia di Attilio Bertolucci, mi interrogai sul significato della parola romito: "sempre in questi luoghi ben esposto e romito..." scrive il poeta riferendosi ad un cimitero in *O salmista*.⁵ A mio parere romito è un aggettivo che suona con una certa fermezza, attraverso una musicalità decisa e inconfondibile. Ma soprattutto, in quella mia modesta analisi da dilettante, trovavo che quel suono, breve ed incisivo, fosse molto nitido, direi conciso (ammesso che quest'aggettivo possa essere corretto per definire un suono). Quella nitidezza mi faceva intuire come una breve parola contenesse un senso così ampio, ricco e complesso. Ho cercato di spiegarmene il significato ed immediatamente si è scatenato, nella mia mente, un turbinio di sinonimi, di locuzioni e di frasi esplicative. Tuttavia comprendevo che ogni tentativo di spiegazione non era mai soddisfacente, perché nessuna definizione poteva fare a meno delle altre. Ho finalmente consultato il dizionario, il quale mi ha spiegato che in quella parola, romito, stavano tutti quei significati che avevo impiegato, non senza incertezze e sbavature, molto tempo a definire.

Questo mio sforzo maldestro mi ha permesso di capire almeno tre cose:



Fig. 7 - Muro di contenimento in pietra

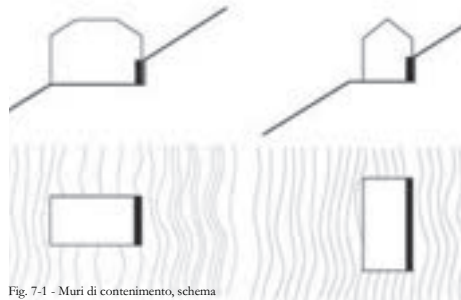


Fig. 7-1 - Muri di contenimento, schema

- anzitutto con quanta esattezza quel luogo, che io conosco e di cui ho esperienza diretta, fosse stato descritto, spiegato, ovvero espresso attraverso una sola parola;
- con quanta esattezza, con una sola parola, fossero descritti in senso generale, tutti i cimiteri dei 1000 metri sul livello del mare;
- infine, mi ha permesso di capire lo stato di necessità della parola esatta.

La stessa esattezza, a mio parere, deve essere operata dall'architetto attraverso l'uso degli elementi dell'architettura, che sono i suoi elementi espressivi, le sue parole.

A mio parere il punto di contatto fra poesia e architettura sta proprio in questo: nell'esattezza degli elementi scelti nella composizione, nell'inappuntabile coincidenza fra la forma o la sostanza dovuta.

Sono d'accordo con Italo Calvino quando, nella sua *Lezione americana* numero 3, ci spiega che per *esattezza* intende:

- un disegno dell'opera ben definito e ben calcolato;
- l'evocazione di immagini visuali nitide, incisive e memorabili;
- un linguaggio il più preciso possibile come lessico e come resa delle sfumature del pensiero e dell'immaginazione.⁶

Una definizione che trovo particolarmente pertinente per le nostre riflessioni d'architettura. L'esattezza della parola del poeta, a mio avviso, deve essere di riferimento per l'esattezza del disegno dell'architetto. Attraverso l'esattezza l'artista ci permette di spostarci dal visibile alle soglie dell'invisibile. Ovvero l'artista - poeta, pittore o architetto che sia - attraverso l'esattezza ci mostra l'idea, senza distrazioni. Ma questa esattezza, che sembra essere un prezioso insegnamento per noi progettisti, è anche un modo per leggere il luogo e l'architettura esistente, cercando di decifrarli e approfondirli per poterne trarre insegnamenti utili a comporre il nostro linguaggio architettonico.

Lavorare in un contesto come Casarola significa, anzitutto, porsi il problema del destino di luoghi come questo. Luoghi che da decenni soffrono di un certo abbandono, che denuncia un raggiunto grado di obsolescenza che genera domande di fronte alle quali è urgente, oggi più che mai, dare risposte: questi luoghi, oggi, a cosa servono? Luoghi come Casarola ci mostrano vivo e visibile il loro passato, ma cosa possiamo dire, noi architetti, del loro futuro?

Tutto nasce da queste domande. E la risposta, a mio avviso, è da ricercare attraverso l'esattezza del nostro sguardo e del nostro progetto.



Fig. 8 - Casarola, sistema delle sostruzioni

Per questo, come tema, ci siamo posti il problema del destino della casa del poeta, del villaggio che la comprende e del suo territorio, entrando in un dibattito recente che abbiamo contribuito a rianimare cercando di dare il nostro contributo attraverso l'architettura, convinti del fatto che il progetto sia anzitutto un'azione di conoscenza. In altre parole abbiamo cercato di conoscere in profondità un luogo attraverso il progetto di architettura.

Casarola è un luogo in cui scavare, dove ogni edificio è in perenne lotta con la montagna. Prima di tutto ogni architettura fa i conti con questo compito. E quindi, possiamo dire, che è la terra stessa che modella l'architettura.

L'orografia del territorio è il primo dato di progetto. Gli edifici affrontano il pendio in due differenti modi. Da un lato sono adagiati sul terreno parallelamente alle curve di livello, mentre dall'altro si pongono in modo a queste ortogonale.

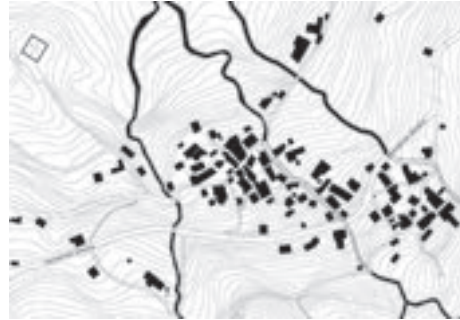
Nel primo caso affrontano la pressione della montagna offrendo il muro in modo da contrastarne la spinta; mentre nel secondo caso entrano nella montagna offrendo il lato più corto sottoposto alla pressione del terreno, riducendo il più possibile la superficie sulla quale la montagna esercita la sua spinta. In ogni caso

l'edificio è prima di tutto una sostruzione, un muro di contrafforte che conquista il suo posto con forza e decisione.

Naturalmente questa lotta perenne, che sembra sottolineare un lentissimo quanto inevitabile errare verso il fondovalle, è messa in evidenza dalle crepe che “decorano” gli edifici della montagna. Crepe benigne che descrivono le tensioni naturali esercitate dalle masse. Case in continuo movimento quindi, in cui le fessure che si aprono e che a volte, addirittura, si contraggono richiudendosi ciclicamente seguendo le stagioni, parlano di una necessaria e accomodante elasticità delle strutture. In questi luoghi severi gli edifici e il declivio naturale trovano sempre un compromesso, descritto dal grafico che appare in facciata, sul quale ascisse e ordinate riportano il disaccordo fra la montagna e l'edificio: la montagna che preme verso valle, la casa che non vuole abbandonare la sua secolare posizione.

È l'orografia del terreno che detta le regole in cui leggere la forma dell'insediamento. A Casarola le linee parallele alle curve di livello sono vie di comunicazione come strade, mulattiere, sentieri; mentre tutte le linee ortogonali sono torrenti, canali, rii, e questo lo si può verificare sempre nelle giornate di pioggia o

Fig. 9 - Casarola, percorsi dell'acqua



di disgelo, quando i corsi d'acqua improvvisamente si moltiplicano. Anche le strade, spesso ricavate da canali intubati in tempi relativamente recenti, a loro volta si trasformano in temporanei corsi d'acqua. I percorsi dell'acqua tracciano la forma planimetrica dell'insediamento, ed il disegno idrogeologico assume valore fondativo. Questa forma planimetrica è così precisa perché prodotta dalla secolare esperienza. Quando non si rispettano le leggi dell'esperienza, in montagna, si verificano le sciagure. Casarola è adagiata su di un declivio assoluto che guarda lontano, verso nord, verso la stretta gola della val Bratica e verso la pianura che si scorge in lontananza nelle giornate di bel tempo. L'impianto planimetrico è ben ancorato al terreno e asseconda le pieghe della montagna. Ma esiste un caposaldo che non rispetta nessuna di queste regole. Si tratta del campanile settecentesco della chiesa il quale abbandona lo stretto rapporto con il suolo per innescare, con la sua altezza, una relazione a distanza con gli altri luoghi della valle. Il campanile ci fa capire il salto di scala territoriale attraverso il dialogo con gli altri campanili. Dialogo che in certi momenti della giornata si fa concreto per l'allegro suono di campane che sembrano chiamarsi e

rispondersi vicendevolmente. Il campanile costituisce quindi un segnale non solo religioso, ma anche civile, un segnale architettonico rassicurante perché attraverso il suo dialogo visivo e sonoro rafforza quell'antico senso di solidarietà e mutuo soccorso che induce a superare, in caso di necessità, ogni ottuso campanilismo. Questo dialogo puntuale a distanza disvela una vera e propria struttura territoriale, fatta di villaggi, di boschi, di prati, di strade, di canali e di sentieri. Una rete territoriale composta da elementi evidenti, di notevoli dimensioni come le torri, appunto, o come le strade e i ponti. Ma anche di elementi di piccole dimensioni, che costruiscono un piccolo luogo, immerso nella natura, e che ci sorprendono quando si incontrano per caso. Anche questi piccoli manufatti, appartengono alla stessa rete territoriale, ribadita dalle numerosissime *Maestà*, piccole edicole votive, in pietra arenaria e marmo bianco, che con la loro presenza e con l'aiuto di un muro a secco, di una panchina, di un albero o contrapposte semplicemente ad una roccia, spiegano come l'uomo e la sua storia siano da sempre presenti nel territorio. Insieme ovviamente a perpetuare la testimonianza di un fatto accaduto ed esprimere, con la loro minuta dimensione, il più alto significato di



Fig. 10 - Campanili nei borghi dell'Alta val Bratica: Casarola, Riana, Grammatica

monumento.

Osservando la valle per mezzo di una carta, o attraverso una foto zenitale, si comprendono i villaggi adagiati sui versanti paralleli al torrente Bratica. Luoghi dai nomi bellissimi e festosi: Grammatica, Riana, Bellasola, Montebello, Casarola ecc. Ma non basta uno sguardo superficiale per comprendere una forma alternativa di insediamento prodotta dalla secolare *civiltà del castagno*. Mi riferisco ai raggruppamenti di essiccatoi, perennemente nascosti dagli alberi, che ci mostrano un altro possibile modo di costruire con la natura e nella natura. Questi piccoli edifici di utilità, appartenenti anch'essi alla stessa struttura territoriale non immediatamente visibile, immersi in castagneti un tempo curati come giardini, fra muri a secco e strade lastricate, danno vita a veri e propri villaggi dilatati: *La Bora del bosco*, come veniva chiamato questo luogo da Attilio, in cui tutte le relazioni avvenivano sui prati di raccolta al tempo delle castagne. Ma gli essiccatoi sono presenti anche nel villaggio e, frequentemente, sono in stretta relazione simbiotica con l'abitazione. La casa e la porzione di territorio di pertinenza costituiscono un vero e proprio congegno per la sopravvivenza, in cui i frutti della raccolta

entravano, per essere lavorati, in un dispositivo architettonico che sfruttava la sezione del terreno per agevolare il trasporto e la lavorazione. Nascono così interessanti relazioni fra i livelli della casa ed i dislivelli della sezione naturale del terreno che generano degli originali, quanto loosiani, incastri spaziali di volumi sfalsati. Uno straordinario esempio ante litteram di Raumplan lo si trova proprio nella casa del poeta, in cui il declivio naturale è la ragione di una sezione complessa ed espressiva che chiarisce il rapporto gerarchico fra gli spazi ausiliari che culminano nel grande salone, di cui colpisce l'altezza, così inusuale nelle case dei mille metri e che proprio per questo si merita di essere descritta da Attilio come la "più bella e grande del paese".⁷

Casarola non è un luogo di spazi pubblici, così come non lo sono, in generale, i borghi d'Appennino parmense. L'incontro, l'aggregazione, avvengono nella natura, nelle aie racchiuse fra le case, nel piccolo sagrato della chiesa, all'osteria. Ma c'è un luogo in particolare in cui la collettività si rappresenta: la fontana. È ovvio che in zone ricche d'acqua come queste, di fontane ce ne sono tante, ognuna delle quali costruisce un piccolo sito. Ma nel borgo ce n'è una che è più di un luogo dove attingere acqua o

Fig. 11-1 - Maestà delle strade (1905)

Fig. 11 - Essiccatore per castagne



dove lavare la biancheria o abbeverare il bestiame. La fontana a Casarola riesce a fare combaciare la necessità con l'espressività architettonica. Si tratta di un luogo che, con il pretesto di essere necessario ed utile alla comunità, esprime l'idea di spazio collettivo ed allude ad una misurata e discreta dimensione urbana.

La fontana di Casarola risolve il frontespizio di una stalla, si confronta con il fronte più singolare e misterioso del paese con il quale si relaziona per contrapposizione. È posta al centro di un dedalo di vicoli ed in particolare si infrapone fra un borgo lastricato in salita ed un arco a tutto sesto, leggermente arretrato, che ricava un pertugio fra case che si aprono improvvisamente, svelando una porzione di villaggio rimasta, fino all'ultimo, segreta. Lo spazio è contenuto, chiaro e gerarchicamente organizzato. Ogni elemento della composizione è necessario e l'equilibrio fra vuoto e pieno, fra luce ed ombra, parla della proporzione dell'uomo che conduce un animale che traina un carretto. Sono questi tre soggetti, vincolati l'uno all'altro, che sagomano lo spazio attraverso il loro movimento: al loro blando passaggio i muri si scostano di poco, le strade si abbassano, gli spigoli al piano terra si ritraggono. Nel raggio di

pochi metri il principio urbano è espresso con naturalezza, equilibrio, misura.

È curioso notare come gli spazi esterni e gli spazi interni del villaggio, abbiano dimensioni comparabili. Le strade sono larghe come corridori, il tinello delle case e la sala dell'osteria sono di poco più piccoli dello spazio antistante la fontana ecc. Solo piccole porte e piccole finestre, ritagliate negli spessi muri in pietra, collegano il dentro e il fuori; così che dall'interno, con sorpresa, ci rendiamo conto che chi cammina per il vicolo ci è più vicino di colui che si trova nella stanza accanto.

A Casarola è evidente l'influenza della manualistica ottocentesca che ha conquistato, a mio parere con un certo ritardo, anche queste valli più lontane, portando il suo contributo attraverso schemi tipologici che si sarebbero presto affermati con sicurezza nel territorio. Attraverso la manualistica, arrivata chissà come, forse attraverso uno schizzo ricopiato da un capomastro che sceso a valle si è trovato fra le mani un libro o un disegno (siamo nell'ultimo quarto dell'800 quando gli effetti delle maestranze di Maria Luigia senz'altro avevano già esercitato una certa influenza nelle tecniche costruttive della pianura), questi schemi tipologici hanno potuto fornire utili



Fig. 12-1 - Efficatoio, schema di sezione



Fig. 12-2 - Casa Bertolucci, schema della sezione longitudinale

suggerimenti dei quali non si è più potuto fare a meno.

Come la corretta proporzione delle case, basata sull'esperienza nell'uso del legno di castagno che, impiegato come materiale da costruzione, attraverso la dimensione appropriata della sua sezione resistente, determina la profondità del corpo di fabbrica. O come la disposizione delle finestre, sempre piccole per non disperdere il calore, ma contrapposte per garantire un indispensabile ricambio d'aria durante le belle giornate di sole. In ogni caso l'architettura di montagna in Appennino, a partire dall'ultimo quarto del XX sec., insegue una certa chiarezza tipologica che mostra sempre con esattezza cosa è centrale e cosa è secondario nel progetto, in un processo compositivo in cui ciò che viene giudicato centrale diviene il progetto stesso, mentre ciò che viene ritenuto secondario è tralasciato. Un vero e proprio suggerimento operativo che conduce a figure essenziali, quasi indeformabili, a figure esatte. Nascono così architetture che non possono permettersi di occuparsi del superfluo, troppo faticoso, troppo inutilmente dispersivo e dispendioso.

Alla luce di queste considerazioni sembra di poter dire che, in questi luoghi, la chiarezza tipologica è assunta come necessità. Poche e

indispensabili parti, pochi e necessari elementi compongono le architetture.

Il percorso fra dentro e fuori non interpone mai diaframmi. Fatta eccezione certo per il pronao della seicentesca chiesa di San Donnino e per il portico d'ingresso della casa del poeta. Il passaggio dal freddo al caldo è diretto e mai mediato. Nemmeno il pavimento cambia. La stessa pietra, utilizzata in grosse lastre naturali per il selciato delle strade, delle aie e dei cortili, entra nelle case e, posata semplicemente sulla terra battuta, diventa il pavimento della cucina e del tinello accompagnando il passo all'interno dei volumi, nella profondità degli "abissi domestici".⁸

Ma di pietra sono anche i tetti, quelli che hanno resistito alle sciagure della storia e alle lusinghe dell'efficienza tecnologica. Così che Casarola osservata dal Groppo Sovrano, immagino, apparisse come un unico lastricato, fatto di pavimentazioni e di coperture, che si alternavano a prati e a boschi.

È la pietra arenaria il materiale da costruzione, pietra dai riflessi azzurri e dal colore del cielo autunnale. Una roccia sedimentaria tenera perché giovane, che si sgretola negli anni trascorsi sotto le intemperie. E proprio per questo suo continuo mutare tende a tradire lo



Fig. 12-3 - Casarola: la Fontana nuova

scalpellino che l'ha intagliata con grande rigore ed esperienza.

Di arenaria sono gli elementi della costruzione che necessitano di precisione, in particolare tutti quei punti dell'edificio in cui il muro, di roccia informe, deve essere concluso con cura.

Nascono così le misurate aperture sui fronti delle case, dove la cornice non è mai semplicemente ornamentale, e in cui l'elemento architettonico di dettaglio, assolvendo alla sua funzione costruttiva, assume un'espressione figurativa che è il risultato dell'esperienza, che diventa tradizione, e che si concede, in superficie, di esibire l'abilità dello scalpellino/scultore.

Di arenaria sono anche gli architravi, così appropriati per le finestre, perché per la loro contenuta dimensione non superano mai la sollecitazione massima che la pietra potrebbe sopportare. Ma questi architravi si curvano fino a diventare archi nei portoni di accesso alla casa, quando la luce da superare è troppo grande per una pietra lineare. In questi archi non mancano mai la data di costruzione e le iniziali del proprietario, incise con orgoglio sulla chiave di volta. Ancora una volta la necessità costruttiva diventa espressione architettonica per mezzo di elementi non privi di incertezza geometrica, che denuncia una impetuosa difficoltà costruttiva.

Ma lo scalpellino lavora anche all'interno, con la stessa maestria e riportando la stessa indistinguibile cifra. E così il percorso, che dallo spazio aperto entra all'interno della casa accompagnato sempre dalla stessa pietra, continua su per le scale, in pietra anch'esse.

Appare interessante osservare come l'idea tipologica, quella schematizzazione cui si alludeva in precedenza, doveva esser stata chiara fin dalle battute iniziali del cantiere, perché le scale in pietra sono costruite insieme ai muri portanti, senza alcuna possibilità di ripensamento in corso d'opera.

Le scale di queste antiche dimore sono in pietra a sbalzo, incastrate nel muro e sporgenti per 70 cm. Ogni gradino è di sezione triangolare, dimensionata dall'esperienza per reggere il passaggio delle persone, in cui due lati sono rifiniti con cura: il lato di calpestio è bugnato, mentre il lato dell'alzata riporta una leggera rigatura verticale; il terzo lato è grezzo, forse perché disposto ad accogliere un sottile strato di intonaco.

È sempre riconoscibile la stessa mano che ha scolpito gli elementi in pietra, la stessa mano che ha lavorato in numerose case lasciando, indelebili, altrettante firme sugli elementi della costruzione: la leggera zigrinatura del fondale



Fig. 12-4 - Campanili in Alta val Bratica (fotomontaggio)

del camino, la rigatura fitta e ortogonale di finitura delle superfici degli elementi rettilinei, la messa in scena di un finto taglio a 45° dove il ritto incontra l'architrave nella definizione del vano finestra, i motivi floreali che ingentiliscono i dadi dei pilastri, il mascherone antropomorfo al centro dell'architrave o nella chiave di volta dell'arco ecc.

In questa antica pratica edificatoria alcuni elementi d'uso, di complemento alla vita quotidiana, diventano elementi costruttivi. Anche se, normalmente, elementi costruttivi non sono. In questo senso azzardo questa definizione, intendendo con ciò il fatto che esistono elementi che sono costruiti con la struttura della casa e di questa fanno parte. Così come spiegato per la scala, anche il camino e il braciere sono elementi costruiti contemporaneamente ai muri portanti. Elementi in pietra che sono incastrati nella costruzione e che, oltre ad assolvere ad una funzione domestica, assolvono ad un compito strutturale nell'essere irreversibilmente coinvolti nella struttura: il camino è un portale nel muro perimetrale, il braciere è il davanzale della finestra che costruisce una nicchia sottostante per il ricovero di una piccola scorta di legna.

Ogni elemento dell'architettura, dalla scala planimetrica del villaggio al dettaglio più minuto dell'edificio, è frutto della creazione artigiana, che ci stupisce per l'esattezza con la quale risponde al problema. Una creazione artigiana che mostra ancora oggi quei legami che uniscono l'architettura ed il lavoro artigianale come risultato della continua verifica dell'esperienza che diventa tradizione costruttiva. È implicito in questo un naturale processo di condivisione delle forme che, a mio avviso, dovrebbe essere al centro dell'architettura, così come sempre è stato e che solo oggi viene messo in discussione.

In questo senso l'esattezza che Casarola ci insegna attraverso il suo linguaggio architettonico e poetico è di grande attualità, perché ci mostra, come suggerimento operativo, un possibile modo di porci come architetti e come uomini, che rinunciano a seducenti individualismi formali di ricerca della bellezza fine a se stessa, per perseguire un certo carattere di generalità che è esso stesso espressione di un processo collettivo.

A mio parere, per «l'architettura, così come per la vita in generale, non è tanto importante l'individualità o l'originalità, quanto il fatto che il maggior numero possibile di persone possa

Fig. 13-1 - Maestà delle abitazioni (1689)

Fig. 13-2 - Dettaglio dello spigolo di un'abitazione



raggiungere un livello di consapevolezza tale da consentire il conseguimento di risultati di validità generale, laddove cioè l'elemento individuale perde invece ogni significato».⁹ Questo sembra suggerirci l'esattezza di Casarola, dove gli elementi essenziali dell'architettura hanno trovato il punto in cui ciò che è necessario diventa bello e in cui ciò che è stato appena ideato prende subito vita. È questa apparente monotonia presente nell'architettura, ma anche - a mio parere - nella poesia di Attilio Bertolucci, che mi interessa. A Casarola ritroviamo un linguaggio architettonico apparentemente monotono, apparentemente sempre lo stesso, ma ricco di riverberi e di sottili differenze. È attraverso l'esattezza che riusciamo ad apprezzare queste delicate e preziose differenze.

Sbaglierebbe chi intendesse queste riflessioni semplicemente per romantiche, pittoresche o, peggio ancora, nostalgiche. Al contrario, queste riflessioni, vogliono misurarsi principalmente con il pensiero contemporaneo, in cui l'architettura in quanto tale ha perso ogni ruolo riconosciuto in millenni di architetture. E questo è successo, forse, perché l'architettura ha rinunciato al suo confronto leale con la realtà. Il linguaggio architettonico, l'espressività

dell'architettura, non sono nulla, a mio avviso, se non ci forniscono una qualche chiave di lettura della realtà, se non si confrontano direttamente con essa.

In proposito proprio Bernardo Bertolucci, in un documento-intervista bellissimo di qualche anno fa intitolato *La rosa bianca*, firmato da Franco Guareschi e Riccardo Canetti¹⁰, racconta di quando scoprì la realtà della poesia di suo padre.

*Coglierò per te
l'ultima rosa del giardino,
la rosa bianca che fiorisce
nelle prime nebbie.
Le avide api l'hanno visitata
sino a ieri,
ma è ancora così dolce
che fa tremare.
È un ritratto di te a trent'anni,
un po' smemorata, come tu sarai allora.*¹¹

La rosa bianca, dice Bernardo, è un'immagine chiara ma molto metaforica nella poesia. E racconta di come, dopo aver letto quella poesia fosse corso in giardino ed avesse trovato veramente la rosa bianca di cui suo padre parlava. In quel momento, per Bernardo

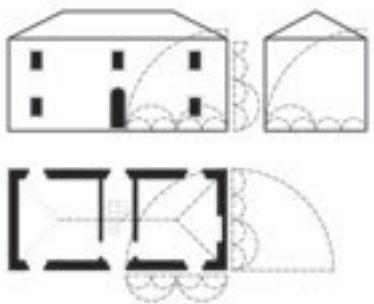


Fig. 13-3 - Schema tipologico con rapporti proporzionali

Bertolucci, non c'è più differenza fra la poesia scritta e la realtà. Egli può verificare, nella esperienza di tutti i giorni, quello che legge nella poesia di suo padre. La poesia è soltanto lo specchio della realtà, è la pagina in cui si rispecchia la realtà presente intorno a casa. Questa realtà, che ritrova le sue forme nell'esperienza di tutti i giorni, può essere espressa solo attraverso quell'*esattezza* cui la nostra architettura deve ambire.

Note:

¹ Il presente scritto costituisce l'approfondimento e la rielaborazione degli studi pubblicati in *La casa del poeta*. Il progetto di architettura nella Casarola di Attilio Bertolucci, Aion Edizioni, 2016.

² A. Bertolucci e P. Lagazzi, *All'improvviso ricordando*. Conversazioni, Ugo Guanda editore, Parma. 1997.

³ Ai sensi del D.L. 42/2004.

⁴ In proposito si veda G. Dematteis, nell'introduzione a F. Corrado, G. Dematteis, A. Di Gioia (a cura di), *Nuovi Montanari, abitare le Alpi nel XXI secolo*, Franco Angeli, Milano, 2014

⁵ A. Bertolucci, *O salmista*, in *La camera da letto*, Garzanti, Milano, 1984

⁶ I. Calvino, *Lezioni americane. Sei proposte per il prossimo millennio*, Garzanti, Milano, 1988.

⁷ A. Bertolucci, *Dall'altro versante* in *La Camera da letto*, Garzanti, Milano, 1984.

⁸ A. Bertolucci, *Ritornare qui*, in *Viaggio d'inverno*, Garzanti, Milano, 1971

⁹ K. Sheffler, Hainrich Tessenow in *Die Architektur der Groszstadt*, Berlino, 1913; e in Giorgio Grassi (a cura di), *Hainrich Tessenow. Osservazioni elementari sul costruire*, Franco Angeli, Milano, 1974.

¹⁰ Franco Guareschi e Riccardo Canetti, *La rosa bianca*, film-documentario, 1991.

¹¹ A. Bertolucci, *La rosa bianca* in *Fuochi in novembre*, Minardi, Parma, 1934.



Fig. 14 - Pavimentazione in pietra. Comparazione fra esterno ed interno

“La casa del poeta” (the poet's house). Caring for the Apennines in the Casarola of Attilio Bertolucci¹

Vittorio Uccelli

*"Perhaps only those who are not
afraid of being modern can be so"*² Attilio Bertolucci

Caring for the Apennines.

The ancient village of Casarola, in the province of Parma, choice land of poet Attilio Bertolucci and of directors Giuseppe and Bernardo Bertolucci, has been studied as a paradigm representing the numerous and suffering villages of the Parma Apennines.

This intense experience has seen the development of three groups of projects that have been implemented in the three consecutive editions of workshop since July 2014. In the various editions, the place has been addressed according to a different angle, giving rise to original lines of research. The results of this experience allow us to show how the village of Casarola is legitimately included in the *Porte del Parco* (Park Doors) program, so the research activities of this seminar become part of the spatial development and planning between the Municipality of Monchio delle Corti (Parma, Italy), of the National Park of the Apennines straddling Tuscany and Emilia, and the Parco dei Cento Laghi (park of one hundred lakes). It is useful to clarify that the *Porte del Parco* program, established by the National Park, consists of identifying a network of places, characterized by a variety of topics, through which the territory's emergencies can be known and appreciated.

In the seminar's three editions, three different topics and related areas have been identified which, from time to time, have been answered through the architectural project.

La Porta della poesia (The Door of poetry) (1st ed., July 2014)

During the first edition, entitled *La Porta della poesia*, the study's chosen object was a building which lent itself well to a transformation that produced a type of architecture with complementary functions, a target of scholars and tourists. Therefore, an existing building has been redesigned, with ancient service functions (animal shelter and barn) in precarious static conditions and positioned in the immediate vicinity of the Bertolucci house in Casarola.

The role of *Porta della Poesia* has been fulfilled through a measured receptivity, useful for hosting scholars and enthusiasts of the place and its literary load, spaces for the study and conservation of documents, as well as an info-point dedicated to the Apennine environment, to the "Bertolucci World" and the village of Casarola. The planned building completes the functional and program system with the Bertolucci house, destined to become a monument and a testimony of itself. It is recent, in fact, and following this first edition of the workshop, the decision of the Superintendence of Fine Arts and Landscape for the Provinces of Parma and Piacenza to complete the process for the conservation and protection of the house itself.³

Il villaggio ritrovato (The village found)

(2nd edition, July 2015)

In the 2015 edition the village of Casarola as a whole was regarded as an object of the project. The idea of *Porta della poesia*, in fact, in this second design declension, has been extended to involve the entire village. Each work, designing the urban fabric, has identified one or more areas on which to distribute the functional program, consisting of a guest house to host scholars, a local info-point, rooms for study activities, a library and archive for processing and conservation of documents.

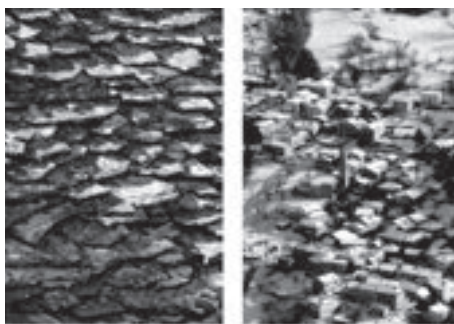


Fig. 15 - Copertura in lastre di pietra e Casarola vista dall'alto

If, in the previous edition, the project objectives were verified through the assignment of an existing building, which lent itself well to an architectural transformation, in this second edition the objectives were put to the test on the whole village as a whole. A very interesting and effective way to enhance knowledge of the village, its functioning and its relations with the territory understood in its richness and complexity: not only from the standpoint of architecture, but also from the point of view of the orographic system, the hydrographic system and infrastructures. But also in relation to the spatial organization induced by agriculture and breeding, with particular interest for the traditional "chestnut civilization." Through this research, which has highlighted the structure of the village of Casarola and how it relates to the surrounding area, key focal points have been identified, veritable cornerstones for the entire urban system. The projects, therefore, started from these places in which assumptions of architectural transformation were formulated through interventions of restoring, renovating, restructuring and new insertion.

It can, therefore, be said that the work that characterized the Workshop's 2nd edition has worked through an urban project by points, which involved the village's entire urban fabric, working in search of those relationships and dynamics that have always guided the way the village is built and shaped. Relations and urban dynamics that could still be revitalized and rehabilitated, literally, only by identifying new and renewed states of need.

In conclusion, while the object of the intervention did not assume direct proximity to the Bertolucci house as project data, but it fulfilled its task by boosting strong relationships between the monument and the main focal points of the urban fabric, succeeding in involving the entire village and its complexity.

Abitare e lavorare. (Living and working.)

(3rd edition, July 2016)

During the 3rd edition's study week, the topic entitled *Abitare e lavorare*, consisting of a project and rehabilitation assumption of measured parts of existing built heritage, identified in the ancient center of Casarola, in which several young families can live and work, has been addressed supported by a reinforced program for the recovery of the territorial connection network (basic services, sustainable transport, internet, etc.). The study area has been identified within the most significant fabric of the village's urban expression, enclosed between the "new fountain" and the "old fountain," veritable cornerstones, reaffirmed by the two historic inns, which have always constituted the ancient village's points of aggregation and sociality.

Thus, the *Abitare e lavorare* project deals with the topic of the *Porta della poesia* through two complementary moments. On the one hand, it is based on the availability of spaces where to live and work, and, on the other, on the availability of spaces for hospitality, information and studying.

The project, in this third edition, fully enters the merits of measures to combat the phenomenon of mountain depopulation, with a proposal that, even before being of an architectural nature, is of a strategic nature. In fact, the topic is addressed according to a twofold time scheme consisting of providing spaces that are useful undertaking a long-term life project; and the offer of useful spaces for a temporary residence, provided for the stay of scholars interested in the "Casarolese-Bertoluccian" world and tourists who love the Apennine culture and natural environment. Thus, a new architectural rehabilitation idea was born, linked, above all, to the offer of an opportunity made available by the institutions, an opportunity to realize a life project in a place that has great deal of environmental and cultural quality to offer.



Fig. 16 - Casa Bertolucci, architrave in pietra arenaria

Ultimately, as is well understood, the architecture workshop La casa del poeta has followed a very precise path, which has lasted three years, immediately imagined and realized with the aim of demonstrating that it is possible to undertake a course of action that can run against the trends of impoverishment and depopulation that these territories have been experiencing for decades.

These studies are a way, if not a pretext, to show how to take advantage of a quality of life that these places could offer and which, today, more than ever, seems to be a precious commodity which many people, mostly young people, are in search of.

The study's three-year course always moves from existing resources on site: cultural, environmental, architectural and artistic heritage-related; starting from a very precious resource and of international resonance made up of some of the major intellectual voices of the twentieth century, who have linked an important part of their history to these regions. I'm referring, of course, to the poetic work of Attilio Bertolucci and to the artistic work of his sons, directors and screenwriters Giuseppe and Bernardo, who have turned a small, unknown village like Casarola into a place known and recognized all over the world.

Starting from these existing resources, of which this small Apennine village seems to be a treasure trove, our studies have followed a path from the particular to the general, starting from the Bertolucci house, questioning the future, by way of the general project of Casarola understood as *Porta della poesia*, to the assumption of a redevelopment of the urban fabric aimed at supporting strategic projects promoting new social dynamics.

Our research is aimed at promoting a new quality settlement model that integrates environmental, cultural and socioeconomic aspects. In short, we believe that, through these experiments, the foundations have been laid for a

farsighted and large-scale reflection, capable of reversing the fate of these suffering areas of the Apennines. great deal of environmental and cultural quality to offer.

In general, it can be said that, in the last post-war period, with the definitive demise of the traditional mountain economy and the urban-industrial development of the plains, the depopulation phenomenon assumes truly important and non-negligible proportions, resulting in general degradation, abandonment of lands, woods and entire villages.

As is known, in the last few decades, except for some privileged areas, the phenomenon of depopulation continues throughout the nation's mountain territory, above all as a result of the aging of the remaining population.

Recent research shows ⁴ that just under 1/4 of the Italian territory is affected by the problem of depopulation and, therefore, it is legitimate to ask whether a civilized country can afford to neglect a problem of such importance for a substantial portion of the territory and population. Obviously (the answer comes on its own), no civilized country can afford not to care about a problem of such significant proportion for some valid reasons:

1. The first important reason is linked to the fact that a large number of people, inhabitants in these suffering areas, is not free to live in their territories because of the conditions of marginality and isolation that indeed limit their citizenship rights.
2. The second reason is that, in the areas under examination, there are great cultural, agricultural, water, forest, environmental, landscape, and other resources that are hardly used, if at all. If correctly used, these could enter the country system resource balance.
3. Finally, as a third reason (which is visible every spring and fall), it should be noted that the mountain areas are fragile and dramatically unstable, where caring for residents would produce an indispensable supervision and maintenance work



Fig. 17 - Murature con elementi di finitura in pietra arenaria

that would significantly reduce the hydro-geological and disruptive risks that have terrible and inevitable consequences on valley floors and on urbanized plains.

Only by maintaining an adequate stable population, comprising both traditional and new inhabitants, that is large enough to justify the essential services needed, can these dysfunctions be remedied by ensuring caring for the territory and enhancing current resources. Only in this way will we be able to witness the rebirth of a new sociality.

Emanating from these reflections is the desire to build awareness of the environmental, civil and cultural, as well as economic, value of the Parma Apennines and of the great opportunities that it could offer today to those looking for new ways of living and working.

The architectural project in the Casarola of Attilio Bertolucci.

Starting from July 2014, in continuity with the following two years, we have devised and implemented an architectural workshop entitled *La casa del poeta*, for the Polytechnic of Milan, Mantua, with the contribution of the National Park of the Apennines straddling Tuscany and Emilia, the Ducato Parks, the municipality of Monchio delle Corti and the Pro Casarola committee. The architectural project in the Casarola of Attilio Bertolucci.

An important experience for all of us that is unique and extraordinary at the same time, simply for comparison with a place rich in architecture, tradition, nature and, of course, poetry. But *La casa del poeta* is also the title of a very precious book by Paolo Lagazzi, which we have stolen and used to recall the meaning of our studies. Stolen, of course, with the inevitable generous complicity of the author himself, as it applied to our case because it constituted the perfect introduction for what we have proposed to achieve. In fact, the title contains all our questions and concerns from

architecture and, since it is not possible to reflect on architecture regardless of place and poetry, because, in Casarola, poetry and place are the same thing.

As architects, we look at Casarola, a village on the Parma Apennines at an altitude of 1000 meters, as we are confronted with a rich and complex set of questions. On the one hand, all the architecture-related questions, such as compositional, technical and technical-practical issues, come to mind; on the other hand the issues related to the landscape's valuable quality, from both intellectual and naturalistic standpoints. But inevitably, the experience of the project accomplished in these regions cannot help but feel the cumbersome presence constituted by poetry.

A cumbersome presence, I would say, simply because it is impossible not to reckon with it when we engage in a job that, however practical, affirmative and concrete, has to do with physical forms that are themselves expressive: indeed, architecture communicates through its shapes. So to face the issue openly, without embarking on paths that could have been more alluring but that would inevitably lead us to unnecessary formalisms, to virtuosity or, even worse, to personalisms, I thought that the only possible way was to seek to understand what this cumbersome presence (poetry) could teach us in a general sense, according to our profession of designers. That is, I sought to look into the general character that represents that possible point of contact between two apparently distant artistic disciplines. In other words, I have tried to identify what operative, practical suggestions could be given to poetry for us architects. In my opinion, only this way could we derive a concrete benefit in comparing ourselves with Casarola and his world.

In this regard, an episode that I experienced directly helped me, which proved useful for understanding the point of contact between architecture and poetry.

Some time ago, while reading a poem by Attilio Bertolucci,



Fig. 18.1 - Murature con elementi di finitura
in pietra arenaria



Fig. 18.2 -
Camino portale

I wondered about the meaning of the word *romito*: "*sempre in questi luoghi ben esposto e romito...*" (always in these places well exposed and *romito*), writes the poet in reference to a cemetery in *O salmista*⁵. In my opinion, *romito* is an adjective that rings with a certain firmness, through a decisive and unmistakable musicality. But above all, in my modest amateur analysis, I found that the short and incisive sound was very clear, I would say concise (assuming that this adjective can be adjusted to define a sound). That sharpness made me realize how a short word contained such a broad, rich and complex sense. As I tried to explain its meaning, and immediately a whirlwind of synonyms, phrases and explanatory phrases was unleashed in my mind. However, I understood that any attempt at explaining was never satisfactory, because no definition could do without the others.

I finally consulted the dictionary, which explained to me that that word *romito* contained all those meanings that I had employed, not without uncertainty and flaws, with a lot of time to define.

This clumsy effort of mine led me to understand at least three things:

- first of all with such accuracy that place, which I know and with which I have direct experience, had been described, explained, or expressed through a single word;
- a single word served to accurately provide a general description of all the cemeteries at 1000 meters above sea level;
- finally, it allowed me to understand the need for the exact word.

That very accuracy, in my view, has to be made by the architect through the use of the elements of architecture, which are his expressive elements, his words.

In my opinion, the point of contact between poetry and architecture lies in this: in the accuracy of the elements

chosen in the composition, in the impeccable coincidence between shape or due substance.

I agree with Italo Calvino when, in his American Lesson number 3, he explains to us exactly what he means by accuracy:

- a well-defined and well-calculated work design;
- the evocation of clear, incisive and memorable visual images;
- a language as precise as possible as a lexicon and as a rendering of the nuances of thought and imagination.⁶

A definition I find particularly relevant for our architectural reflections.

The accuracy of the poet's word, in my view, must be of reference for the accuracy of the architect's design. Through accuracy, the artist allows us to move from the visible to the threshold of the invisible. That is, the artist (whether a poet, painter or architect), through accuracy, shows us the idea, with no distractions. But this accuracy, which seems to be a precious teaching for us designers, is also a way to read the place and the existing architecture, trying to decipher and delving deeper in order to draw useful lessons for composing our architectural language.

Working in a context like Casarola means, first of all, to pose the problem of the fate of places such as this. Places that have suffered from a certain abandonment for decades, which denounces an achieved degree of obsolescence that generates questions before which it is urgent, today more than ever, to provide answers: these places, today, what are they for?

Though places like Casarola visibly show us their past, what can we, architects, say of their future?

Everything stems from these questions. And the answer, in my opinion, is to be sought through the accuracy of our gaze and our project. For this reason, as a topic, we have raised the issue of the fate of the poet's house, of the village that includes it and its territory, while entering a recent debate that we helped to revive by trying to make our contribution through



Fig. 18.3 - Scala a sbalzo in pietra arenaria



Fig. 18.4 - Braciare davanzale

architecture, with the conviction that the project is, first and foremost, an act of knowledge. In other words, we have tried to derive in-depth knowledge of a place through the architectural project.

Casarola is a place to be delved into, where every building is constantly struggling with the mountain. First of all, every architecture comes to terms with this task. And so, we can say that it is the earth itself that shapes architecture. The territory's orography is the project's first datum. The buildings face the slope in two different ways. On one hand, they are laid down on the ground parallel to the contours, while, on the other, they are arrayed relative to the orthogonal position. In the former case, they face the mountain's pressure by offering the wall in order to counteract its push; while in the latter case they enter the mountain by providing the shorter side subjected to the pressure of the ground, thus reducing, as much as possible, the surface on which the mountain exerts its thrust. In any case, the building is, above all, a substructure, a buttress wall that conquers its place through strength and determination.

Naturally, this perennial struggle, which seems to underline a very slow and inevitable move towards the valley floor, is highlighted by the cracks that "decorate" the mountain's buildings. Benign cracks that describe the natural tensions exerted by the masses. Therefore, these are continuously moving houses, in which the cracks that open and which sometimes even contract, closing cyclically following the seasons, speak of a necessary and accommodating elasticity for the structures. In these harsh places, the buildings and the natural slope always find a compromise, described by the graph appearing on the façade, on which abscissas and ordinates report the disagreement between the mountain and the building: the mountain pushing towards the valley; the house not wanting to abandon its age-old position.

It is the terrain's orography that dictates the rules in which to

read the shape of the settlement. At Casarola, the lines parallel to the contours include roads, mule tracks, paths, while all the orthogonal lines comprise creeks, canals, and streams, and this can always be seen on rainy or thaw days, when waterways suddenly proliferate. Even the roads, often taken from relatively recently intubated canals, in turn become temporary waterways. The waterways outline the settlement's shape layout, and the hydrogeological design takes on a foundational value. This shape layout is thus precise because it is produced from centuries of experience. When the laws of experience are not respected, disasters occur in the mountains.

Casarola lies on a sunny slope that looks far, towards the north, towards the narrow gorge of the Val Bratica and towards the plains that can be seen in the distance in good weather.

The planimetric system is well anchored to the ground while following the mountain's folds. However, there is a cornerstone that does not respect any of these rules. We are referring to the church's eighteenth-century bell tower, which abandons the close relationship with the ground, whose height triggers a relationship with other places in the valley, at a distance. The bell tower causes us to grasp the leap in territorial scale through dialogue with the other bell towers. At certain times of the day, such dialogue actually occurs through the cheerful sound of bells that seem to call out and respond to each other. The bell tower is, therefore, not only a religious but also a civil sign, a reassuring architectural signal because, through its visual dialogue and sound, it reinforces that age-old sense of solidarity and mutual aid which, if needed, leads us to overcome every stubborn parochialism. This punctual dialogue, at a distance, reveals a genuine territorial structure comprising villages, woods, meadows, roads, canals and paths. A territorial network composed of obvious, considerably sized elements such as towers, indeed, or even such as roads and bridges.

Fig. 20 - Casa Bertolucci



But also small elements that create a small place surrounded by nature and which surprise us when they happen to meet. Even these small artifacts belong to the same territorial network, reaffirmed by the numerous Maestàs, small votive shrines, made of sandstone and white marble, which, with their presence and with the help of a dry wall, a bench, a tree or simply erected against a rock, they explain how man and his history have always been present in the territory. Together, obviously, to perpetuate the testimony of an event that has happened and, with their small size, to express the highest significance of a monument.

While looking at the valley through a map, or through a zenith photo, we can see the villages lying on the slopes parallel to the Bratica creek. Places with beautiful and festive names: Grammatica, Riana, Bellasola, Montebello, Casarola, etc. However, a superficial glance is not enough to comprise an alternative form of settlement produced by the age-old chestnut civilization. I'm referring to the groupings of drying frames, perennially hidden by trees, which show us another possible way of building with nature and in nature. These small utility buildings, which are also part of the same territorial structure not immediately visible, immersed in chestnut woods once treated as gardens, amid dry walls and paved streets, give life to genuine scattered villages: The *Bora del bosco*, as this place was called by Attilio, in which all the relationships took place on the meadows of harvesting at chestnut season. Still, the drying frames are also present in the village and are often in close symbiotic relationship with the house. The house and the portion of relevant territory constitute a veritable device for survival, where the fruits of the harvest would be brought in, to be processed, into an architectural device that used the section of land to facilitate transport and processing. This creates interesting relationships between the levels of the house and the unevenness of the natural section of land, generating original, as well as detached

spatial joints of staggered volumes. An extraordinary ante litteram example of *Raumplan* is found in the poet's house, where the natural slope is the reason for a complex and expressive section that explains the hierarchical relationship between the auxiliary spaces that culminate in the great hall, affecting the unusual height in one-thousand-meter houses; this is precisely why it deserves to be described by Attilio as the "greatest and most beautiful in the nation".⁷

Casarola is not a place of public spaces, as is generally the case with hamlets in the Parma Apennines. The meeting and the aggregation occur in nature, in the farmyards enclosed among the houses, in the small churchyard, at the tavern. However, there is a place in particular where the community is represented: the fountain.

It is obvious that in areas rich in water such as these, there are many fountains, each of which creates a small site. But in the village, there is one that is more than a place to draw water or to do the laundry or water the livestock. The fountain at Casarola manages to combine necessity with architectural expressiveness. This is a place that, under the pretext of being necessary and useful to the community, expresses the idea of collective space and alludes to a measured and discreet urban dimension. The fountain of Casarola solves the frontispiece of a stable, confronts the most unique and mysterious front in the country with which it is contrasted. It is placed at the center of a maze of alleys and, in particular, it is set between a paved village uphill and a round arch, slightly moved back, which creates a gap between houses that suddenly open up, revealing a portion of the village that has been kept a secret to the very end. The space is contained, clear and hierarchically arrayed. Every element of the composition is necessary, as the balance between emptiness and fullness, between light and shadow, speaks to the proportion of the man who guides a cart-drawing animal. The following are the three subjects,

bound to each other, that shape the space through their movement: at their mild shift, the walls deviate slightly, the streets are lowered, the edges on the ground floor are withdrawn. Within a few meters, the urban principle is expressed with spontaneity, balance and measure. It's interesting to note how both the village's external and internal spaces are comparably sized. The streets are the width of corridors, the houses' living rooms and the tavern hall are slightly smaller than the space in front of the fountain, etc. Only small doors and small windows, cut out within thick stone walls, link the inside to the outside, so that from within, we are surprised to realize that those who walk through the alley are closer to us than those who are in the next room. In Casarola, the influence of nineteenth-century manuals is evident, which, in my opinion with some lag, has conquered even these more distant valleys, bringing its contribution through typological schemes that would soon be affirmed with certainty in the territory. Through the manuals, somehow, perhaps through a sketch copied by a master builder who came down the valley, there was found, in his hands, a book or a drawing (we are in the last quarter of the 19th century, when the effects of the workers of Maria Luigia without others had already exerted a certain influence in the construction techniques of the plain), these typological schemes could provide useful suggestions we could not do without. Like the proper proportion of houses, based on the experience in the use of chestnut wood, which, used as a building material, through the appropriate size of its resistant section, the depth of the building is determined. Or like the arrangement of the windows, always small so as not to dissipate heat, but opposed to ensure an indispensable change of air during sunny days. In any case, the mountain architecture in the Apennines, starting from the last quarter of the twentieth century, pursues a certain typological clarity that always shows exactly what is central and what is secondary to

the project, in a compositional process in which what the project itself becomes central, while what is considered secondary is left out.

A real operative suggestion that leads to essential, almost non-deformable figures, to exact ones. Thus, there arises architecture that cannot afford to deal with the superfluous, too difficult, too unnecessarily dispersive and expensive.

In the light of these considerations, it seems possible to say that, in these places, typological clarity is taken to be a necessity. Few and indispensable parts, few and necessary elements make up the architectures.

The path between inside and outside never imposes diaphragms. With the exception of the pronaos of the seventeenth-century church of San Donnino and the entrance porch of the poet's house. The transition from cold to warm is direct and never average. Not even the pavement changes. The same stone, used in large natural slabs for paving the streets, farmyards and courtyards, enters the houses and, simply laid on the dirt floor, becomes the floor of the kitchen and the dining room accompanying the step inside the rooms, in the depth of the "domestic abyss".⁸

But the roofs, which are also made of stone, have withstood the disasters of history and the enticement of technological efficiency. Thus, Casarola, observed by Groppo Sovrano, I imagine, appeared as a single paving, made of floorings and roofing, which alternated with meadows and woods. Sandstone is the building material, a stone with blue reflections and the color of the autumn sky. A sedimentary rock that is soft because it is young, which crumbles in the years spent under the weather. And for this reason, this constant change tends to betray the stonemason who carved it with great precision and experience. The sandstone comprises elements of construction that need precision, in particular all those points of the building in which the wall, made from shapeless rock, must be concluded with care. Thus the

measured openings on the fronts of the houses emerge, where the frame is never merely ornamental, and in which the architectural element of detail, fulfilling its constructive function, takes on a figurative expression that results from experience, which becomes tradition, and which, on the surface, allows itself to display the skill of the stonemason / sculptor.

The sandstone also includes lintels, so appropriate for the windows, because for their small size they never exceed the maximum stress that the stone could bear. Still, these lintels bend to become arches in the doors to the house, when the lamp to be borne is too large for a straight stone. These arches always show the construction date and the owner's initials, proudly engraved on the keystone. Yet again, the constructive need becomes architectural expression through elements not without geometric uncertainty, which denounces a merciless constructive difficulty.

But the stonemason also works inside, with the same skill, and bearing the same indistinguishable mark. And so the pathway, which runs from the open space and into the house, always comprising the same stone, continues up the stairs, which is also in stone.

It is interesting to observe how the typological idea, that schematization referred to above, must have been clear from the beginnings of the building site, because the stone stairs are built together with the load-bearing walls, without any possibility of redesign during construction.

The stairs of these old dwellings are made using cantilever stone, embedded in the wall and protruding for 70 cm. Each step comprises a triangular section, dimensioned by experience to withstand the passage of people, in which two sides are carefully finished: the tread side is made of ashlar, while the riser side shows a slight vertical rifling; the third side is rough, perhaps because it is arrayed so as to accommodate a thin layer of plaster.

We can always recognize the same hand that carved the stone elements as being the same hand that worked in many houses, leaving various indelible signatures on the construction elements: the slight knurling of the chimney floor, the thick and orthogonal finishing of the rectilinear elements' surfaces, the approach involving a 45° fake cut, where the upright meets the lintel in the definition of the window opening, the floral motifs that soften the pillar cubes, the anthropomorphic mascarons at the center of the lintel or on the arch keystone, etc.

In this ancient building practice, some elements of use, as a supplement to daily life, become constructive elements.

Although, normally, they are not constructive elements. In this regard, I venture to provide this definition, meaning that there are elements that are built with the structure of the house and belong to it. As explained for the staircase, also the fireplace and the brazier are elements built simultaneously against the load-bearing walls. Stone elements that are embedded in the construction and which, in addition to performing a domestic function, perform a structural task in being irreversibly involved in the structure: the fireplace is a portal in the perimeter wall; the brazier is the sill of the window that builds an alcove below for sheltering a small supply of wood.

Every architecture element, from the village's planimetric scale to the building's most minute detail, is the result of handicraft creation, which amazes us with the accuracy with which it responds to the problem. Even today, this handicraft creation shows those ties that combine architecture and craftsmanship as a result of the continuously occurring experience that becomes a constructive tradition. Implicit in this is a natural process of sharing forms that, in my opinion, should be at the center of architecture, as it has always been and only today is called into question.

In this regard, the accuracy that Casarola teaches us through its architectural and poetic language is very timely, because,

as an operative suggestion, it shows us a possible way of presenting ourselves as architects and as men, who renounce seductive formal individualisms of research into beauty as an end in itself, to pursue a certain character of generality which is, in itself, the expression of a collective process.

In my opinion, for “architecture, as well as for life in general, individuality or originality is not so important, as the fact that the greatest possible number of people can reach a level of awareness that enables achieving generally valid results, where the individual element loses all meaning instead.”⁹

This seems to suggest Casarola's exactness, where the essential elements of architecture have found the point where what is necessary becomes beautiful and in which what has just been created immediately comes to life.

What interests me is this apparent monotony present in architecture, but also (in my opinion) in the poetry of Attilio Bertolucci. In Casarola, we find an apparently monotonous architectural language that always appears to be the same, but full of reverberations and subtle differences. It is through accuracy that we are able to appreciate these delicate and precious differences.

It would be wrong for those who intended these reflections simply for romantic, picturesque or, even worse, nostalgic purposes. On the contrary, these reflections want to measure themselves primarily with contemporary thought, in which architecture as such has lost every role recognized in millennia of architecture. And this happened, perhaps, because architecture has given up its fair confrontation with reality. The architectural language, the expressiveness of architecture, are nothing, in my opinion, if they do not provide us with some interpretation of reality, if they are not directly compared to it. In this regard Bernardo Bertolucci, in a beautiful interview document a few years ago entitled *La rosa bianca*¹⁰, signed by Franco Guareschi and Riccardo Canetti, tells of when he discovered the reality of his father's poetry.

*For you, I will pick
the last rose in the garden,
the white rose that blooms
in the first mists.
The greedy bees have visited it
until yesterday,
but it's still so sweet
that it makes us tremble.
It's a portrait of you at thirty,
a little forgetful, as you will be then.*¹¹

La Rosa bianca (The White Rose), says Bernardo, is a clear but very metaphorical image in poetry. And he tells how, after reading that poem, he ran to the garden and indeed found the white rose his father was talking about. At that moment, for Bernardo Bertolucci, there is no difference between written poetry and reality. In his everyday experience, he can confirm what he reads in his father's poetry. Poetry only mirrors reality, as it is the page on which the present reality around the house is reflected.

This reality, which finds its forms in everyday experience, can only be expressed through the accuracy to which our architecture must aspire.

Notes

¹ This written piece comprises the in-depth study and reworking of the studies published in *La casa del poeta. Il progetto di architettura nella Casarola di Attilio Bertolucci*, Aion Edizioni, 2016.

² A. Bertolucci and P. Lagazzi, *All'improvviso ricordando. Conversazioni*, Ugo Guanda editore, Parma. 1997.

³ Pursuant to D.L. 42/2004.

⁴ In this regard, see G. Dematteis, in the introduction to F.

Corrado, G. Dematteis, A. Di Gioia (reviewed by), *Nuovi Montanari*. Abitare le Alpi nel XXI secolo, Franco Angeli, Milan, 2014

⁵ A. Bertolucci, *O salmista*, in *La camera da letto*, Garzanti, Milan, 1984

⁶ I. Calvino, *Lezioni americane. Sei proposte per il prossimo millennio*, Garzanti, Milano, 1988.

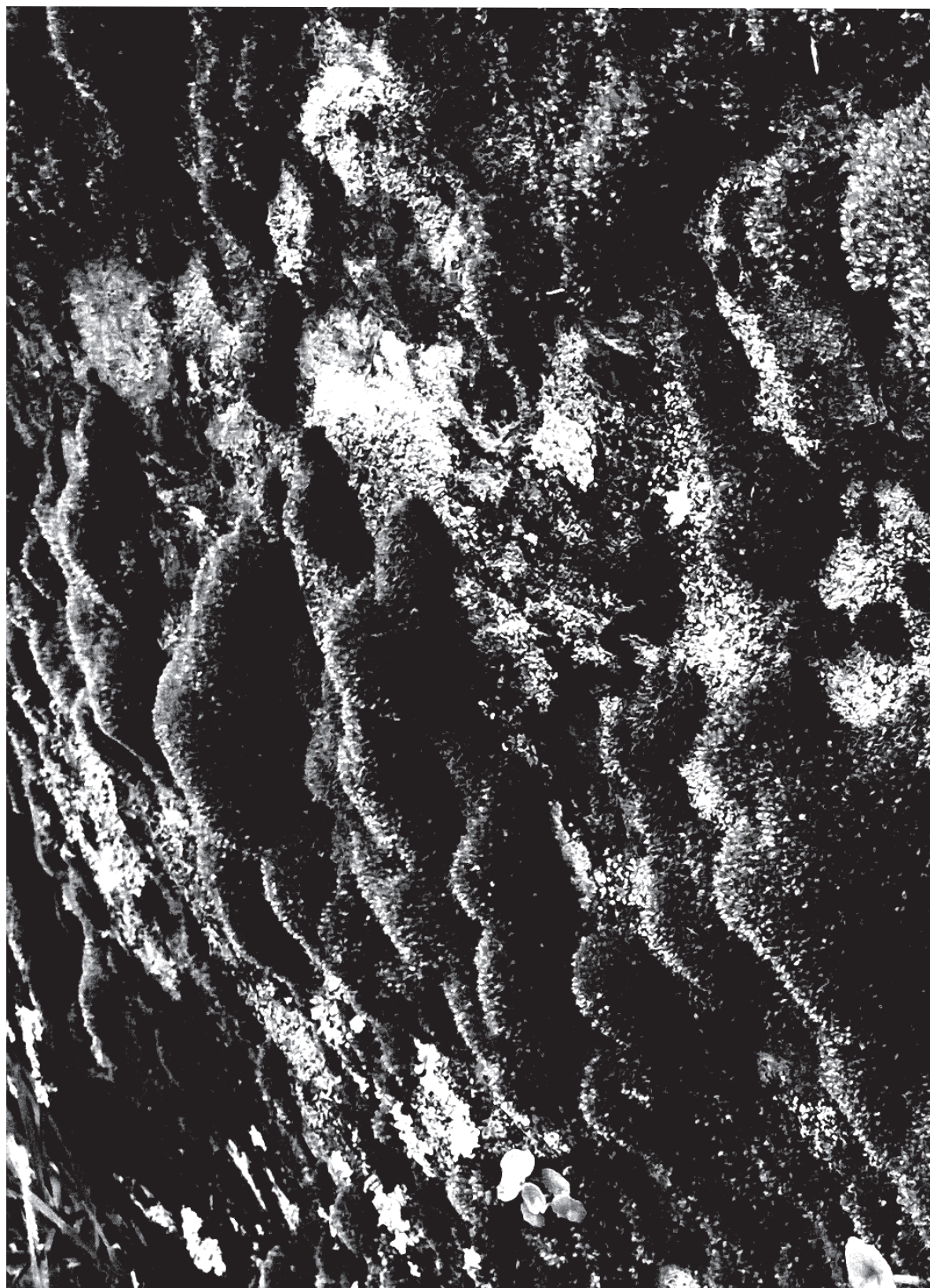
⁷ A. Bertolucci, *Dall'altro versante* in *La Camera da letto*, Garzanti, Milan, 1984.

⁸ A. Bertolucci, *Ritornare qui*, in *Viaggio d'inverno*, Garzanti, Milan, 1971

⁹ K. Sheffler, *Heinrich Tessenow in Die Architektur der Groszstadt*, Berlino, 1913; and in Giorgio Grassi (care of), *Heinrich Tessenow. Osservazioni elementari sul costruire*, Franco Angeli, Milan, 1974.

¹⁰ Franco Guareschi and Riccardo Canetti, *La rosa bianca*, film documentary, 1991.

¹¹ A. Bertolucci, *La rosa bianca* in *Fuochi in novembre*, Minardi, Parma, 1934.



**LUGARÉS EM PERDA
E VALORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS EDIFICADOS**

João Brites

LUGARES EM PERDA E VALORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS EDIFICADOS

João Brites

O presente artigo pretende salientar, como objecto de estudo, o valor dos conjuntos edificados que suportam a habitação e a actividade produtiva local dos aglomerados urbanos do Concelho de Nisa, localizado junto à margem sul do rio Tejo, na zona interior do território português (ver mapas 1 e 2). A aproximação aos elementos singulares e autênticos dos modelos construídos tem como objectivo mostrar como pode ser garantida uma coexistência integradora entre a paisagem, o património construído, as actividades produtivas, e as exigências de conforto e de bem-estar no quadro dos modos de vida contemporâneos. Em primeiro lugar, será apresentada uma nota introdutória ao léxico predominante do estudo que se pretende transmitir, seguida pelo enquadramento e abordagem ao problema identificado. Por último, será explicada a metodologia de aproximação ao objecto de estudo em três temas: identificação, processo evolutivo e valorização. A abordagem geral ao longo do presente artigo terá na sua base um percurso em três escalas: elementos singulares, modelo construído e conjunto edificado. Será dado especial enfoque na caracterização e representação gráfica de cada modelo

construído considerado, pelo papel preponderante na valorização dos conjuntos edificados.

Nota introdutória

Conjunto edificado: corresponde, neste estudo, ao património construído ou forma urbana do aglomerado. Entendida sob o ponto de vista físico, a forma urbana resulta da relação indissociável entre o cheio e o vazio, integrando quer a edificação e o traçado, quer o sistema de espaços públicos e privados.

Modelo construído: construção individual que resulta da relação única e coerente entre um conjunto de elementos singulares, com vista a responder a uma função social e economicamente definida. Os modelos construídos apresentam-se segundo as seguintes categorias: - Modelos de apoio à habitação: Habitação Mínima/Habitação Comum/Habitação Nobre; - Modelos de apoio à actividade produtiva local: Anexo/Apoio Rural. Elementos singulares: são elementos singulares, ou geradores da forma urbana, todos os elementos físicos presentes em cada modelo construído que, pelas suas características particulares no território em estudo, são considerados como potenciais indicadores para a valorização dos conjuntos edificados. Os

Localização do Concelho de Nisa e respectivos aglomerados urbanos
Fonte: Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa.



elementos singulares apresentam-se segundo as seguintes categorias:- Elementos de base relativa (entre o modelo construído e a sua circunstância física): Localização no aglomerado/Posição na parcela/Dependência de outra construção na parcela/Orientação do acesso principal.

- Elementos de base morfológica (referentes às dimensões do alçado principal de cada modelo construído): Largura da frente/Nº de pisos; - Elementos de base construtiva (referentes à composição do alçado principal de cada modelo construído):Aberturas/Cobertura/Chaminé/Revestimento/Orlas/Socos/Cunhais/Cornija.

Enquadramento e abordagem ao problema

O acentuar das transformações urbanas e sociais no território português, ao longo dos últimos 50 anos, tem vindo a verificar-se de forma distinta entre as áreas densamente urbanizadas da faixa litoral e as áreas em abandono progressivo das regiões do interior, onde a acessibilidade às principais redes de relações e troca tem vindo a ser cada vez mais dificultada.

No caso específico da região interior a sul do rio Tejo que abrange actualmente o Concelho de Nisa, as transformações urbanas e sociais têm evoluído em diversos caminhos. Enquanto a população residente, que ainda permanece na

região, trava uma luta cada vez maior na busca de condições de vida e de trabalho que lhes permita a fixação no território, uma parte considerável dos residentes locais, que outrora emigraram para o litoral em busca de melhores condições de vida, retornam hoje periodicamente para exercer a manutenção mínima da propriedade rural e/ou urbana herdada pela família. Por outro lado, os poucos visitantes que utilizam temporariamente a região, provenientes de outros lugares e condicionados por tempos de presença tão diversos quanto os seus interesses, buscam desde a descoberta do património histórico e arqueológico à tradição gastronómica local, ou ao contacto com a urbanidade própria dos conjuntos edificados. Para estas transformações tem contribuído, em grande escala, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação à distância, estimulando mudanças notáveis nos modos de vida e comportamento das populações locais e visitantes, sobretudo no que respeita à mobilidade individual, à compressão do tempo, à exiguidade, fragilidade e flexibilidade das relações inter-pessoais e, por consequência, ao aumento do número de interesses e aspirações, cada vez mais diferenciados, com repercussões directas na

transformação dos conjuntos edificados. Os desejos de modernização que levam às mudanças nos modos de habitar e ao desenvolvimento das actividades produtivas locais têm vindo a materializar-se, pontualmente, em novas formas construídas que se vão adaptando, sobrepondo e confrontando com a edificação pré-existente. A proliferação destes fenómenos pontuais constitui um factor de transformação significativo na organização da forma urbana, rompendo com a unidade formal dos aglomerados assentes nos territórios do Concelho de Nisa.

As bases de elaboração do presente artigo encontram o seu fundamento, por um lado, na sequência de uma metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEFA-UP), que serviu de base aos Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa, entre os anos de 2007 e 2009. A evolução de tal processo metodológico permitiu reconhecer, de entre os factos urbanos considerados mais relevantes em cada aglomerado do Concelho, os elementos geradores da forma urbana, desde a sua condição singular à sua relação com a edificação, e desta com o conjunto edificado. A escolha e

organização dos critérios necessários à identificação, caracterização, avaliação e aferição dos referidos elementos, partiram de uma observação directa a partir da rua, fruto de uma experiência vivida no local ao longo de um período de cerca de dois anos.

Por outro lado, foi também considerada a documentação escrita e desenhada publicada na 3ª edição do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal¹, pela relevância dos processos de reconhecimento, caracterização e avaliação dos conjuntos edificados, das formas construídas e das práticas construtivas locais levadas a cabo nos anos 1950, nas diferentes zonas do território rural português. Deste modo, será possível entender, no presente artigo, quais os elementos que resistiram ao tempo e quais os que foram alvo de transformação.

Assim, considera-se que o cruzamento entre a metodologia desenvolvida pelo CEFA-UP e a documentação consultada, tomando como ponto de referência a sua dimensão empírica, foi de essencial relevância para o estudo e (re)conhecimento dos modelos construídos de apoio à habitação e actividade produtiva local, que conformam os aglomerados urbanos do Concelho de Nisa. A riqueza que a experiência local pode proporcionar nos processos de

Função	Nº Total de Registos	Nº de Registos com Autenticidade Máxima
Habitação Unifamiliar	7259	2809
Habitação Plurifamiliar	21	0
Habitação Mínima	1076	926
Anexo	697	259
Apoio Rural	577	305
SUB TOTAL	9630	4299
SUB TOTAL %	80%	88%
Garagem	1267	93
Comércio / Serviços	294	60
Equipamentos	292	151
Actividades	158	18
Construção Precária	49	1
Outra	87	16
Ruína	266	222
SUB TOTAL	2413	561
SUB TOTAL %	20%	12%
TOTAL	12043	4860

(re)conhecimento destes territórios não se esgota apenas numa observação in loco da parte do sujeito, como se de um agente passivo se tratasse. É antes na dialéctica entre o sujeito observador e o contexto observado, enquanto agentes activos, que se verifica o processo de (re)conhecimento. No caso em estudo, este processo traduziu-se na assimilação de um saber por parte da equipa de estudo, aquando da sua interacção com a população local, participando simultaneamente dos seus valores naturais, construídos, simbólicos e patrimoniais.²

A convergência entre tais valores constituiu o fundamento dos elementos singulares e modelos construídos que conformam os aglomerados urbanos. É com base nesta relação de simbiose que se pretende, no presente artigo, valorizar a autenticidade dos conjuntos edificados *enquanto expressão do clima, da natureza do solo e, sobretudo, da paisagem humana, económica e cultural*.³

Metodologia

Enunciado o enquadramento do problema e a explicação do seu modo de abordagem, seguir-se-á a descrição do processo metodológico usado, dividido em três temas: o primeiro prende-se com a identificação dos modelos

Relação entre o número total de registos e o número de registos com autenticidade máxima.

Fonte: Base de Dados dos Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa.

construídos, da tecnologia utilizada e dos elementos que ajudam a desenhar um ambiente de conforto e bem-estar; o segundo tema pretende expor o processo evolutivo através do reconhecimento dos elementos singulares que resistiram ao tempo, dos que foram alvo de transformação, e de que forma se pretende resistir às transformações; no terceiro tema será abordada a relevância dos factores de autenticidade como forma de valorização dos usos e da sua relação com o conjunto edificado.

1. Da Identificação

Para o processo de identificação dos modelos construídos que conformam os conjuntos edificados do território em estudo, foram consultados os Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa⁴, nomeadamente a Base de Dados realizada para o efeito⁵ e os critérios que serviram de base ao estabelecimento dos níveis de autenticidade⁶ do património construído.

Partindo da consulta destas duas ferramentas, aprofundou-se o conhecimento de cada modelo construído pelos seus elementos físicos verificáveis do exterior, através da observação directa a partir da rua. Este registo, essencialmente visual e empírico, procurou



organizar uma representação gráfica que reunisse, em diferentes categorias, a síntese coerente dos elementos singulares que integram um determinado modelo construído. Não se tratou, portanto, de fazer uma representação fiel da realidade, nem de elaborar um estudo de cariz tipológico, pois esse obrigaria à observação das formas de organização interna de todas as construções, com vista a obter o grau de síntese pretendido. Tratou-se antes da elaboração de uma representação gráfica abstracta e sintética de um conjunto de modelos construídos, que encontra o seu sentido numa observação criteriosa e incessante da realidade concreta. Em segundo lugar importa salientar que o processo de identificação não pretendeu destacar os elementos singulares de forma isolada, mas sim o contributo que esses elementos oferecem para a interpretação dos modelos construídos, no âmbito da caracterização e valorização do conjunto edificado.

1.1 Modelos construídos

A Base de Dados dos Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa revela que cerca de 40% de todo o parque edificado nos aglomerados do Concelho se encontra

qualificado com o grau máximo dos três níveis de autenticidade considerados. Destes, 88% destina-se às funções relacionadas com a habitação e com a actividade produtiva local (ver tabela 1), enquanto os restantes 12% estão distribuídos por garagens, comércio, serviços, equipamentos públicos, actividades, construções precárias, em obra e em ruína. Foram seleccionados os modelos relativos ao primeiro grupo mencionado (4299 registos) por constituírem a maior fatia edificada no território em estudo, dentro dos registos classificados com autenticidade máxima. No entanto, dado que a cada modelo construído corresponde uma combinação alargada de possibilidades, optou-se por hierarquizar os elementos singulares (segundo o seu grau de relevância na caracterização do conjunto edificado) com o objectivo de organizar uma estrutura de subcategorias. O seguinte esquema mostra, a título de exemplo, o método de organização da categoria Habitação Mínima em subcategorias. A partir do esquema 1 foram representados graficamente os alçados principais das 24 possibilidades de Habitação Mínima, que resultaram da decomposição da categoria principal a partir de uma hierarquização dos elementos singulares de base morfológica e de



base construtiva (largura da frente, número de pisos, cobertura e chaminé). Não foram considerados neste método de organização os elementos singulares de base relativa, uma vez que não têm tradução numa representação gráfica que incide exclusivamente sobre o alçado principal.

De seguida apresenta-se uma descrição geral de cada modelo construído, acompanhada pela representação gráfica das possibilidades consideradas mais evidentes na caracterização do conjunto edificado.

1.1.1 Habitação Mínima

Habitação Mínima: modelo construído de apoio à habitação, localizado no interior ou à saída dos aglomerados com menos de 500 habitantes, constitui frente para a rua, ocupa toda a largura da parcela onde se insere, e é independente de outros modelos construídos dentro da parcela. A frente para a rua não excede os 6m de largura, e a altura não ultrapassa o piso e meio.⁷ Tem como únicas aberturas uma porta simples (com postigo) e, por vezes, uma pequena abertura de ventilação no caso das habitações com sobrado. A forma da cobertura varia entre uma e duas águas na direcção da frente de rua, e uma água na direcção lateral (transformando a fachada

principal numa empena).

A chaminé, elemento singular com grande expressão, encontra-se integrada ou na parede de fachada (frente ou tardo), ou na parede de meação, servindo por vezes duas Habitações Mínimas através do sistema de chaminé meeira. Os acabamentos denotam especial cuidado no tratamento da fachada principal apresentando, geralmente, um revestimento caiado de branco com recurso à representação de orlas, sócos, cornija e cunhais, de cor amarela ou azul púrpura.

1.1.2 Habitação Comum

Habitação Comum: modelo construído de apoio à habitação, localizado no interior ou à saída dos aglomerados com mais de 250 habitantes, constitui frente ou gaveto para a rua, ocupa a largura total ou parcial da parcela onde se insere, e é independente de outros modelos construídos dentro da parcela. A frente para a rua mede no mínimo 3m de largura, e a altura não excede os dois pisos. Tem no máximo duas aberturas de acesso para a rua, que variam entre a porta simples e a porta larga, sendo acompanhadas, geralmente, por uma ou duas janelas e por pequenas aberturas de ventilação no caso das habitações com sobrado. A forma da cobertura



varia entre as quatro águas e uma ou duas águas na direcção da frente de rua. A chaminé, elemento singular com alguma expressão, encontra-se integrada ou na parede de fachada (frente ou tardo), ou na parede de meação, servindo por vezes duas Habitações Comuns através do sistema de chaminé meeira. Os acabamentos denotam especial cuidado no tratamento da fachada principal apresentando, geralmente, um revestimento caiado de branco com recurso à representação de orlas, sócos, cornija e cunhais, de cor amarela ou azul púrpura.

1.1.3 Habitação Nobre

Habitação Nobre: modelo construído de apoio à habitação, localizado no interior do aglomerado, estabelece com a rua uma relação de frente, gaveto ou recuado, ocupa a largura total ou parcial da parcela onde se insere, e é independente de outros modelos construídos dentro da parcela. A frente para a rua é maior ou igual a 6m de largura, e a altura tem no mínimo dois pisos. A sua dimensão desempenha um papel preponderante na forma do quarteirão, sobretudo nos casos que ocupam uma frente de rua superior a 9m. As aberturas de acesso para a rua variam entre a porta simples e a porta larga

(recuada com alpendre em arco), sendo acompanhadas por janelas de parapeito ou de soleira, e por pequenas aberturas de ventilação no caso das habitações com sobrado. A forma da cobertura varia entre as quatro águas ou duas águas na direcção da frente de rua. A chaminé encontra-se integrada ou na parede de fachada (geralmente tardo), ou na parede de meação, sendo pouco frequente o recurso ao sistema de chaminé meeira. Os acabamentos denotam especial cuidado no tratamento da fachada principal apresentando, geralmente, um revestimento caiado de branco com recurso à representação de orlas, sócos, cornija e cunhais, de cor amarela ou azul púrpura. Nos modelos mais ricos ou de maior dimensão assiste-se ao uso destes elementos em pedra.

1.1.4. Anexo:

Modelo construído de apoio misto entre a habitação e a actividade produtiva local. Serve funções variadas desde cozinha de matança, fumeiro, celeiro, criação de pequenos animais ou armazém de produtos agrícolas. Localizado no interior ou à saída do aglomerado, estabelece com a rua uma relação de frente, gaveto ou recuado, ocupa a largura parcial da parcela onde se insere, e é adjacente a outro modelo construído (de apoio à habitação). A frente para



a rua não excede os 6m de largura, e a altura não ultrapassa o piso e meio. A abertura de acesso, quando existente, varia entre a porta simples e a porta larga, e a janela, quando existente, varia entre a janela de parapeito e a pequena abertura de ventilação. A forma da cobertura pode variar entre uma e duas águas na direcção da frente de rua, uma água para a frente tardo, uma água na direcção lateral, e a cobertura em terraço. Os acabamentos denotam especial cuidado no tratamento da fachada principal apresentando, geralmente, um revestimento caiado de branco com recurso à representação de orlas, sócos, cornija e cunhais, de cor amarela ou azul púrpura.

1.1.5 Apoio Rural

Apoio Rural: modelo construído de apoio à actividade produtiva local. Serve as funções de celeiro, armazém de alfaías agrícolas e abrigo para o gado. Localizado no interior ou à saída dos aglomerados com menos de 500 habitantes, desde que adjacente a outro modelo semelhante. Estabelece com a rua uma relação de frente ou recuado, e ocupa a largura total da parcela onde se insere. A frente para a rua não excede os 6m de largura, e a altura não ultrapassa o piso e meio. A abertura de acesso é geralmente uma

porta simples, por vezes acompanhada por uma pequena abertura de ventilação. A forma da cobertura pode variar entre uma e duas águas na direcção da frente de rua, uma água para a frente tardo, uma água na direcção lateral, e a cobertura em terraço. Os acabamentos são geralmente inexistentes, deixando à vista o aparelho de pedra que estrutura a parede de fachada.

1.2 Tecnologia

Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa*,⁸ estes pequenos aglomerados urbanos são habitados [nos anos 1980] por operários rurais que não possuem terras nem alfaías, que apenas ganham o seu salário e com ele compram tudo o que necessitam, num puro regime de economia quantitativa. Este facto, aliado à escassez de recursos naturais e humanos, e a um clima quente e seco, ajuda a explicar as bases de uma certa cultura de aproveitamento máximo dos meios humanos e das matérias-primas locais. No entanto, a aplicação dos materiais e técnicas construtivas começa hoje a ver-se afastada desse contexto de racionalização colectiva do processo de construção (como será explicado adiante). Destacam-se como exemplos desta lógica de

de procedimento os fornos colectivos de cal e a chaminé meeira em certas Habitações Mínimas e Habitações Comuns. O recurso ao forno colectivo é de especial relevância no tecido social e urbano do aglomerado, não só pela economia de meios que um elemento de grande complexidade construtiva implica (basta um forno para vários utilizadores), mas também pelo facto de contribuir para o uso comum de uma técnica de acabamento construtivo – a caiação das fachadas – que concorre para a uniformidade visual do conjunto edificado. A chaminé meeira constitui mais um exemplo de economia de meios técnicos e humanos, pois permite servir duas habitações em simultâneo, contribuir para uma resistência solidária da parede de meação que as divide, e estimular a aproximação entre os seus utilizadores comuns, através do uso e gestão permanentes que este elemento construtivo implica.

A prática construtiva local dos modelos construídos em estudo recorre, em regra, ao uso de paredes estruturais em alvenaria de pedra ou de tijolo, conformando espaços que não excedam os 6 metros de vão no sentido das vigas (medida máxima das vigas de madeira que suportam o piso superior, o sobrado ou a estrutura do telhado). É também usado, por

vezes, o sistema estrutural de arcada de tijolo, com ou sem recurso a abóbada, nos pisos térreos das Habitações Nobres. Para manter o chão das habitações fresco, é geralmente usado como material de revestimento o tijolo ou ladrilho, lajes de xisto ou de granito, pedra miúda calcetada, ou mesmo terra batida. À excepção de alguns Apoios Rurais localizados no interior ou à saída do aglomerado, o recurso ao acabamento em reboco caiado de branco pelo exterior é habitual, como forma de contrariar o forte calor e luminosidade característicos da região. A renovação periódica da caiação confere ao conjunto edificado uma imagem de limpeza permanente. Menos comuns, mas considerados mais genuínos, são os rebocos pigmentados de branco, amarelo térreo ou de azul púrpura, que permitem poupar o número de renovações, e cujo acabamento texturado lhes confere maior resistência à fissuração. Verifica-se numa parte significativa das construções o tratamento diferenciado na representação de certos elementos construtivos particulares, em cor diferente sobre reboco saliente do plano de fachada. Este tratamento constitui uma forma de simular, com os meios disponíveis, elementos construtivos de função estrutural inexistentes

tais como orlas, sócos, cornijas e cunhais, tradicionalmente feitos em pedra. Esta atitude pretende não só enaltecer, perante o conjunto edificado, o valor social de uma construção erguida por meios, materiais e técnicas menos nobres, mas também conferir uma imagem integradora destes elementos, sob o ponto de vista estético, na composição do alçado.

A inércia térmica necessária à manutenção da temperatura interior das habitações (em grande parte já garantida pela elevada espessura das paredes estruturais) leva a que as aberturas sejam em pequeno número e com dimensões reduzidas. O seu tamanho representa apenas o estritamente necessário para iluminar e ventilar a casa, sendo que a largura da janela raramente iguala ou supera a largura da porta de entrada. É usada a madeira como material predominante quer na estrutura das caixilharias, quer nos panos cegos das portas de entrada e das portadas (interiores ou exteriores). No caso da Habitação Mínima assiste-se frequentemente à introdução de um postigo na porta de entrada, uma vez que não existem outras aberturas.

A cobertura mais comum em todos os modelos construídos neste estudo é em telhado, pouco inclinado, com estrutura em madeira coberta por telha cerâmica de meia cana. Predominam as

coberturas de uma ou duas águas com o beiral para a frente de rua. Nas Habitações Mínimas e Habitações Comuns, o sobrado serve geralmente um segundo piso, usado como dormitório das crianças. Nos casos em que a chaminé é inexistente, a cozinha passa a ocupar o sobrado, para que os fumos e odores sejam escoados pela ventilação natural através das juntas das telhas. A solução em quatro águas aparece associada a algumas Habitações Comuns e Habitações Nobres, quando isoladas com as quatro frentes livres. Ainda que pouco frequentes, as coberturas em terraço são usadas em alguns Anexos e Apoios Rurais como local de sequeiro de frutos e cereais, ou como espaço de convívio e recreio quando directamente associados à habitação. Estes terraços são geralmente protegidos por guardas feitas em grelha de tijolo com padrões vários.

1.3 Bem-Estar

Num território com elevada amplitude térmica (diária e sazonal) as estruturas de suporte ao calor no interior da habitação, nomeadamente as lareiras, ganham especial relevância quer nas actividades domésticas ligadas à confecção de alimentos, quer na sensação de conforto térmico que proporcionam. As lareiras assentam sobre as

paredes de fachada ou de meação, cuja capacidade estrutural serve de suporte à chaminé, construída em alvenaria de pedra ou de tijolo.

Nos casos em que a chaminé assenta sobre a parede de fachada nas habitações de frente muito reduzida, a inércia térmica tende a aumentar, aumentando também a sensação de protecção para quem se encontra no interior da habitação. O espaço da lareira é abrigado pela boca da chaminé, geralmente aberta para facilitar o escoamento dos fumos. Para que o calor não deteriore a parede na zona do fogo, é aplicada uma laje de espessura média em tijolo, ardósia, granito ou calcário, que faz de isolador. Não será portanto difícil entender o lugar central que o fogo ocupa na casa. A cozinha torna-se então a divisão principal, sobretudo nas Habitações Mínimas e Habitações Comuns, servindo diversos usos conforme a rotina e as necessidades. É simultaneamente espaço de refeição, sala de estar, de trabalhar, e de recepção a quem chega de fora. Nestas habitações, os quartos de dormir, designados de alcovas, encontram-se geralmente no interior da habitação, sem contacto com o exterior, e são acessíveis directamente pela cozinha ou por meio de um pequeno corredor. A sua localização

no interior da casa beneficia da melhor temperatura (fresca durante o dia e amena durante a noite), e serve também de abrigo aos objectos de maior valor.

No exterior, junto à entrada, é por vezes colocada uma parreira com o crescimento orientado para proporcionar uma zona de ensombramento junto à porta. É também frequente encontrar-se um pequeno banco corrido encostado à fachada, feito com lajetas de pedra, que serve ao convívio da vizinhança durante o fresco do final da tarde.

2. Do Processo Evolutivo

2.1 O que resistiu ao tempo?

Apesar das transformações sociais e urbanas que têm vindo a manifestar-se nos conjuntos edificados do Concelho de Nisa ao longo dos últimos 50 anos, verificam-se ainda hoje certas marcas de carácter físico, social e cultural, resistentes à passagem do tempo. Por exemplo, nas áreas de maior densidade edificada de cada aglomerado, persiste um certo cuidado na manutenção de uma imagem limpa e renovada da fachada principal.

Esta gestão contínua do aspecto final dos acabamentos exteriores, desde os revestimentos até aos telhados, passando pelos beirais e

Função	Nº Total de Registos	Nº de Registos com Autenticidade Máxima
Garagem	1267	93
SUB TOTAL %	10%	2%
TOTAL GERAL	12043	4860

Relação entre o número total de registos e o número de registos com autenticidade máxima para a função garagem.
Fonte: Base de Dados dos Estudos Urbanísticos para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa.

e chaminés, denota uma preocupação pela imagem do património construído que ainda subsiste na consciência colectiva dos residentes locais, tanto permanentes como temporários. Outro foco de resistência ao tempo prende-se com os hábitos de convívio entre a vizinhança no espaço da rua. Por exemplo, a presença do banco junto à entrada da casa continua a ser um elemento relevante nas opções consideradas no contexto da construção actual. Também as actividades culturais ligadas à tradição, à devoção, à festa ou à gastronomia, têm constituído marcas de resistência colectiva ao tempo. Embora estas actividades se reflectam de modo indirecto na forma física do conjunto edificado, elas são consideradas relevantes por agregarem, entre a população, os valores próprios do lugar, reforçando as bases de uma identidade comum que se expressa fisicamente no território através do seu património construído.

2.2 O que foi alvo de transformação?

As marcas de resistência ao tempo atrás assinaladas destacam formas de atitude e comportamento social face ao património construído que, apesar de ainda presentes, se encontram em progressiva transformação.

Os factores de transformação dos modos de vida e comportamento das populações residentes, referidos no início deste artigo (aumento da mobilidade individual, a compressão do tempo, a exiguidade, fragilidade e flexibilidade das relações inter-pessoais, e o aumento do número de interesses e aspirações diferenciados) têm, no entanto, introduzido um certo destaque dos valores individuais sobre os valores colectivos, constituindo um grande risco na manutenção da unidade formal dos aglomerados.

Por exemplo, começa a verificar-se, pontualmente, a substituição do uso da cal sobre reboco em argamassa de argila pelo uso da tinta sobre reboco em argamassa de cimento (mais resistente ao tempo e portanto menos exigente em número de renovações). O recurso a este processo técnico contribui para o desaparecimento progressivo de certos elementos singulares da esfera urbana e social dos aglomerados, como é o caso dos rebocos pigmentados e dos fornos da cal (fundamentais no processo de transformação de uma matéria-prima local num produto essencial para a afirmação da unidade dos conjuntos edificados). Os métodos de racionalização de processos construtivos complexos que obrigam à gestão e

manutenção comuns quer de chaminés meeiras, quer de fornos colectivos, encontram-se assim em risco de desaparecer, devido à perda progressiva dos valores comuns em detrimento dos valores individuais, e da transformação das relações de produção e de troca a estes associados.

Os novos elementos físicos resultantes do desenvolvimento tecnológico, dos processos de modernização e das diversas exigências infraestruturais, têm sido frequentemente introduzidos nos aglomerados de forma violenta, sem responder a critérios públicos que regulem a uniformidade, a integração ou a coerência de conjunto. Destacam-se, como exemplos da iniciativa privada, a substituição progressiva da madeira tratada pelo alumínio lacado, tanto nas portas como nas caixilharias; a substituição das portadas interiores de madeira por estores exteriores em PVC e respectiva caixa saliente em alumínio; a introdução de antenas de telecomunicações junto às chaminés, de caleiras e tubos de queda em PVC ou alumínio nos beirais; ou o revestimento de sôcos, soleiras e bancos exteriores em mosaico cerâmico de padrões e cores variadas. Quanto à iniciativa pública, destacam-se as transformações decorrentes da introdução de novas

infraestruturas, como é o caso do aumento progressivo e indiscriminado de cabos eléctricos que se vão acumulando sobre a rua e junto dos beirais, destinados a servir as redes de iluminação pública, de telefones e de abastecimento privado de electricidade; o caso da inclusão desintegrada e sem critério de grelhas, caixas e tampas de saneamento resultantes da introdução das redes de abastecimento de água e gás, e de recolha de esgotos e águas pluviais, comprometendo drasticamente a unidade visual e a resistência física dos pavimentos; ou o caso da proliferação de peças de mobiliário urbano resultantes dos processos de infraestruturização, desde os postos de transformação, candeeiros públicos, caixas e contadores soltos ou embutidos nas fachadas, até aos contentores de recolha e reciclagem do lixo, constituindo elementos que, no seu conjunto, aparecem frequentemente com um desenho e localização desadequados ao contexto urbano do aglomerado.

O aumento da mobilidade individual através do uso massificado do automóvel, conjugado com o abandono progressivo das actividades produtivas locais, como a agricultura e a criação de gado, têm constituído igualmente factores decisivos na transformação social e urbana dos

conjuntos edificados do Concelho de Nisa. Com efeito, tem-se assistido nos últimos anos a uma transformação quase radical dos Anexos e Apoios Rurais em garagens. Ao representar o progressivo decréscimo da actividade produtiva local, onde assenta a economia base que dá sentido ao conjunto, este facto constitui uma das maiores mut(il)ações da unidade formal dos aglomerados. A tabela seguinte mostra, para a função garagem, a relação entre o número total de registos e o número de registos classificados com o grau máximo de autenticidade. Esta transformação tem-se manifestado quer ao nível privado, pelo rasgamento das entradas em portas de garagem que alteram a proporção inicial da construção, pela inclusão de rampas de acesso sobre a rua para vencer a soleira pré-existente, e pela colocação de portões metálicos de abrir ou de correr; quer ao nível público, pelo asfaltamento de certas ruas com vista a facilitar o acesso automóvel, por vezes aplicado directamente sobre a calçada pré-existente.

2.3 Como se pretende resistir às transformações?

Apontam-se três caminhos possíveis, a serem despoletados em simultâneo pelas entidades da administração pública, no sentido de resistir à perda progressiva dos valores locais e respectivas

repercussões no território e nos conjuntos edificados.

O primeiro caminho prende-se com a valorização das actividades económicas e produtivas locais, assim como das práticas sociais e culturais que permaneceram até à actualidade, com vista a estimular a fixação das populações residentes, travando o seu abandono da região. Este caminho passará, por exemplo, pela promoção dos produtos locais gastronómicos (queijo, azeite, enchidos), artesanais (bordados, olaria, carpintaria) e minerais (cal, granitos, mármore); pelo incentivo às formas de racionalização colectiva dos respectivos processos produtivos (lagares de azeite, fornos de cal); pelo apoio às formas de associação entre os residentes, como cooperativas, associações ou colectividades ligadas ao recreio, cultura e desporto; ou pelo acompanhamento junto das actividades ligadas à tradição, à devoção e à festa.

O segundo caminho prende-se com a reabilitação do património construído através da identificação, avaliação e substituição dos elementos físicos considerados desadequados aos conjuntos edificados, com vista a recuperar a integração e unificação da forma física dos aglomerados. Este caminho passará, por

exemplo, pelo estabelecimento de um conjunto de critérios, socialmente aceites, que regulem as opções construtivas de promoção pública e privada dentro dos conjuntos edificados, nomeadamente no que respeita às adaptações de Anexos e Apoios Rurais em garagens; pela preservação dos elementos singulares que caracterizam o espaço público, desde os pavimentos ao mobiliário urbano e à iluminação pública; ou pela elaboração de soluções desenhadas que integrem de forma coerente e integrada todas as infraestruturas no espaço público sem ferir a imagem do património construído.

O terceiro caminho prende-se com a adequação das novas tecnologias, actividades económicas e processos produtivos aos valores físicos, sociais e culturais da região, com vista a garantir um desenvolvimento sustentado e integrado que possa atrair quer a população visitante, quer a fixação de novos residentes. Este caminho passará, por exemplo, por aliar os processos de modernização aos saberes locais no âmbito da construção e das actividades produtivas; por colocar as novas formas de comércio, serviços e indústria ao serviço não só dos interesses e aspirações dos residentes locais, mas também da materialização coerente do património

construído como um todo singular; ou pela regulação do uso do automóvel no interior dos aglomerados, de modo a prevenir o progressivo rompimento da unidade formal dos conjuntos edificados com entradas de garagem, e a compatibilizar as formas de circulação e uso do espaço público.

3. Da Valorização

Em tom de conclusão, o progressivo desmembramento dos laços sociais, culturais e produtivos das populações do Concelho de Nisa tem constituído, ao longo dos últimos 50 anos, um importante factor de desequilíbrio na afirmação da sua identidade colectiva e na expressão dos respectivos conjuntos edificados. Este desequilíbrio encontra o seu fundamento na diferenciação de interesses entre os residentes permanentes que, reduzidos em número, vêm dificultados os meios de fixação ao território, e os residentes temporários que, afastando-se da actividade permanente e dos modos de vida locais, regressam periodicamente com novas aspirações e desejos de modernização. Por um lado, os primeiros buscam um modo de vida onde o reforço dos laços colectivos, no tempo, constitui a base essencial na participação das actividades produtivas, culturais e sociais; por

outro lado, os segundos, motivados pelo contacto exterior com as novas tecnologias de informação, comunicação e mobilidade, procuram agora uma vida mais individualizada, diversa de interesses e flexível nas relações interpessoais, onde as actividades são limitadas por tempos curtos e intensos.

A dificuldade em prever, adequar e integrar estes dois grandes interesses em conflito tem conduzido a uma progressiva perda dos valores locais, desde os naturais aos patrimoniais, simbólicos e construídos. Esta perda de valores por parte das populações e da administração local facilitou a transformação de forma pontual, sucessiva e sem critério, dos conjuntos edificados do Concelho de Nisa, colocando em risco a sua unidade formal e urbanidade próprias.

O estudo apresentado no presente artigo pretendeu mostrar como, através de uma metodologia de aproximação de base empírica aos elementos singulares e modelos construídos, se pode realçar o valor dos conjuntos edificados que suportam a habitação e a actividade produtiva local dos aglomerados urbanos do Concelho de Nisa. Após o reconhecimento e identificação de cada modelo construído, das tecnologias usadas e do processo evolutivo,

apontam-se como síntese desta metodologia três princípios fundamentais de valorização do património construído, com vista a contribuir para a previsão, adequação e integração dos interesses em conflito. Esses princípios são: uso, conjunto e autenticidade.

3.1 Uso

A identificação do Uso como princípio fundamental de valorização pretende destacar aos fundamentos, processos, modos de gestão, racionalização e manutenção das práticas colectivas próprias do lugar e dos seus habitantes, no âmbito das actividades económicas, produtivas, sociais e culturais. Estão assim reunidas as condições para beneficiar de uma unidade social que estimule a fixação das populações residentes ao território.

3.2 Conjunto

A identificação do Conjunto como princípio fundamental de valorização pretende destacar os processos e práticas construtivas que fundamentam a forma dos elementos singulares e dos modelos construídos próprios do lugar. Estão assim reunidas as condições para beneficiar de uma unidade física dos conjuntos edificados, quer como expressão e

materialização dos usos das populações residentes, quer como parte integrante do território que os suporta.

3.3 Autenticidade

A identificação da Autenticidade como princípio fundamental de valorização pretende destacar a relação entre Uso e Conjunto, factor de expressão máxima da identidade de uma região de características físicas, sociais, culturais e patrimoniais únicas. A valorização da Autenticidade dos aglomerados urbanos do Concelho de Nisa constitui, assim, condição essencial para garantir a aliança entre as novas tecnologias e os saberes locais, reforçar quer a atracção das populações visitantes, quer a fixação de novos residentes, e conferir ao território a qualidade de paisagem produtiva, cultural, fonte de bem-estar e de desenvolvimento sustentado.

BIBLIOGRAFIA

ASCHER, François; LOBO, Margarida de Souza (trad), *Novos Princípios do Urbanismo* seguido de *Novos Compromissos Urbanos*. Um Léxico. Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

Estudos Urbanísticos Para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa, Assessoria na Área do Planeamento Estratégico e Urbanismo – CM Nisa. Porto, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5ª edição). Lisboa, Dom Quixote, 2003.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961 (consultada a 3ª edição: Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988).

www.cm-nisa.pt (site da Câmara Municipal de Nisa)

Habitação Mínima

Modelo 1: habitação com três metros de frente, um piso, cobertura de uma água e chaminé meira.

Modelo 2: habitação com três metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de duas águas e chaminé individual.

Modelo 3: habitação com três metros de frente, um piso, co-vertura de uma água lateral e chaminé meira.

Modelo 3: habitação com três metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de uma água lateral e chaminé meira.

Modelo 5: habitação com seis metros de frente, um piso, co-vertura de uma água e chaminé paralela à fachada.

Modelo 6: habitação com seis metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de duas águas e chaminé paralela à fachada.

Habitação Comum

Modelo 1: habitação com três metros de frente, dois pisos, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada.

Modelo 2: habitação com seis metros de frente, dois pisos, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada.

Entrada lateral de serviço.

Modelo 3: habitação com seis metros de frente, um piso, cobertura de uma água e chaminé paralela à fachada.

Modelo 4: habitação com seis metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de duas águas e chaminé paralela à fachada.

Modelo 5: habitação com nove metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada. Entrada lateral de serviço.

Modelo 6: habitação com nove metros de frente, um piso, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada.

Modelo 7: habitação com nove metros de frente, um piso com

sobrado, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada.

Modelo 8: habitação com doze metros de frente, um piso com sobrado, cobertura de duas águas e chaminé perpendicular à fachada. Entrada de serviço integrada.

Habitação Nobre

Modelo 1: habitação com seis metros de frente, dois pisos e cobertura de duas águas.

Modelo 2: habitação com seis metros de frente, dois pisos e cobertura de duas águas. Entrada de serviço integrada.

Modelo 3: habitação com nove metros de frente, dois pisos e cobertura de duas águas. Entrada lateral de serviço.

Modelo 4: habitação com nove metros de frente, dois pisos com sobrado e cobertura de quatro águas.

Modelo 5: habitação com doze metros de frente, dois pisos com sobrado e cobertura de quatro águas. Entrada lateral de serviço.

Modelo 6: habitação com doze metros de frente, dois pisos com sobrado e cobertura de quatro águas. Entrada principal recuada com alpendre em arco. Elementos estruturais em pedra.

Anexo

Modelo 1: anexo com três metros de frente, um piso, cobertura de uma água e abertura de ventilação. Sem acesso para a rua.

Modelo 2: anexo com três metros de frente, um piso e cobertura de uma água. Acesso directo para a rua.

Modelo 3: anexo com três metros de frente, um piso com sobrado e cobertura de uma água lateral. Sem acesso para a rua.

Modelo 4: anexo com três metros de frente, um piso com sobrado e cobertura de uma água lateral. Acesso directo para a rua.

Modelo 5: anexo com seis metros de frente, um piso e cobertura de duas águas. Sem acesso para a rua.

Modelo 6: anexo com seis metros de frente, um piso e cobertura de duas águas. Acesso directo para a rua.

Modelo 7: anexo com seis metros de frente, um piso e cobertura em terraço. Sem acesso para a rua.

Modelo 8: anexo com seis metros de frente, um piso e cobertura em terraço. Acesso directo para a rua.

Apoio Rural

Modelo 1: apoio rural com três metros de frente, um piso e cobertura de uma água.

Modelo 2: apoio rural com três metros de frente, um piso com sobrado e cobertura de uma água lateral. Acesso em porta larga.

Modelo 3: apoio rural com seis metros de frente, um piso e cobertura de duas águas.

Modelo 4: apoio rural com seis metros de frente, um piso com sobrado e cobertura em terraço. Acesso em porta larga.

Territories in process of loss and the valorization of the built sets

João Brites

This article seeks to highlight, as an object of study, the value of built sets that support housing and the local production activity of urban agglomerations in the Municipality of Nisa, located close to the south bank of the Tagus River, in the interior of Mainland Portugal (see maps 1 and 2). The closeness to genuine unique elements of built-up models aims to show how to ensure an integrating coexistence between the landscape, built-up heritage, production activities, as well as requirements for comfort and well-being within the framework of contemporary lifestyles.

First of all, an introductory note shall be provided for predominant lexicon of the study we seek to convey, followed by the following and approach to the stated problem. Finally, the methodology for approaching the object of the study shall be explained under three topics: identification, evolutionary process and recovery. The basis for the general approach throughout this article shall include a trajectory in three scales: unique elements, built-up model and built set. Particular focus will be placed on characterizing and graphically depicting each built model being considered, given the predominant role it plays in appreciating built sets.

Introductory note

Built set: in this study, this corresponds to the built heritage or urban form of the agglomeration. Understood from the physical standpoint, the urban form results from the inseparable relationship between full and empty, integrating both the edification and the layout, for a system of both public and private spaces.

Built model: an individual construction resulting from the unique and coherent relationship involving a set of unique elements, aimed at responding to a socially and economically determined function. Built models are presented under the following categories:

- Housing supply models: Minimum Housing / Common Housing / Noble Housing.
- Models supporting the local production activity: Rural Annex / Support.

Unique elements: unique elements, or those generating the urban form, comprise all physical elements present in every built model which, given their particular features in the territory being studied, as these are regarded as potential indicators for appreciating built sets. Unique elements are presented under the following categories:

- Relative base elements (between the built model and its physical circumstance): Location within the agglomeration / Position within the land plot / Reliance on other constructions within the land plot / Orientation of the main access.
- Morphological base elements (pertaining to the dimensions of the main elevation of each built model): Front width / Number of floors.
- Constructive base elements (pertaining to the composition of the main elevation of each built model): Openings / Covering / Chimney / Overlay / Edges / Socles / Corners / Cornice.

Background and Approach to the Problem

Urban and social transformations on Portuguese over the last 50 years, have been distinctly stressed between densely urbanized areas along the coast and gradually abandoned areas in interior regions, where accessibility to the main networks of relations and exchange have become increasingly difficult.

In the specific case of the interior region south of the Tagus River currently covering the Municipality of Nisa, urban and social transformations have evolved along various paths. While the resident population still remaining in the region wages an increasingly bigger battle in their quest for living and working conditions enabling them to settle in the territory, a considerable part of local residents, who once moved to the coast looking for better living conditions, periodically return today to perform minimum maintenance of rural and/or urban property inherited by the family. On the other hand, the few visitors making temporary use of the region, coming from elsewhere and limited by presence times varying as greatly as their interests, seek to discover activities ranging from historical and architectural heritage to local culinary tradition, or to come in contact with the very urban nature of built sets.

A contribution to these transformations has largely come from the development of remote information and communication technologies, by boosting notable lifestyle and behavior changes to local populations and visitors, particularly as concerns individual mobility, time compression, exiguity, fragility and flexibility of interpersonal relations and, as a result, the increase in the number of increasingly differentiated interests and aspirations, with direct repercussions on the transformation of built sets.

Wishes for modernization leading to changes in living modes and to the development of local production activities have occasionally come to pass, in new built forms that adapt themselves, by overlapping and set against pre-existing edification. The proliferation of these occasional phenomena constitutes a significant transformation factor in organizing the urban form, by breaking with the formal unit agglomerations underpinned in the territories comprising the Municipality of Nisa.

The bases for preparing this article are justified, on the one hand, in the sequence of a methodology developed by the University of Porto's Faculty of Architecture Study Center (CEFA-UP), which served as a basis for Urban Studies for Urban Clusters in the Municipality of Nisa, from 2007 to 2009. Among the urban facts deemed most relevant in each of the Municipality's agglomerations, the evolution of such a methodological process has enabled recognizing those elements generating the urban form, from its unique condition to its relationship with the edification, and between the latter and the built set. The choice and organization of criteria required for identifying, characterizing, evaluating and gauging said elements, stemmed from a direct observation from the street, the result of an on-site experience over a period of some two years.

On the other hand, we also considered written and drawn documentation published in the 3rd edition of the Survey on Popular Architecture in Portugal, given the relevance of processes involving recognition, characterization and evaluation of built sets, built forms local construction practices undertaken in the 1950s, in different areas of rural Portugal. Therefore, in this article, it will be possible to understand which are the elements that have withstood time and which have undergone transformation.

And so, it is considered that the cross between the methodology developed by the CEFA-UP and the consulted documentation, using as a reference point its empirical dimension, was of essential relevance for the study and knowledge/recognition of models built for support to housing and local production activities, which comprise the urban agglomerations in the Municipality of Nisa. The wealth that local experience can provide in knowledge/recognition processes in these territories does not run out solely from the subject's in loco observation, as if this were a passive agent. Rather, it is in the dialectic between the observing subject and

observed context, as active agents, that we notice the knowledge/recognition process. In this particular case, this process as translated into the assimilation of knowledge on the part of the study team, at the time of its interaction with the local population, by simultaneously taking part in its natural, built-up, iconic and heritage-related values. Convergence among such values has constituted the basis of unique elements and built models comprising urban agglomerations. It is based on this relation of symbiosis that, in this article, we intend to value the authenticity of built sets as an expression of climate, nature of the soil and, especially, human, economic and cultural landscape.

Methodology

Having listed the background of the problem and the explanation of how to approach it, we now provide a description of the methodological process used, as broken down into three topics: the first consists of identifying built models, the technology used and the elements that help design an atmosphere of comfort and well-being; the second topic seeks to expound on the evolution process by recognizing the unique elements that have withstood time, those that have undergone transformation, and how they intend to withstand transformations; the third topic will address the relevance of authenticity factors as a way of valuing uses and how they relate to the built set.

1. On Identification

For the process of identifying built models comprising built sets in this particular territory, we consulted the Urban Studies for the Urban Clusters of the Municipality of Nisa, namely the Database created for such purpose and the criteria that served as the basis for establishing levels of authenticity for the built-up heritage.

Starting from the consultation of these two tools, we delved deeper into the knowledge of each built model according to its physical elements that can be verified from the outside, via direct observation from the street. This essentially visual and empirical record sought to organize a graphic depiction that could bring together, in different categories, the coherent synthesis of the unique elements that are part of a certain built model. Thus, this was not about faithfully depicting reality, or about preparing a typological study, as this would require observing the kinds of internal organization of every construction, so as to achieve the desired level of synthesis. Rather, this was about preparing an abstract and synthetic graphic depiction of a set of built models, which finds its meaning in a detailed and constant observation of concrete reality.

Secondly, it should be pointed out that the identification process did not seek to highlight the unique elements separately, but, rather, the contribution that such elements provide for interpreting built models, as part of characterizing and valuing the built set.

1.1 Built models

The Database of the Urban Development Studies for Urban Cores in the Municipality of Nisa reveals that some 40% of the entire built-up pool of the agglomerations in the Municipality is qualified with the maximum three levels of authenticity considered. Of these, 88% is set aside to the functions related to housing and to local production activity (see table 1), while the remaining 12% are distributed among garages, shops, services, public facilities, activities, precarious constructions, on work site and in ruins. The models pertaining to the stated first group were selected (4299 records), as they constitute the biggest built-up slice in this territory in particular, within the records classified with

maximum authenticity. However, given that each built model entails an extended combination of possibilities, we chose to rank the unique elements (according to their degree of relevance in characterizing the built set) in order to organize a structure of subcategories. By way of example, the following diagram shows the method of organization under the category Minimum Housing broken down into subcategories.

Diagram 1 graphically depicted the main elevations of the 24 possibilities of Minimum Housing, resulting from the breakdown of the main category from a raking of the unique elements with a morphological and constructive basis (front line width, number of floors, covering and chimney). This organization method did not consider the unique elements with a relative basis, since they are not translated in a graphic depiction done solely on the main elevation.

Shown next is a general description of every built model, along with the graphic depiction of the possibilities deemed most evident in characterizing the built set.

1.1.1 Minimum Housing

Minimum Housing: a built model serving as support to housing, located within or just outside the agglomerations with a population under 500, it comprises a front facing the street, taking up the entire width of the land plot where it is located, and is separate from the other models built within the land plot. The front facing the street is no more than 6 m wide, and its height does not exceed one-and-a-half floors. Its only openings include a single door (with a shutter) and, sometimes, a small ventilation opening in the case of housing with flooring. The form of covering ranges from a single inclined roof and a gable roof toward the street, and a single inclined roof turned to the side (turning the main façade into a warp). The chimney, a highly significant unique element, is integrated into or on the façade wall (front or wall backing),

or on moiety walls, at times serving two Minimum Dwellings via a middle chimney system. The finishings denote particular care treating the main façade, generally showing a whitewashed covering by using a depiction of edges, socles, cornice and corners, either yellow or purple blue.

1.1.2 Common Housing

Common Dwelling: a built model serving as support to housing, located within or just outside the agglomerations with a population under 250, it comprises a front or corner facing the street, taking up the entire or a partial width of the land plot where it is located, and is separate from the other models built within the land plot. The front facing the street is at least 3 m wide, and its height does not exceed two floors. It comprises at least two access openings leading to the street, ranging from a plain door to a wide one, generally accompanied by one or two windows along with small ventilation in the case of dwellings with flooring. The form of the roof ranges from a hip roof to a single inclined roof to a gable roof toward the front facing the street. The chimney, a somewhat significant unique element, is integrated into or on the façade wall (front or wall backing), or on moiety walls, at times serving two Common Dwellings via a middle chimney system. The finishings denote particular care treating the main façade, generally showing a whitewashed covering by using a depiction of edges, socles, cornice and corners, either yellow or purple blue.

1.1.3 Noble Dwelling

Noble Dwelling a built model serving as support to housing, located within or just outside the agglomerations with a population under 250, it comprises a front, corner, or backed in, facing the street, taking up the entire or a partial width of the land plot where it is located, and is separate from the other

models built within the land plot. The front facing the street is at least 6 m wide, and its height comprises at least two floors. Its dimension plays a predominant role in the shape of the street block, especially in cases where they take up a street front over 9 m. Access openings leading to the street range from a plain door to a wide one (backed in with an arched porch), generally accompanied by windows with sills or thresholds, along with small ventilation openings in the case of dwellings with flooring. The form of the roof ranges from a hip roof to a gable roof toward the front facing the street. The chimney is integrated or on the façade wall (generally the wall backing), or on the moiety wall, while seldom using the middle-chimney system. The finishings denote particular care treating the main façade, generally showing a whitewashed covering by using a depiction of edges, socles, cornice and corners, either yellow or purple blue. In larger or wealthier models, we notice the use of these stone elements.

1.1.4 Annexe

Annexe: a built model serving as mixed support between the dwelling and the local production activity. It serves various functions that include the slaughtering kitchen, smokehouse, granary, small animal raising or a warehouse for agricultural products. Located within or just outside the agglomeration, it comprises a front, corner, or backed in, facing the street, taking up a partial width of the land plot where it is located, and is adjacent to another built model (as support to the dwelling). The front facing the street is no more than 6 m wide, and its height does not exceed one-and-a-half floors. The access opening, if it exists, ranges from a plain door and a wide one, and the window, if any, ranges from a window with a sill to a small ventilation opening. The covering form can range from a single inclined roof to a gable roof inclined toward the front of the street, a single roof inclined facing the street with wall-backing, a single side inclined roof, and a

terraced roof. The finishings denote particular care treating the main façade, generally showing a whitewashed covering by using a depiction of edges, socles, cornice and corners, either yellow or purple blue.

1.1.5 Rural Support

Rural Support: a built model supporting local production activity. It serves as a granary, a warehouse for farm tools and livestock shelter. Located within or just outside agglomerations with a population under 500, as long as it is adjacent to another similar model. It comprises a front or backed-in space facing the street, taking up the entire width of the land plot where it is located. The front facing the street is no more than 6 m wide, and its height does not exceed one-and-a-half floors. The access opening is generally a plain door, sometimes accompanied by a small ventilation opening. The covering form can range from a single inclined roof to a gable roof inclined toward the front of the street, a single roof inclined facing the street with wall-backing, a single side inclined roof, and a terraced roof. Finishings are generally non-existent, thereby leaving exposed the stone that serves as a structure for the façade wall.

1.2 Technology

According to Ernesto Veiga de Oliveira, in *Arquitetura Tradicional Portuguesa* (Portuguese Traditional Architecture), these small urban agglomerations are inhabited [in the 1980s] by rural workers who do not own land or tools, who merely earn their wage, with which they buy everything they need, under a pure system of quantitative economics. This fact, combined with the shortage of natural and human resources, along with a warm, dry climate, helps to explain the bases for a certain culture of maximizing the use of local human resource and raw materials. However, the application of

building materials and techniques today starts to become removed from that context of collectively rationalizing the construction process (as will be explained further below). Noteworthy examples of this procedure logic include community lime kilns and the middle chimney in certain Minimum and Common Dwellings. Use of the community kiln is particularly relevant to the agglomeration's social and urban fabric, not only through the economy of means that a highly complex constructive element entails (with one kiln being enough for various users), but also due to the fact that it contributes toward the common use of a constructive finishing technique (the whitewashing of façades), which serves to endow the built set with visual uniformity. The middle chimney constitutes yet another example of economy of technical and human means, as this allows serving two dwellings simultaneously, thus contributing toward joint resistance of the middle wall separating them, while fostering closeness between its common users, through the permanent use and management that this constructive element entails. The local constructive practice of construction models under study generally make use of structural walls made of stone or brick masonry, while shaping spaces do not exceed 6 meters wide toward the beams (maximum measurement of the wooden beams holding up the upper floor, the flooring or the roof structure). At times, the structural brick arched system is also used, with or without a vault, on ground floors of Noble Dwellings. To keep the dwellings' floors cool, the overlay material generally used is brick or tile, shale or granite slabs, small cobbled stones, or even dirt.

Except for a few Rural Supports located within or just outside the agglomeration, finishings with whitewashed plaster on the outside are commonly used, as a way of offsetting the intense heat and sunlight typical of the region. Periodically renovating the whitewash endows the built set with an image of *tic standpoint*, in the makeup of the elevation.

permanent cleanliness. Less common but regarded as more genuine are pigmented plaster in white, ground yellow or purple blue, which allow cutting down on the number of renovations, and whose textured finish provide greater resistance to cracking. In a significant portion of constructions, we notice differentiated treatment in the depiction of certain particular construction elements, in a different color on plaster protruding from the façade plane. This treatment constitutes a way of simulating, using available means, constructive elements with a non-existent structural function such as edges, socles, cornices and corners, traditionally made using stone. This attitude seeks, in view of the built set, not only to praise the social value of a construction erected using less noble resource, materials and techniques, but also to provide an image that integrates these elements, from an esthetic standpoint, in the makeup of the elevation.

The thermal inertia required for maintaining the indoor temperature of dwellings (to a large extent, already guaranteed by the high degree of thickness of structural walls) leads to a small number of openings with small dimensions. Their size represents only what is strictly necessary for endowing the house with lighting and ventilation, where the window's width is rarely as wide as or wider than the width of the entrance door. Lumber is used as a predominant material, both in the structure of the frames and in the slabs of entrance doors and shutters (inner or outer). In the case of Minimum Dwelling, we often see the inclusion of a shutter in the entrance door, as there are no other openings.

The most common covering in every built model in this study include shingled roofs, not very inclined, with a wooden structure covered with a "deck-over" ceramic tile. Predominant roofs single inclined roofs or gable roofs whose eaves face the street. In Minimum and Common Dwellings, the flooring generally serves a second floor, which is used as a

children's dormitory.

In cases where there is no chimney, the kitchen takes up the flooring, so that the fumes and odors are extracted using natural ventilation through joints in the shingles. The hip roof solution appears associated with some Common and Noble Dwellings, when separate with four non-adjointing fronts. Though infrequent, terraced roofs are used in some Annexes and Rural Supports as a place for drying fruit and cereal, or as a communal and leisure area when directly associated with the dwelling. These terraces are generally protected by guards made of brick grids with various patterns.

1.3 Well-Being

In a territory with a huge (daily and seasonal) temperature range, support structures dealing with warmth inside the dwelling, namely as fireplaces, take on particular relevance both for domestic activities linked to food preparation and in the sensation of thermal comfort they provide. Fireplaces rest against façade or moiety walls, whose structural capacity serves as a support to the chimney, which is made of stone or brick masonry. In cases where the chimney rests against the façade wall in dwellings with a very limited front, the thermal inertia tends to increase, which also increases the feeling of protection for those inside the dwelling. The space taken up by the fireplace is sheltered by the chimney mouth, which is generally open in order to facilitate the outlet of fumes. In order for the warmth not to deteriorate the wall in the area of the fire, a medium-thickness slab made of brick, slate, granite or lime is applied, to serve as insulation. Thus, it will not be hard to understand the central place that the fire takes up in the house. The kitchen thus becomes the main room, especially in Minimum and Common Dwellings, serving various uses according to the routine and the needs. It is, at the same time, an area for meals, a living room, a work space,

and reception area used for welcoming those coming in from the outside. In these dwellings, the bedrooms, known as alcoves, are generally found inside the house, without any contact with the outside, and can be accessed directly through the kitchen or via a small corridor. Their location inside the house benefit from the best temperature (cool during the day and mild during the night), while serving as shelter for more valuable objects.

Outside, near the entrance, sometimes there is a grapevine set up, with guided growth, to provide a shaded close to the door. Likewise, we often find a small bench up against the façade, made with elongated stone slabs, which serves as a meeting place for the neighborhood when it cools down in late afternoon.

2. On the Evolution Process

2.1 *What has withstood the weather?*

Despite the social and urban transformations that have been occurring in the built sets in the Municipality of Nisa over the last 50 years, even today we still notice certain physical, social and cultural traits, which have withstood the passing of time. For example, in the areas of greatest built-up density in each agglomeration, we still see a certain care in maintaining a clean and renewed image of the main façade. This continuous management of the final appearance of exterior finishings, from overlays to roofs, by way of eaves and chimneys, denotes concern for the image of the built-up heritage which still endures in the collective conscience of both permanent and temporary local residents. Another pocket of resistance to time is linked to interaction habits shown by the neighborhood in the streets. For instance, the presence of the bench close to the entrance to the house is still a relevant element regarding the options considered within the current building context. Likewise, cultural activities linked to

tradition, devotion, feasting or cuisine have comprised marks of collective resistance to time. Although these activities are indirectly reflected in the built set's physical form, they are deemed relevant because they aggregate, among the populace, the location's own values, thereby highlighting the bases of a common identity physically expressed in the territory through its built-up heritage.

2.2 What underwent transformation?

The aforementioned marks of resistance to time highlight forms of attitude and social behavior in view of the built-up heritage which, though present, are gradually undergoing transformation. The factors for transforming ways of life and behavior of the resident populations, as referred to at the beginning of this article (increased individual mobility, time compression, exiguity, fragility and flexibility of interpersonal relations, and the increase in the number of differentiated interests and aspirations) has, however, introduced a certain highlighting of individual values over collective values, thus constituting a major risk in maintaining the formal unit of agglomerates.

For example, we begin to occasionally see the replacement of the use of lime over clay mortar plaster with the use of paint over cement mortar plaster (more resistant to time and, therefore, requiring fewer renovations). The use of this technical process contributes toward the gradual disappearance of certain unique elements from the urban and social sphere of agglomerations, as is the case with pigmented plasters and lime kilns (which are vital in the process of transforming a local raw material into an essential product for asserting the unit of built sets). The methods for rationalizing complex constructive processes that call for common management and maintenance of both middle chimneys and of community kilns, are, thus, at risk of disappearing, due to

the gradual loss of common values at the expense of individual values, and the transformation of production relations and of exchange associated with these. The new physical elements resulting from technical development, modernization processes and of the various information requirements, have been often violently introduced in the agglomerations, without responding to public criteria that regulate uniformity, integration or the set's coherence. Noteworthy examples of private initiative include the gradual replacement of treated lumber with lacquered aluminum, on both doors and frames; replacement of wooden indoor shutters with outdoor PVC blinds and their respective protruding aluminum casing; the installation of telecommunications antennas close to chimneys, gutters and downspouts made of PVC or aluminum in eaves; or the overlay of socles, thresholds and outdoor benches made with ceramic mosaic in a variety of patterns and colors. As for public initiative, noteworthy are the transformations stemming from the introduction of new infrastructures, as is the case with the gradual and indiscriminate increase in power cables that accumulate in the street and close to eaves, intended to serve public lighting and phone networks and private power supply grids; the case of disintegrated with no criteria regarding grid, manholes and covers resulting from the introduction of water and gas supply grids, and of the collection of sewage and rainwater, thereby drastically undermining the visual unit and physical resistance of pavements; or the case involving the proliferation of pieces of urban equipment resulting from infrastructuring processes, from transformer substations, public lampposts, cabinets and meters that are either separate or embedded into the façades, to the garbage collection and recycling containers, comprising elements that, as a whole, often appear with a design and location inappropriate to the agglomeration's urban context.

The increase in individual mobility through the broad use of cars, combined with the gradual abandonment of local production activities, such as farming and livestock raising, have also comprised decisive factors in the social and urban transformation of built sets in the Municipality of Nisa. Indeed, in the last few years, we have witnessed a quasi-radical transformation of Annexes and Rural Supports into garages. By depicting the gradual decline of local production activities, where the base economy hinges and gives meaning to the set, this fact constitutes one of the biggest mut(ili)ations of agglomerations' formal unit. For the garage function, the following table shows the ratio of the total number of records to the number of records rated with the maximum degree of authenticity. This transformation has manifested itself, not only in private terms, by tearing down entrances and making them garage doors that modify the construction's initial proportion, by including access ramps on the street in order to overcome the pre-existing threshold, and by installing opening or sliding metal doors; but also in public terms, by asphaltting certain streets so as to facilitate car access, at times applied directly over the pre-existing pavement.

2.3 How do we intend to withstand transformations?

Three possible paths are given, to be simultaneously triggered by public administration authorities, in order to withstand the gradual loss of local values and their repercussions on the territory and on built sets. The first path consists of valuing local economic and production activities, as well as social and cultural practices that endure to this day, so as to encourage resident population to stay, thereby dissuading them from abandoning the region. Such a path shall, for example, include promoting local culinary (cheese, olive oil, traditional sausage), handicraft (embroidery, pottery, carpentry) and mineral (lime,

granite, marble) products; through the incentive to collective rationalization forms of the corresponding production processes (oil presses, lime kilns); through support to forms of association among residents, such as cooperatives, associations or authorities linked to leisure, culture and sport; or by keeping abreast of activities linked to tradition, devotion and feasting.

The second path comprises remodeling the built-up heritage by identifying, evaluating and replacing physical elements deemed unsuitable to built sets, in order to recover the integration and unification of agglomerates' physical form. This path shall, for example, include establishing a set of socially accepted criteria that regulate constructive options for public and private promotion within built sets, namely as concerns adaptations to Annexes and Rural Supports into garages; preserving unique elements characterizing the public space, from pavements to urban equipment and public lighting; or by preparing designed solutions that coherently integrate every infrastructure in the public space without hurting the image of the built-up heritage.

The third path has to do with adapting new technologies, economic activities and production processes to the region's physical, social and cultural values, aimed at ensuring sustained and integrated development that could both attract visitors and help settle new residents. This path shall, for instance, include combining modernization processes with local know-how as part of construction and production activities; making available new types of commerce, services and industry to serve not only the interests and aspirations of local residents, but also the coherent materialization of the built-up heritage as a unique whole; or regulating the use of cars within agglomerates, in order to prevent a gradual break from the formal unit of built-up sets with garage entrances, and render compatible circulation forms and use of the public space.

3. On Valuation

In conclusion, the gradual breakup of social, cultural and productive ties among the populace in the Municipality of Nisa have, over the last 50 years, comprised a significant factor for imbalance in asserting their collective identity and the expression of the corresponding built sets. The grounds for such imbalance is found in differentiating interests among permanent residents who, with their low numbers, see difficulties in the resources that could keep them settled in the territory, and temporary residents who, while drifting away from permanent activity and local lifestyles, periodically return with new aspirations and longing for modernization. On the one hand, the former seek a way of life where strengthened collective links, over time, constitutes the essential basis for taking part in production, cultural and social activities; on the other, the latter, motivated by external contact with new information, communication and mobility technologies, now seek a more individualized life, with diverse interests and flexible in interpersonal relations, where activities are limited by short, intense timeframes.

The difficulty in predicting, adapting and integrating these two major conflicting interests has led to a gradual loss of local values, from natural to heritage-based, iconic and built-up values. Such loss of values on the part of the local populations and local administration has facilitated the punctual, successive and criterion-free transformation of built sets in the Municipality of Nisa, thereby putting at risk its formal unit and its own urban nature.

The study presented in this article sought to show how, through a methodology for approaching the empirical base to unique elements and built models, we can enhance the value of built sets that support the housing and local production activity of urban agglomerations in the Municipality of Nisa. Following reconnaissance and identification of each built

model, of technologies used and the evolution process, the synthesis of this methodology points to three basic principles for valuing the built-up heritage, in order to contribute toward predicting, adapting and integrating conflicting interests. These principles include: use, set and authenticity.

3.1 Use

The identification of Use as a basic valuing principle seeks to highlight the basics, processes, management methods, rationalization and maintenance of collective practices typical of the location and its inhabitants, as part of economic, production, social and cultural activities. Thus, conditions are right for benefiting from a social unit that encourages resident populations to settle the territory.

3.2 Set

The identification of the Set as a basic valuing principle seeks to highlight the constructive processes and practices that justify the form of unique elements and of built models typical of the location. Thus, condition are in place for benefiting from a physical unit of built sets, both as an expression and materialization of uses by local populations, and as an integral part of the territory sustaining them.

3.3 Authenticity

The identification of Authenticity as a basic valuation principle seeks to highlight the relationship between Use and Set, a maximum significance factor for the identity of a region with unique physical, social, cultural and heritage-related features. The valuation of Authenticity of urban agglomerations in the Municipality of Nisa thus constitutes an essential condition for combining new technologies and local know-how, through enhanced attraction of visitors and the settling of new residents, as well as to endow the territory with the quality of a productive, cultural landscape, a source of well-being and of sustained development.

Bibliography

ASCHER, François; LOBO, Margarida de Souza (trad), *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

Estudos Urbanísticos Para os Núcleos Urbanos do Concelho de Nisa, Assessoria na Área do Planeamento Estratégico e Urbanismo – CM Nisa. Porto, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2007.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5ª edição). Lisboa, Dom Quixote, 2003.

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961 (consultada a 3ª edição: Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988).

www.cm-nisa.pt ([site da Câmara Municipal de Nisa](#))

Notes

¹ NATIONAL ARCHITECTS' UNION, *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisbon, National Architects' Union, 1961 (consulted the 3rd edition: Lisbon, Portuguese Architects' Association, 1988).

² Combination between the territory's physical elements such as climate, topography of soil quality; built elements such as historical and architectural sets, or notable constructions; local economic activities such as farming, small businesses or handicrafts; cultural activities such as tradition, devotion, cuisine or feasts, among others.

³OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5th edition). Lisbon, Dom Quixote, 2003.

⁴ Prepared as part of outlining Urban Perimeters and delimiting both reserve, expansion and urban growth areas, as well as areas set aside for equipment and landscape.

⁵ Built, reassessed and verified throughout the entire process for preparing the Urban Studies, the Database constituted an essential instrument for the territory's reconnaissance. This allowed organizing, classifying and systematizing every element deemed as structuring the urban nature of built sets, namely as concerns identification, function, state of preservation and characterization of physical elements presents in the different agglomerations.

⁶ Classified under three qualitative levels depending on the coherent relation of unique elements among themselves, whether in outlining each built model or in its contribution toward characterizing the built set.

⁷ Half a floor is deemed to be the space taken up by the individual flooring, raised about one meter relative to the lower floor on the façade plane. This serves as a space for storing farm crops such as fruit, tubers, cereals, among others, generally aerated by a small opening near the flooring plane. On models such as Minimum Housing and Common Housing, this space can also serve as a dormitory.

⁸ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5th edition). Lisbon, Dom Quixote, 2003.

A presente edição foi impressa em papel couché mate de 150g no miolo e 300g na capa, usando as seguintes fontes: monotype garamond, monotype garamond italic e arial.

A reprodução das imagens foi condicionada pelos originais disponibilizados pelos autores.



